



**UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS**  
**PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL E URBANO**

**MARIA EVANEI OLIVEIRA RIOS**

**INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA EM ÁREAS DE REFORMA**  
**AGRÁRIA:**  
**A EXPERIÊNCIA DOS ASSENTAMENTOS GROTÃO E MORENO**

Salvador  
2005

**MARIA EVANEI OLIVEIRA RIOS**

**INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA:  
A EXPERIÊNCIA DOS ASSENTAMENTOS GROTÃO E MORENO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Análise Regional, Universidade Salvador – UNIFACS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto da Costa Gomes

Salvador  
2005

Rios, Maria Evanei Oliveira

Inserção socioeconômica em áreas de reforma agrária: a experiência dos assentamentos Grotão e Moreno. / Maria Evanei Oliveira Rios. - Salvador, 2005.

190 p. : il.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Análise Regional, Universidade Salvador – UNIFACS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador Prof. Dr. Carlos Alberto da Costa Gomes.

**1. Assentamento rural. 2 Reforma agrária. 3. Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (Brasil). I. Gomes, Carlos Alberto da Costa, orient. II. Universidade Salvador – Unifacs. III. Título**

CDD: 333.3181

## TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA EVANEI OLIVEIRA RIOS

### INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA: A EXPERIÊNCIA DOS ASSENTAMENTOS GROTÃO E MORENO

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Análise Regional, Universidade Salvador - UNIFACS, pela seguinte banca examinadora:

Carlos Alberto da Costa Gomes – Orientador \_\_\_\_\_  
Doutor em Planejamento e Aplicações Militares, Escola e Comando do Estado Maior do Exército – Rio de Janeiro  
Universidade Salvador - Unifacs

Sylvio Bandeira de Mello e Silva \_\_\_\_\_  
Doutor em Geografia Universidade Toulouse, França  
Universidade Católica do Salvador -UCSAL

Fernando Cardoso Pedrão \_\_\_\_\_  
Livre Docente  
Universidade Salvador - Unifacs

Salvador, de de 2005.

Dedico a todos os que partilham desta caminhada e, em especial, a minha família e ao meu noivo.

## **AGRADECIMENTOS**

Desejo formalizar aqui, meus agradecimentos a pessoas e entidades que, com sua colaboração, tornaram possível a realização desse trabalho.

A minha família pelo apoio espiritual e, em especial, a minha mãe por tantos ensinamentos.

A equipe de profissionais da UNIFACS, especialmente, a Roseli pela dedicação e atenção pelos momentos difíceis de coleta de informações, e material solicitado, por todas as vezes que precisei recorrer à biblioteca. Sou imensamente grata aos professores Dr. Sylvio Bandeira de Melo e Silva, cujo apoio ao projeto foi muito importante e Dr. Carlos Alberto da Costa Gomes, este, em especial, por aceitar o desafio de orientar essa dissertação.

Aos assentados de Grotão e Moreno, e, em particular ao Sr. Pedro, líder do assentamento Grotão, Rosa, professora do assentamento Grotão e Jean, presidente da ARCA, pela receptividade e disposição nas longas entrevistas realizadas, as quais sempre foram acompanhadas de uma boa prosa.

Aos amigos Cleostenes, Ulisses, Paulo, Ana Rita, com quem tive o prazer de compartilhar os bons momentos do trabalho de campo, e, principalmente Jonilson, meu noivo, pela sempre bem humorada forma de enfrentar as dificuldades, com quem dividi momentos difíceis, além de revisor dos meus escritos, pelo qual, sou imensamente grata. Cabe recordar, também, as longas e animadas conversas travadas no trabalho de campo, as quais não serão esquecidas.

Aos colegas de trabalho, Márcio e Patrícia, pelas informações prestadas no que se refere à construção das Unidades Habitacionais, e as idas e vindas aos assentamentos com relatos, contribuindo, com essa pesquisa e, sempre me prestando favores.

Aos Prefeitos de Boa Vista do Tupim, Helder Lopes Campos e Nova Redenção, Ivan Soares, pela informação e prestatividade em fornecer as informações solicitadas.

Aos seguintes órgãos: Caixa Econômica Federal, instituição a qual trabalho, Projeto GeografAR, sob a coordenação da Professora Doutora Guiomar Gemani, INCRA,

nas pessoas de Evanildo e André, ARCA, nas pessoas de Ana Angélica e Jean, e, os comerciantes de Boa Vista do Tupim e Nova Redenção, pelo acesso às informações solicitadas, imprescindíveis para a realização desse trabalho.

A todos os amigos, que viram essa idéia nascer e me fizeram acreditar nela, dos quais destaco algumas pessoas: Maria Leny, minha companheira de viagem à qual sempre me espelhei pela sua garra e coragem, Selma Regina, pela calorosa hospedagem em Itaberaba, Aldo pela colaboração com as minhas ausências no trabalho, e aos colegas de trabalho pelo carinho e compreensão.

Finalmente aos companheiros de curso, pelas discussões e cervejadas. Agradeço especialmente a Fernando Cabús, Gileá, Rejane, Alexandre, Sylvio e Jaime, pela carona até a rodoviária durante todo o ano de 2004, e a boa convivência durante esses dois anos, as quais não serão esquecidas.

Enfim, a todos os que, das diferentes formas, contribuíram para a realização desse trabalho, mesmo não sendo citados.

## RESUMO

No setor agrícola brasileiro, ocorreu historicamente uma concentração de renda e de terras. Dentre as várias propostas de políticas públicas para a solução do problema, a principal delas, a reforma agrária (associada a outras medidas), busca a distribuição eqüitativa da terra, permitindo criar, nas regiões em que for aplicada, condições de trabalho que ampliem a produção e o consumo interno das famílias integradas naquele espaço. A reforma agrária poderá ser um instrumento de distribuição de renda no campo e também uma alternativa para a expansão da produção de alimentos. Entretanto, o modelo adotado, fundamentado na distribuição de terras e concessão de créditos sem um planejamento e fiscalização, não haverá de produzir o resultado desejado. Os assentamentos rurais têm se apresentado como um grande laboratório no campo da construção de identidades e de visualização de relações já consolidadas na sociedade. A avaliação do desempenho do assentamento é prejudicada quando consideramos somente os aspectos econômicos e não percebemos os sociais. Portanto, esta pesquisa é uma contribuição para compreender a inserção socioeconômica nos assentamentos rurais.

**Palavras-chave:** Assentamentos Rurais; Concentração de Terras; Inserção Socioeconômica; Produção de Alimentos; Reforma Agrária.



## ABSTRACT

In the Brazilian agricultural sector, there is a historical concentration of land properties. Some proposals of public politics had been made to solve this problem, which the main was the agrarian reform. This reform intends a fair distribute of the land possessions and population around the countryside. This will permit to create, at the territory of its application, better work conditions that increase production and internal consumer, besides helps to improve the number of families at the region. The agrarian reform could be a social tool to income distribution farther on an alternative for food production expansion. Meanwhile, the model of agrarian reform already in use, based upon land distribution and loan without a planning or supervision, will not produce the expected results. The rural nestings are the biggest labs about the construction of identities and perception of build in society relations. It is a mistake if the analysis of development at the nesting only see the economics aspects and least the social transformations. Therefore this work is a contribution to understand the people inclusion in the social and economics at the rural nesting.

**Keywords:** Agrarian Reform; Concentration of Land; Food Production; Inclusion in the Social and Economics; Rural Nestings.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Média Anual de Famílias Assentadas no Brasil	60
Figura 2 -	Projetos de Assentamentos: 1985-2001	61
Figura 3 -	Projetos de Assentamentos na Bahia	64
Figura 4 -	Boa Vista do Tupim	88
Figura 5 -	Indicadores de pobreza: Boa Vista do Tupim	91
Figura 6 -	Boa Vista do Tupim – Indicadores de educação	92
Figura 7 -	Estrutura Fundiária de Boa Vista do Tupim - 1970	93
Figura 8 -	Estrutura Fundiária de Boa Vista do Tupim - 1975	93
Figura 9 -	Estrutura Fundiária de Boa Vista do Tupim - 1980	94
Figura 10	Estrutura Fundiária de Boa Vista do Tupim - 1985	94
Figura 11	Estrutura Fundiária de Boa Vista do Tupim - 1996	95
Figura 12	Nova Redenção	97
Figura 13	Indicadores de pobreza: Nova Redenção	101
Figura 14	Nova Redenção: indicadores de educação	102
Figura 15	Estrutura Fundiária de Nova Redenção – 1996	103
Figura 16	Localização do Assentamento Grotão	109
Figura 17	Assentamento Grotão	110
Figura 18	Localização do Assentamento Moreno	114
Figura 19	Assentamento Moreno	116
Figura 20	Distribuição Etária do Assentamento Grotão	120
Figura 21	Distribuição Etária do Assentamento Moreno	120
Figura 22	Ocupação Anterior ao Assentamento Grotão	121
Figura 23	Ocupação Anterior ao Assentamento Moreno	122
Figura 24	Assentamento Grotão: assentados comercializando na feira local	125
Figura 25	Complementação da Renda	131
Figura 26	Poder de Compra	133
Figura 27	Condição de alimentação anterior ao assentamento	134
Figura 28	Poupança	136
Figura 29	Assentamento Grotão: Casa de Farinha	139
Figura 30	Assentamento Grotão: Condições de Habitação	144

Figura 31	Assentamento Grotão: Escola	146
Figura 32	Escolaridade: Assentamento Grotão	147
Figura 33	Escolaridade: Assentamento Moreno	147

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Brasil: População absoluta, urbana e rural, e taxa de urbanização	47
Tabela 2 -	Bahia: População absoluta, urbana e rural, e taxa de urbanização	47
Tabela 3 -	Estrutura Fundiária - Evolução Histórica do Índice de Gini: Brasil e Estado da Bahia (1920 -1995/96)	82
Tabela 4 -	Índice de GINI - Evolução Histórica: região do Vale do Paraguaçu (1920-1995/96)	85
Tabela 5 -	Boa Vista do Tupim: dados do Município	88
Tabela 6 -	Boa Vista do Tupim: PIB municipal	89
Tabela 7 -	PIB PER CAPITA: Posição do Município de Boa Vista do Tupim	90
Tabela 8 -	Evolução Histórica do Índice de Gini: Boa Vista do Tupim e Estado da Bahia(1970-1995/96)	96
Tabela 9 -	Assentamentos rurais do Município de Boa Vista do Tupim – Ba	96
Tabela 10	Nova Redenção: dados do Município	98
Tabela 11	Nova Redenção: PIB Municipal	99
Tabela 12	Nova Redenção: PIB Per capita	100
Tabela 13	Assentamentos Rurais do Município de Nova Redenção	104

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ARCA	Associação Regional de Cooperação Agrícola
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
CIRA	Cooperativas Integrais de Reforma Agrária
CNBB	Conselho Nacional dos Bispos do Brasil
CNS	Conselho Nacional de Seringueiros
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FAO	Food and Agriculture Organization
FIPE	Fundação Institucional de Pesquisas Econômicas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
GEBAM	Grupos Executivos de Terras do Baixo Amazonas
GERA	Grupo de Especialista de Reforma Agrária
GETAT	Grupos Executivos de Terras do Araguaia/Tocantins
GUT	Grau de Utilização da Terra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MARA	Ministério da Agricultura e Reforma Agrária
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEAF	Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários
MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
PA	Projetos de Assentamentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDL	Plano de Desenvolvimento Local
PDSA	Plano de Desenvolvimento Social dos Assentamentos
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras
PSH	Programa Social de Habitação
PT	Partido dos Trabalhadores
SEI	Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia
SUPRA	Superintendência de Política Agrária

ULTAD União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

USP Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	17
<b>2 REFORMA AGRÁRIA: ABORDAGEM HISTÓRICA</b>	29
2.1 A HISTÓRIA ANTIGA DA REFORMA AGRÁRIA: UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA	29
2.2 A HISTÓRIA MODERNA DA REFORMA AGRÁRIA	46
2.3 A REFORMA AGRÁRIA NA NOVA REPÚBLICA: NOVA TURBULÊNCIA RURAL	55
<b>3 ASSENTAMENTOS RURAIS: SONHO OU REALIDADE?</b>	65
3.1 A OCUPAÇÃO COMO FORMA DE ACESSO À TERRA	65
3.2 ASSENTAMENTOS RURAIS: UMA POSSIBILIDADE	72
3.3 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA BAHIA	81
3.4 O VALE DO PARAGUAÇU E O CAMPESINATO	83
<b>3.4.1 O Município de Boa Vista do Tupim: Assentamento Grotão</b>	87
<b>3.4.2 O Município de Nova Redenção: Assentamento Moreno</b>	96
3.5 O ASSENTAMENTO GROTÃO: UM POUCO DE HISTÓRIA	104
3.6. O ASSENTAMENTO MORENO: UM POUCO DE HISTÓRIA	110
<b>4 INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA: A EXPERIÊNCIA DOS ASSENTAMENTOS GROTÃO E MORENO</b>	117
4.1 ORIGEM E TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS	118
4.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA	123
4.3 CONDIÇÕES MATERIAIS DE VIDA	128
4.4 INTEGRAÇÃO SOCIAL	136
4.5 ACESSO AOS CRÉDITOS DE INSTALAÇÃO E CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	140
4.6 CONDIÇÕES DE EDUCAÇÃO	144



4.7 CONDIÇÕES DE SAÚDE	148
4.8 RELAÇÕES COM O PODER LOCAL E A CIDADE	149
4.9 INSERÇÃO NA ECONOMIA LOCAL E REGIONAL	151
4.10 ASPIRAÇÕES E DESEJOS DA COMUNIDADE	154
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	158
<b>REFERÊNCIAS</b>	167
<b>REFERÊNCIAS DAS ENTREVISTAS</b>	173
<b>APÊNDICE A - Questionário 1: Prefeito</b>	174
<b>APÊNDICE B - Questionário 2: Líder Regional do MST (ARCA)</b>	176
<b>APÊNDICE C - Questionário 3: Comerciantes</b>	178
<b>APÊNDICE D - Questionário 4: Líder do Assentamento Local</b>	179
<b>APÊNDICE E – Questionário 5: Assentados</b>	181
<b>ANEXO A - Localização da Vila Provisória do Assentamento Grotão</b>	187
<b>ANEXO B - Localização da Vila Provisória do Assentamento Moreno</b>	188
<b>ANEXO C – Projeto de Localização das Casas - Assentamento Grotão</b>	189
<b>ANEXO D – Projeto de Localização das Casas - Assentamento Moreno</b>	190

## 1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira foi historicamente caracterizada como sendo essencialmente agrícola, monocultora, com base na mão-de-obra escrava, exportadora e com o predomínio das grandes propriedades de terras nas mãos de um pequeno número de proprietários, compreendendo o período entre 1500 e 1822 (PRADO JÚNIOR, 1970). Sancionada a Lei das Terras, em 1850, não mais se concederiam sesmarias gratuitamente, as terras passariam a ser adquiridas através da compra, por preços elevados, criando um novo processo de concentração. Pouca coisa mudou na estrutura agrária do Brasil, a nova agroindústria latifundiária, intensa em capital e tecnologia, produz para o mercado externo, causa desemprego e concentração de renda.

Como resultado, o tema “reforma agrária” tem provocado inflamados e apaixonados debates na sociedade brasileira desde o final da década de 50, no contexto do intenso debate acadêmico e político sobre a Questão Agrária Brasileira e de uma crescente organização dos trabalhadores de campo. Antes de tornar-se ultrapassado, voltou à cena nos anos 80, trazido como bandeira de luta por movimentos sociais, e permanece na agenda política até o presente momento.

O intenso êxodo rural, fruto da expansão do capitalismo no campo, provocado pela modernização, tida como “conservadora”, fez inverter a distribuição

da população – em 1960, o Brasil era uma economia agrário – exportadora, com um nascente parque industrial, e que possuía uma população rural em torno de 55% -. A forte industrialização verificada no período provocou um processo de urbanização acelerada, que contou com a massa de trabalhadores expulsos em virtude da mecanização da agricultura, os quais encontraram na construção civil, dentre outros serviços, a porta para o mundo urbano. A agropecuária transformou-se, de atividade de subsistência, em produtora de excedentes alimentares e de matérias-primas para abastecer as massas urbanas e a indústria de transformação.

A estrutura agrária brasileira era apontada como um obstáculo para o próprio projeto de desenvolvimento nacional. O crescimento urbano e industrial verificado no pós-guerra não apenas atribuiu ao setor primário um novo papel no desenvolvimento econômico brasileiro, como fez transparecer, e agravar, a problemática em torno da agricultura. O problema agrário, como era concebido, consistia no reconhecimento de que a concentração da propriedade da terra impedia o desenvolvimento das forças produtivas, que passou a gerar deficiências no abastecimento alimentar da população urbana e a alta nos preços dos produtos agrícolas.

Após 1955, o debate político nacional colocou a reforma agrária no centro do discurso pelo desenvolvimento nacional. Para a esquerda latino-americana, acabar com o latifúndio e livrar-se do imperialismo eram receita certa contra a pobreza. Democratizar a posse da terra representava um imperativo econômico, uma forma de ampliar a produção, criar mercado interno e promover o crescimento brasileiro. Esse momento era de definição de um projeto de desenvolvimento para o país. O reconhecimento da concentração da posse da terra fez da reforma agrária um dos pontos essenciais das reformas de base do governo Goulart, assumindo

compromissos firmados pelo Brasil na Conferência de Punta del Este, no Uruguai, dentro das propostas da Aliança para o Progresso da América Latina.

O reconhecimento da necessidade de modificação na estrutura agrária brasileira também era decorrente do crescimento da organização dos trabalhadores no campo. Os anos 50 foram marcados pela emergência de várias entidades no meio rural, das quais citamos as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião no Nordeste, que tomaram uma posição mais radical, exigindo a reforma agrária imediata “na lei ou na marra” e procuraram ampliar sua influência por todo o território nacional, chegando até a adquirir propriedades em Goiás que servissem como centros de preparação de guerrilhas (ANDRADE, 1989), a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), controlada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), no Sul do país<sup>1</sup>. Essas organizações tinham, na reforma agrária, sua bandeira de luta, como forma de romper com os padrões dominantes nas relações de produção e de posse da terra.

Após o golpe militar de 1964, os militares, comandados por Castelo Branco, promulgaram o Estatuto da Terra (SILVA, 1971), uma legislação que estabelecia como finalidade realizar uma melhor distribuição da propriedade, classificar os imóveis em quatro tipos ou categorias, dar função social à propriedade, criar o Fundo Nacional de Reforma Agrária, fazer zoneamento e levantamentos cadastrais, patrocinar a colonização oficial e particular, apoiar o desenvolvimento do cooperativismo, ao estimular a implantação das Cooperativas Integrais de Reforma Agrária (CIRA). Incentivar o seguro agrícola, regulamentar o arrendamento rural, como a parceria agrícola, pecuária e extrativista, que para Guedes Pinto (1976),

---

<sup>1</sup> Sobre os movimentos sociais no campo nos anos 60, consultar Medeiros e Leite (1999).

distinguiu, clara e nitidamente, as medidas de reforma agrária daqueles da política agrícola, sendo criados, respectivamente, dois órgãos para tratar das diferentes ações, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA).

O diploma legal foi saudado por estudiosos como um avanço, e ainda hoje é a bandeira em favor da reforma agrária defendida pela Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), que reclama contra a sua não-aplicação. Citando Ianni (1979), Andrade (1989) chama a atenção para o fato que o Estatuto da Terra, mal aplicado, promoveu, ao invés de uma reforma agrária, uma contra-reforma agrária na Amazônia.

O conhecido “milagre brasileiro” na década de 70 prescindiu, entretanto, da democratização da terra. Toda a economia cresceu vigorosamente, incluindo urbanização e industrialização, sem se preocupar com a reforma agrária. O crédito rural subsidiado, com o privilegiamento das políticas agrícolas, promoveu a modernização dos latifúndios, que se transformaram em grandes empresas agropecuárias. A reforma agrária ficou restrita a projetos de colonização e de assentamentos dispersos nas regiões brasileiras, em geral, em locais de conflitos por terra, assim, foi entendida como sinônimo de colonização, e as famílias envolvidas foram direcionadas para projetos nas áreas de fronteira agrícola.

As enormes modificações verificadas nos sistemas de produção agropecuários, de caráter tecnológico, ou de natureza econômico-social, tornaram ultrapassado o Estatuto da Terra. Outrora, os desafios da modernidade exigiam a eliminação do latifúndio e da oligarquia rural, fundamentais para elevar a produtividade no campo e combater a pobreza, basicamente rural. Agora, novos

desafios são gerados pela sociedade pós-industrial, urbanizada e globalizada. A agricultura transformou-se num complexo produtivo, unindo campo e cidade. As empresas rurais, grandes ou familiares, conformam um novo mundo rural conhecido por agronegócios. Ao mesmo tempo, milhões de pequenos produtores continuam à margem da sociedade de mercado, lutando para sobreviver.

Novos temas passam a preocupar a sociedade. O desmatamento e a problemática ambiental, a pobreza metropolitana, o desemprego tecnológico, o protecionismo e a competitividade externa formam uma agenda que exige novos referenciais jurídicos. Rever a legislação agrária do país é, assim, uma exigência histórica, uma imposição dos novos tempos.

Nos anos 80, a crise econômica vivida pelo país, motivada por fatores como a crise do petróleo – final da década de 70 -, e a elevação das taxas internacionais de juros, teve reflexos sobre a agricultura, que atingiu as médias propriedades, elevando substancialmente todos os índices de produtividade da agricultura. A reforma agrária ficou, assim, esquecida pelo modelo de acumulação, e dependente da indústria que se instalara no país. A fase do capitalismo brasileiro, já internacionalizado, dispensava a distribuição da terra. As alterações nas políticas públicas para o setor – por exemplo, a instituição de preços mínimos e redução progressiva dos subsídios aos produtos agrícolas -, colaboraram para a organização e a contestação dos trabalhadores rurais relativamente ao modelo de desenvolvimento vigente.

Além disso, o próprio contexto político do período, a transição democrática criaram uma conjuntura favorável para as manifestações da sociedade civil. Os anos que se seguiram foram marcados por intensa organização e

mobilização dos trabalhadores rurais, e a entrada em cena de novos mediadores, como setores progressistas da Igreja Católica. Entre os movimentos reivindicatórios surgidos no campo, destacamos as lutas de posseiros contra empresas colonizadoras e agropecuárias, as greves de trabalhadores em fazendas, o ressurgimento da luta pela terra, com as primeiras ocupações ocorridas em 1979, uma das ações que resultou na gestação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>2</sup>.

A partir da mudança na política fundiária, grandes empresas iniciaram a instauração dos projetos agropecuários na Amazônia. No Centro-Sul e Nordeste, desenvolve-se uma rápida industrialização da agricultura. A política de privilegiamento do capital monopolista, em diferentes setores da agricultura, acentua a concentração de terras, a expropriação e a exploração. Diante dessa realidade, os conflitos pela terra se multiplicaram. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) cadastrou, em 1979, 715 conflitos, e 88,10% começaram a partir de 1973. Esses conflitos irromperam por todo o país. A divulgação desses acontecimentos por organismos ligados aos Direitos Humanos e à Igreja causou grande repercussão na opinião pública e determinou a intervenção do governo federal em áreas de conflito, através dos órgãos criados para tal finalidade, como forma de amenizar as tensões geradas.

Para além do reconhecimento – por parte do poder público – da situação de tensão social, em 1980, o governo militar criou o Grupo Executivo das Terras do Araguaia Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo das Terras do Baixo Amazonas (GEBAM), para ocupar o espaço vazio criado pela repressão ao crescimento das forças políticas de luta pela terra e, também, pelo confisco do poder das oligarquias regionais, do poder local dos “coronéis”, excluídos da política econômica e fundiária

---

<sup>2</sup> Sobre a formação do MST, ver Fernandes (2000).

(FERNANDES, 1999). Grupos econômicos usavam de pressão socioeconômica e extrema violência para expulsar índios e posseiros. O que ocorreu nesse período da nossa história veio somar-se a outros tantos assassinatos e genocídios registrados por diversos trabalhos que denunciaram a violência então dominante.

Em virtude dos fatos mencionados, surgiram, nos anos 80, novas organizações no meio rural. Destacamos o MST, até hoje, o principal articulador da luta pela terra e politizador da reforma agrária no país; o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), cuja luta contra a exploração de seringais nos estados do Norte do país, especialmente no Acre, culminou na criação de uma nova modalidade de assentamentos, as reservas agroextrativistas, e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Como também, a articulação da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, promovida por diversas entidades da sociedade civil, tais como: CONTAG, Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e MST.

A inquietação social reinante permeou a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), na segunda metade da década de 80, que tinha como base o Estatuto da Terra e cujo instrumento principal era a desapropriação de terras por interesse social. A reforma agrária foi considerada medida prioritária do governo da Nova República, e seu objetivo, segundo Silva (2003), era o de promover a “justiça social”. A idéia da reforma agrária vinculou-se, definitivamente, ao conceito de cidadania, uma proposta contra a exclusão social. Nascia assim o distributivismo agrário.

No novo contexto, o sentido dessa medida é de resgate de cidadãos condenados à marginalização econômica e social pelas transformações verificadas



na agricultura brasileira. Essa justificativa está na fixação da população rural, tendo em vista o fato de as grandes cidades estarem com as suas oportunidades de trabalho saturadas, devido, sobretudo, ao padrão de crescimento industrial, cada vez menos intensivo em mão-de-obra, segundo Abramovay (1998).

Em virtude de tais fatores, são identificadas duas visões básicas sobre o papel da reforma agrária na atualidade brasileira, tais como são defendidas por diversos intelectuais.

A primeira é de uma medida eminentemente social, pois a função econômica, atribuída nos anos 50 e 60, fora superada pela própria modernização do setor agrícola brasileiro. Para autores como Silva (2003), a reforma agrária, tem por objetivo amenizar os conflitos sociais no campo, melhorar as condições de vida do contingente de população rural marginalizada pelo referido processo de modernização e, desta forma, combater o “inchaço” das grandes cidades.

A segunda é de uma medida distributiva, que tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico do país em bases mais eqüitativas. Sua função é possibilitar a viabilização econômica e social dos “pobres” rurais, reforçando o segmento dos agricultores familiares, devendo contar com políticas setoriais agrícolas diferenciadas. Para autores como Veiga (1981; 2002; 1994) e Abromovay (1998), a reforma agrária constitui uma forma de reverter o atual quadro de concentração de renda no país, através da viabilização e fortalecimento da agricultura familiar.

Outra contribuição para o debate em torno da reforma agrária, surgida nos anos 90, é no âmbito do desenvolvimento local, como espaço de intervenção pública. A criação dos assentamentos rurais pode não repercutir na oferta

agropecuária nacional, mas, no nível local, isto é, para os municípios ou mesmo para as regiões onde estão inseridos, pode representar uma importante contribuição. Os projetos de assentamentos rurais têm, ainda, se apresentado como uma possibilidade de reverter a tendência ao esvaziamento populacional e econômico de pequenos municípios, na medida em que atraem investimentos públicos, na forma de créditos agrícolas, obras de infra-estrutura – estradas e eletrificação rural – e serviços – educação e saúde -, com reflexos no aumento do número de empregos e na movimentação do comércio local.

Apresentamos adiante os caminhos percorridos para fundamentar a presente pesquisa, assim como, os instrumentos usados para obter as informações necessárias, no que diz respeito aos dois assentamentos, e compreender um pouco a história das fazendas Santo Apolônio/Grotão e Moreno.

Este estudo tem seu campo limitado quanto ao potencial de transferir os informes para outras situações, mas permite o estabelecimento, no mínimo, de uma experiência que poderá trazer luz sobre situações homólogas, ou parecidas. Apoiamo-nos no princípio que a melhor forma de construir uma teoria social é ter em mente a comunhão entre a teoria e a prática. Evitar o empirismo e o teorismo puros, porquanto buscar um equilíbrio entre essas duas tendências é fundamental para as ciências sociais.

Utilizamos, para a coleta dos dados, dois instrumentos complementares: o questionário e a entrevista. Os questionários contendo questões abertas e fechadas foram aplicados nos dois assentamentos com cada assentado, totalizando 61 para o Grotão e 120 para o Moreno. Houve sempre a preocupação de compreender, de forma crítica, o contexto em foco, não apenas descrever o objeto de estudo numa

atitude meramente observacional. A idéia era manter presentes, os questionamentos, durante todo o processo de desenvolvimento do trabalho de campo, principalmente com as lideranças.

Houve entrevistas com os líderes, nas quais os entrevistados ficaram livres para falar sobre suas experiências pessoais com relação ao tema investigado, eram algumas vezes interpelados e questionados à guisa de esclarecimentos ou para um maior aprofundamento do que havia sido detectado, como num dialogo curioso. Para a transcrição das entrevistas, adotamos a linguagem coloquial. Essa a razão que justifica os sons, as faltas de “esses”, as transgressões na concordância verbal, dentre outras curiosidades, com o intuito de não interferir, alterar o discurso do entrevistado, ao se tentar descrever sua experiência. Somos da opinião que é importante não descaracterizar o discurso do outro, ou seja, que a transcrição deve ser literal, e a escrita não precisa ser caricatural. Optamos, portanto, por preservar os vícios de linguagem presentes na expressão oral, no caso, apenas, de um som entre uma palavra e outra, sem que isso compromettesse o entendimento da frase. Em algumas entrevistas, verificamos que a freqüência exagerada dos “nés” e “assins” não comprometia a inteligibilidade do texto. Não, temos a pretensão, com isso, de descaracterizar o discurso, é que, no texto escrito, poder-se-ia perder a autenticidade, a espontaneidade dos falantes. Por maior esforço que se faça para reproduzir fielmente uma fala, mostram-se insuficientes os recursos para substituir a emoção, os sentimentos nele contidos.

Além de métodos quantitativos, na forma de questionários e de dados secundários, disponibilizados por órgãos públicos e entidades que atuam nos assentamentos pesquisados, realizamos também, na forma qualitativa, entrevistas com o poder público local, e com outros setores da sociedade, com o objetivo de nos

inteirarmos do relacionamento dos assentados com esses setores, e de saber o que a sociedade e o poder público pensam a respeito dos assentamentos.

Em termos conceituais, julgamos pertinentes fazer alguns esclarecimentos. Estamos entendendo por assentamento rural os projetos criados pela intervenção do poder público, na esfera federal ou estadual, visando amenizar situações de tensão social envolvendo conflitos por terra. Essa medida pode resultar no assentamento das famílias no próprio local em que o conflito foi gerado, ou implicar o deslocamento para outro local. Ao beneficiário de tais projetos, estamos chamando de assentado, e quando falamos em Assentamento, estamos nos referindo à comunidade formada pelo conjunto de famílias assentadas.

No que tange à sua estruturação, este estudo é composto de cinco partes. Esta primeira trouxe uma breve introdução ao trabalho e descreve o plano metodológico da pesquisa: o campo, método de pesquisa, procedimentos e os instrumentos de coleta de dados.

A segunda parte apresenta uma abordagem histórica quanto ao processo de formação das grandes propriedades, ou seja, a concentração de terras, e as medidas adotadas para se fazer a “reforma agrária”.

A terceira descreve a luta pela terra, relata a condição de acampamento e a formação dos assentamentos rurais, assim como, a situação socioeconômica dos Municípios onde os assentamentos estão inseridos.

A quarta parte aborda as questões que compõem nosso eixo de análise, a partir dos dados coletados em campo.

Na quinta e última parte encerra-se o texto com as considerações finais acerca do tema em discussão.

## 2 REFORMA AGRÁRIA: ABORDAGEM HISTÓRICA

*Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. (MARTINS, 1991, p.55).*

### 2.1 A HISTÓRIA ANTIGA DA REFORMA AGRÁRIA: UMA BREVE REVISÃO DA LITERATURA

Em essência, todo produto obtido pelo Homem origina-se do trabalho que esse realiza. Foi a partir da relação Homem-natureza que se construiu o processo de civilização. Esse processo foi acelerado quando o Homem começou a produzir excedentes. A posse desses excedentes, e dos benefícios que deles decorreu, sempre foi objeto de acirrada disputa. A terra, por sua vez, juntamente com o trabalho, representa então a principal fonte da produção primária. O controle dessa fonte é decisivo para a definição de quem, no conjunto da sociedade, apropriar-se-á dos produtos - riqueza - gerados.

Concomitante ao surgimento das primeiras sociedades organizadas (JUNQUEIRA, 1964), foram criadas normas que regulamentam o acesso à terra e sua posse. Jean-Jacques Rousseau (apud JUNQUEIRA, 1964, p.8), em seu discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens, afirmou: “O primeiro homem que, cercado um terreno, lembrou-se de dizer - isto me

pertence – e encontrou criaturas suficientemente simples para acreditar no que dizia, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil”.

O Brasil iniciou a colonização de suas terras, dentro dos limites traçados pelo Tratado de Tordesilhas, com base na propriedade agrária de grande extensão, ou seja, o latifúndio, monocultor - cana-de-açúcar - e fundado no trabalho escravo, com produção inteiramente dirigida à exportação, já que o país não tinha ainda mercado interno, e o açúcar era mercadoria de fácil colocação na Europa (SODERO, 1982). A estrutura agrária, organizada com uma finalidade mercantil bem precisa, canalizou recursos produtivos para a produção de bens destinados ao mercado europeu. É com esse objetivo que a terra é doada a quem dispõe de recursos para explorá-la, utilizando-se de mão-de-obra escrava (WANDERLEY, 1979).

A terra foi considerada, a partir das concessões sesmarias<sup>3</sup>, um bem patrimonial do qual derivariam o poder político, e o prestígio econômico e social do seu detentor. Na prática, a teoria funcionou. O senhor de engenho, produzindo apenas para a exportação, tornou-se nobre, apenas dirigindo as culturas e o fabrico do açúcar, nunca se envolvendo diretamente com qualquer trabalho manual, pois, se o fizesse, tal fato acarretaria perda do necessário prestígio e conseqüente posição no mundo social, econômico e político (SODERO, 1982).

Extinto o regime das sesmarias<sup>4</sup> e iniciado o das posses, desde logo caracterizaram-se perfeitamente os dois tipos de exploração da terra: a grande propriedade, latifundiária, apoiada na monocultura, em qualquer fase ou setor de

---

<sup>3</sup> As sesmarias concedidas em nome de El Rei de Portugal, a partir da carta régia passada por D. João III a Martim Afonso de Souza, em 1530 são enormes latifúndios de quatro léguas quadradas (SODERO, 1982, p. 11).

<sup>4</sup> O período das sesmarias vigorou no Brasil de 1530 a 1822, quando o então Príncipe Regente D. Pedro suspendeu sua concessão pela Resolução de 17 de junho, confirmada por Provisão de 22 de outubro de 1823 (SODERO, 1982, p. 12).

localização, inicialmente com a cana, e, mais tarde, o café, o cacau e a borracha, com base no trabalho escravo, produzindo para exportação como matéria principal; ou o criatório – bovinos, suínos, caprinos e ovinos - no sertão do Nordeste ou no extremo Sul do País; e a propriedade familiar, a simples posse, com as culturas de subsistência: feijão, mandioca, abóbora, ou o fumo - na Bahia -, o que leva Abramovay (1998) a refletir:

O peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo: não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturarem-se tão fortemente em torno de vínculos de parentescos e onde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante. (ABRAMOVAY, 1998, p. 210).

Em 1850, foi sancionada a primeira Lei de Terras no Brasil (Lei 601). Dispunha sobre as terras devolutas<sup>5</sup> do Império e sobre as que eram possuídas por títulos de sesmarias, sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica. Determinava, ainda, que medidas e demarcadas as primeiras, fossem elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira, na forma em que se declarava, favorecendo a consolidação da grande propriedade rural voltada à exportação, permitindo que as terras fossem adquiridas somente através da compra e por preços elevados (SILVA, 1996). A partir daí, não mais se concederiam sesmarias gratuitamente.

Para Prado Júnior (1970), a economia brasileira foi caracterizada, desde o descobrimento (1500) até a independência (1822), como essencialmente agrícola,

---

<sup>5</sup> Terras devolutas seriam as que não se achassem aplicadas a algum uso público, nacional, provincial, municipal ou domínio particular por qualquer título legítimo, nem fossem havidas por sesmarias ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta de cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura, as que não se achassem ocupadas por posses que, apesar de não se fundarem em título legal, fossem legitimadas por essa lei (SODERO, 1982, p. 15).



monocultora, com base na mão-de-obra escrava, voltada para o exterior, e com o predomínio das grandes propriedades de terra. Esses mais de três séculos de controle da terra por uma pequena parcela de proprietários foram determinante na definição da estrutura agrária do Brasil até a atualidade. Por estrutura agrária entende-se o conjunto de relações sociais, econômicas e jurídicas que surgem em virtude das atividades agropastoris e que têm por objeto os bens, serviços e obras que por sua natureza ou destino são indispensáveis para o desenvolvimento da comunidade rural (VIVANCO, 1967).

Segundo Wanderley (1979), para se entender a estrutura e a natureza da propriedade da terra no Brasil, é necessário considerar a evolução do próprio capitalismo no país. Para efeito desta análise, poder-se-iam distinguir, nessa evolução, os seguintes períodos:

- 1) um período inicial, cujo fundamento é constituído pelas relações escravistas de produção. Por um lado, porque lhe falta o fundamento de sua realização, que é o próprio capital, enquanto relação social; por outro, o seu caráter formal decorre de suas articulações com o processo de gênese do capitalismo, em âmbito mundial. Esse período pode ser subdividido em duas fases distintas: uma primeira, na qual a terra é objeto de doação ou de simples ocupação, não tendo, por conseguinte, preço; e uma segunda, cujo marco inicial é a promulgação da Lei das Terras, em 1850, quando se generaliza o caráter de mercadoria da terra, que passa a ter uma expressão monetária.
- 2) o período pós-abolição da escravidão, que generaliza o trabalho livre e que pode, igualmente, ser subdividido: uma primeira fase, em que, sobre

a base do trabalho livre, o produtor direto não é completamente separado de suas condições objetivas de trabalho, isto é, em que os meios de vida não são obtidos exclusivamente pelo salário; e uma segunda fase, na qual esta separação se realiza totalmente, pelo menos em alguns setores da produção agrícola.

Para Wanderley (1979), por razões históricas<sup>6</sup>, a apropriação da terra no Brasil tem outras conotações, associadas ao fato que a classe que a realiza não se distingue daquela que possui os meios de produção agrícola, e se define fundamentalmente como dirigente do processo produtivo. É em função dessa direção que ela se torna proprietária, não apenas da terra, mas, do conjunto dos recursos produtivos que entram naquele processo: os escravos e os meios de produção agrícola.

A função dirigente do proprietário não se limita à esfera da produção agrícola. Em muitos casos, - na produção do açúcar, do café ou do algodão, por exemplo -, esta sofre uma primeira transformação - beneficiamento ou industrialização - antes de ser comercializada. O proprietário rural também exerce seu controle sobre essas atividades, através da propriedade dos meios de produção industrial correspondentes. Essa posição de comando permite ao fazendeiro manipular as relações que estabelece com os demais agentes sociais livres, que se definem pelo grau de acesso aos recursos produtivos indicados. Exemplo explícito é o da estrutura social dos engenhos de açúcar, que se fundamenta nas relações entre:

---

<sup>6</sup> “O próprio processo de colonização baseou-se num princípio de separação entre a esfera da produção, dominada pelos proprietários coloniais e a esfera da circulação da mercadoria produzida, controlada pela burguesia mercantil”. (WANDERLEY, 1979, p. 30).

- a) o senhor de engenho, que detém o controle sobre o conjunto do processo produtivo, por sua posição de proprietário da terra, dos escravos e dos meios de produção agrícola e industrial;
- b) os lavradores independentes, dirigentes do processo, em nível de produção agrícola, pois que proprietários da terra e dos escravos, mas não dirigentes do conjunto da atividade produtiva, uma vez que não possuíam engenho;
- c) os lavradores “obrigados”, apenas possuidores de escravos, não dispendo de terras, nem de capital.

Enquanto a terra constituiu objeto de doação, sua apropriação significou o controle sobre um “simples elemento da natureza”, necessário à produção, como se o dirigente da produção investisse numa terra que não pertencesse a ninguém. A apropriação do elemento natural “terra” aparece como condição para a realização do “lucro” do empreendimento global. Mesmo quando a terra passa a ter um preço, o que leva Martins (1998, p. 20) a discordar: “Provavelmente, o caso mais significativo é o da renda capitalista da terra. Sendo a terra um fator natural, sem valor porque não é o resultado do trabalho humano, teoricamente não deveria ter preço”.

Ainda segundo Wanderley (1979), a partir de então, a aquisição da terra implica o “desembolso” de capital, num montante correspondente ao seu preço. Poder-se-ia supor que esse preço constitui a renda fundiária capitalizada, isto é, um capital avançado, que garantiria a apropriação da renda da terra. Seria necessário incorporar o preço pago pela terra em seus custos de produção, isto é, considerar a terra, como um meio de produção, juntamente com os demais meios que dela participam. Isto, evidentemente, depende das condições concretas dos preços no mercado, foi pensando na valorização da terra que Vergopoulos (1977), afirmou:

A terra, diferentemente dos outros fatores de produção, não é nem livremente extensível ou reprodutível, nem acumulável ou inesgotável. Todas essas qualidades próprias à terra, freqüentemente de caráter naturalista, não seriam, por nada desse mundo, interessantes por si sós se não fossem valorizadas pelo mercado. (VERGOPOULOS, 1977, p.88).

Caso contrário, o capital investido na aquisição da terra, portanto, a renda fundiária capitalizada, escapa ao seu controle; o proprietário não se apropria do que seria a renda fundiária, do que resultam duas conseqüências fundamentais: a propriedade da terra perderia, para seu detentor, sua expressão econômica, tornando-se, a terra, também neste caso, um “simples elemento da natureza”, o que significa a abolição, de fato, da propriedade fundiária; e do ponto de vista capitalista, nada teria justificado o uso do capital para a aquisição do terreno (WANDERLEY, 1979).

Para Andrade (1989), a conquista da terra, iniciada na quarta década do século XVI, com o processo de colonização, revestiu-se de grande violência: foi feita às custas do aprisionamento e expropriação do indígena, a quem o conquistador, o homem branco, por considerar-se superior, transformava em sua propriedade. O nível de expropriação foi tão intenso que acabou produzindo um fato político, a resistência.

A política de incentivos aguça o interesse da grande empresa pela terra, então vamos ocupar. Entra em terra de índio, em terra demarcada, entra no que der! E tem que expulsar o pessoal violentamente, o que acaba produzindo reações (MARTINS, 1991, p.47).

Daí partiram os movimentos camponeses, reagindo contra uma estrutura fundiária que negava o acesso à posse da terra aos que nela trabalhavam, em benefício daqueles que, tendo direito a terra, utilizavam-na como uma mercadoria, como um bem negociável.

A formação do campesinato, não entendido como do tipo feudal europeu, mas como grupos de pessoas pobres que se estabeleciam em terras não juridicamente apropriadas, ou em terras apropriadas, mas com o consentimento do proprietário, para desenvolver culturas de subsistência, deu-se vagarosa e persistentemente, desde o tempo da colonização (ANDRADE, 1989). Diversos estudos consideram que o campesinato se reproduziu historicamente no interior das grandes propriedades, constituindo-se ao mesmo tempo como força de trabalho das plantações e pequenos estabelecimentos familiares de agricultura de subsistência (LAMARCHE, 1993).

Os cronistas do século XVI já afirmavam que os colonos<sup>7</sup> que aqui chegavam montavam engenhos, quando tinham posses, ou plantavam cana para moer nos engenhos, se não dispunham de capital. Os mais pobres, que se estabeleciam em lugares distantes dos engenhos, plantavam para subsistir e criavam animais. Claro que entre os colonos, alguns, donos de rebanhos expressivos, tornaram-se fazendeiros, enquanto outros, não tendo desenvolvido suas explorações, tornaram-se sitiantes, titulares de pequenas explorações familiares. Esses dariam origem aos camponeses nordestinos<sup>8</sup>. O que une riqueza e miséria extremas, neste país, é o fato de que a riqueza de poucos tem sido produzida pela exploração sem limites e pela expropriação violenta de muitos, desprotegidos, que nem mesmo têm possibilidade de exigir o cumprimento dos poucos direitos sociais e individuais reconhecidos em lei. O Brasil atrasado e faminto não é o Brasil em vias de se tornar o Brasil moderno e desenvolvido. Ao contrário, o

---

<sup>7</sup> O colono não era um trabalhador individual, mas sim um trabalhador familiar (MARTINS, 1998).

<sup>8</sup> Em linhas gerais pode-se admitir que o termo camponês no Nordeste do Brasil tem duas acepções: uma mais geral, englobando todos os que vivem e trabalham no campo, e outra de sentido restrito, compreendendo apenas aqueles que não foram ainda inteiramente expropriados dos meios de produção (JULIÃO, 1962 apud ANDRADE, 1989).

desenvolvimento brasileiro tem sido garantido, cotidianamente, graças à miséria da maioria (MARTINS, 1991).

Pagando a renda da terra em dinheiro ou em serviços, isto é, dando um certo número de dias de trabalho à propriedade. A essa obrigação é que se chamou “cambão”, nome bastante divulgado após 1950, quando as ligas camponesas o transformaram em símbolo de dominação injusta. Havia também o chamado trabalhador de condição, ou condiceiro, aquele que recebia um pequeno sítio, onde trabalhava com a família, produzindo alimentos, obrigando-se a dar alguns dias de serviço por semana à propriedade, mediante o pagamento de uma modesta remuneração (ANDRADE, 1989), o que levou Vinhas (1980) a refletir:

A terra é o principal meio natural de produção no setor da economia agrícola. Por mais sofisticada que seja a técnica usada para extrair o que ela é capaz de fornecer, é insubstituível. Por isto, sua posse, a estrutura dessa propriedade, tem um significado especial. A terra não é uma fábrica ou outro meio qualquer capaz de ser construído pelo homem. Ela é da nação que a ocupa, do povo desta nação, para os quais sua ocupação e uso são de fundamental importância: para sua grandeza ou pobreza. (VINHAS, 1980, p. 9).

O desenvolvimento dessas formas de relações de trabalho é facilmente compreensível em uma sociedade em que os proprietários de terra possuíam áreas superiores à capacidade de produção de seus engenhos e não dispunham de dinheiro em espécie para pagar salários. Isso permitia a utilização de sistema do tipo “colonato”, que consistia, segundo D`Incao (1983), no contrato de uma família para cuidar de alguns milhares de pés de café por ano, mediante um pagamento mensal. “Seu sustento ficava por sua conta, mas as despesas com a lavoura eram de responsabilidade do proprietário. Na época da colheita, o dono do cafezal pagava ao colono e seus familiares por saco de café colhido”. (D`INCAO, 1983, p.55). Sempre que necessário, havia colaboração dos colonos vizinhos.

A partir da década de 1930, coincidindo, portanto, com a decadência do café e início do incremento do algodão e das pastagens, o sistema de colonato foi gradativamente substituído pelos de parceria<sup>9</sup> e arrendamento<sup>10</sup>. Estes se apresentavam como mais vantajosos, dentre outras coisas, pelo fato de exigirem menor capital inicial (D`INCAO, 1983). No caso do arrendamento, por exemplo, bastava ter a terra, uma vez que os demais encargos ficavam por conta do arrendatário. Eram também mais vantajosos porque mais baratos, pelas possibilidades de exploração do parceiro ou arrendatário, através do fornecimento de gêneros alimentícios e outras utilidades, e ainda pela possibilidade de contar com um número mínimo de trabalhadores nas fases de preparo da terra, plantio e demais cuidados necessários à lavoura. Evidentemente, a adoção de tais sistemas era possível devido à relativa disponibilidade de mão-de-obra existente, por ocasião das colheitas. Embora contratados nos termos legais do contrato de sociedade, na prática, os parceiros e arrendatários nada mais são que vendedores de sua força de trabalho. O que se observa, portanto, e mais freqüentemente, no aproveitamento da força de trabalho do “bóia-fria”, é a substituição de um sistema de exploração da força de trabalho, que permite ao empregador furtar-se aos compromissos trabalhistas – arrendamento e parceria -, por outro que também lhe oferece esta possibilidade (D`INCAO, 1983).

No final do século XIX, no desenvolvimento do capitalismo, nos processos de exploração e dominação e na insustentabilidade do trabalho escravo, estabelecia-se o trabalho livre. É importante lembrar que o trabalhador livre sempre existiu na sociedade escravocrata (FERNANDES, 2000). Entre os trabalhadores

---

<sup>9</sup> Recebe a maior quantidade de benfeitorias e paga a maior renda (50% da produção), e tem o compromisso de cultivar um único produto, o de fazê-lo nos moldes da assistência técnica oferecida pelo proprietário (D`INCAO, 1983, p. 56).

<sup>10</sup> Paga a renda em dinheiro ou mercadoria e usa livremente a terra (D`INCAO, 1983, p. 56).

livres vale destacar os sitiantes, os agregados e os negros. Os sitiantes eram pequenos proprietários ou posseiros. Os agregados eram moradores em terra alheia, que viviam e trabalhavam nas grandes fazendas. Os negros eram escravos que por diferentes meios haviam sido libertados ou tinham comprado sua liberdade.

Com o fim da escravidão, a geração do trabalho livre determinava uma outra relação social: a venda da força de trabalho. O escravo não vendia sua força de trabalho, ele era vendido como mercadoria e como produtor da mercadoria (FERNANDES, 2000). Ele era objeto de comércio do seu proprietário. Com a formação do trabalhador livre, conservou-se a separação entre o trabalhador e os meios de produção. Agora a subordinação acontecia pela venda de sua força de trabalho ao fazendeiro, ao capitalista, como afirma Martins (1989):

A nova cultura dos pobres do campo nasce no espaço produzido pelo rompimento dos vínculos de dependência. Esse rompimento, ao libertar o trabalhador, libertou o trabalho e revelou o significado da propriedade. É uma certa noção de trabalho que organiza as novas concepções da vida, do eu e do outro, do nós, do movimento, das relações sociais, os novos valores, o projeto. A nova cultura está centrada no trabalho (e suas dificuldades) e não na propriedade, na liberdade de quem trabalha e na condenação do cativo, na concepção de direitos produzidos pelo trabalho. (MARTINS, 1989, p. 22).

Com a instituição do trabalho livre, que se expandiu com a chegada do imigrante europeu, o antigo escravo conseguiu ser dono de sua força de trabalho; já o imigrante expulso de sua terra era livre por só possuir a sua força de trabalho.

Ao mesmo tempo, enquanto os trabalhadores enfrentavam a luta pela terra, os ex-senhores de escravos e fazendeiros grilaram a terra. E, para realizarem seus interesses por meio da trama que construiu o domínio das terras, exploraram os camponeses. Estes trabalharam a terra, produziram novos espaços sociais e



foram expropriados, expulsos, tornando-se sem terra (FERNANDES, 2000). É evidente que esse processo de apropriação das terras gerou conflitos fundiários, de modo que a resistência e a ocupação eram perenes. Assim, foram formados os latifundiários, a partir da grilagem de imensas porções do território brasileiro. O aspecto mais contraditório dos grandes latifundiários é o uso que se faz da terra. Além de ser usada como qualquer outro objeto para fins especulativos, a terra é mais empregada em pastoreio para engorda de animais e outros fins que não a produção de alimentos, tendo em vista os mercados interno e externo (VINHAS, 1980). Dessa forma, aconteceu, em grande parte, o processo de territorialização da propriedade capitalista no Brasil.

No seu desenvolvimento, o capitalismo demonstra-se desigual e contraditório em relação à posse da terra, e sua essência está na reprodução ampliada do capital. Na medida em que se dá o desenvolvimento do capitalismo no campo, este tende a se apropriar de todos os setores de produção, expropriando os trabalhadores de seus instrumentos e recursos. E o capital, conseqüentemente, apropria-se do trabalho livre para a sua reprodução. Desenvolve-se uma relação social, em que, de um lado, o capitalismo compra a força de trabalho, pois esta é fundamental para a reprodução ampliada do capital, e, do outro lado, o trabalhador vende a força de trabalho, pois isso é fundamental para a sua sobrevivência. Cria-se assim a propriedade capitalista e o trabalho assalariado. Contudo, a reprodução ampliada do capital não acontece somente dessa forma, ou seja, por ser desigual e contraditório, o capitalismo não domina somente de modo real as relações de trabalho assalariado e produção. Isso significa que o capitalismo não se desenvolve e se expande de forma linear. No seu desenvolvimento e expansão, o capitalismo instala relações de trabalho assalariado, ou que deveria ser assalariado e, na

maioria das vezes instaura e subordina de modo formal outras relações, como por exemplo, as relações de trabalho e de produção não-capitalista: o trabalho familiar, a parceria, etc. (FERNANDES, 1999).

O capital é uma relação social que, inclusive no campo, antes de tudo, é uma relação de expropriação e de exploração. Cria, de um lado, os exploradores e, de outro, os explorados, produz a fartura e a fome. Esse é o caráter inerente à contradição do desenvolvimento capitalista no campo. Diante dessa realidade, os trabalhadores rurais têm criado diversas formas de resistência, durante toda a sua história, através das lutas sociais no enfrentamento com o Estado, com os proprietários de terra e capitalistas. Não é só a luta pela terra que está em questão, é uma luta contra um modelo de desenvolvimento que historicamente privilegia um único tipo de propriedade. O problema da terra no Brasil, na realidade, não passa simplesmente pela distribuição de terra, mas pela reorganização da produção e de seus meios para atender ao processo de reprodução natural do capital.

Com o intuito de acelerar o desenvolvimento do capitalismo no campo, incentivando a reprodução da propriedade capitalista, a chamada “modernização da agricultura brasileira”, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, contou com uma efetiva intervenção do Estado, oferecendo crédito farto e barato, incentivos fiscais e comerciais, pesquisa e assistência técnica, e condições políticas favoráveis a uma privilegiada camada de produtores rurais. Não houve alteração na elevada concentração fundiária, priorizando a grande ou média empresa agrícola patronal, considerada, assim, “modernização conservadora” da agricultura brasileira, marcada pela exclusão social, formação de uma classe de assalariados rurais com baixíssimo poder de compra, desemprego, especialmente o desemprego sazonal, e pela precariedade das condições de trabalho. Como resultado, mais de 28 milhões de

peças deixaram o campo em direção às cidades entre 1960 e 1980. Incapazes de permanecer no campo e atraídos pelo processo de industrialização, eram agora açados por outra forma de exploração, uma mão-de-obra desqualificada disputando as migalhas do trabalho assalariado urbano, quando esse existia. (BERGAMASCO, 1996).

A implementação dessa política agrária a qualquer preço resultou, por um lado, na manutenção dos latifúndios no Nordeste, na criação de inúmeros latifúndios na Amazônia e na disseminação da agroindústria no Centro-Sul e Nordeste, através da monocultura para exportação - soja, laranja, cana-de-açúcar, etc. -. Esse processo intensificou a concentração de terras e a expropriação dos lavradores que, impossibilitados de reproduzir a agricultura familiar, migraram em direção à Amazônia<sup>11</sup> e, em maior número, para as cidades (FERNANDES, 1999).

Apesar da penetração da tecnologia, a concentração e o monopólio persistem, o que fornece ao latifundiário maiores riquezas e poder, maior concentração de renda e contribui para a escassez e o alto custo dos produtos de consumo interno. Leva ao assalariamento de parceiros, arrendatários, ocupantes, miniproprietários e assemelhados, obrigando estes trabalhadores a envolver parentes na produção, para “completar o orçamento” (VINHAS, 1980). O camponês não pode, nessas condições, subtrair-se ao processo de mecanização e alta de sua produtividade. É constrangido pela necessidade de se recuperar diante de uma evolução dos preços que lhe é inteiramente desfavorável. Conseqüentemente,

---

<sup>11</sup> Assim o governo militar realizou os objetivos de sua política agrária, promovendo a modernização técnica no campo sem mexer na estrutura fundiária, valorizando as terras apropriadas pela burguesia agrária e criando uma reserva de força de trabalho. Por fim, com os projetos de colonização, transferiu parte da população expropriada para a Amazônia (FERNANDES, 1999).

quanto mais se moderniza e depende do mercado para seus equipamentos, mais deve intensificar seu trabalho e o de sua família (VERGOPOULOS, 1977).

A modernização no campo também provocou o desemprego, a instabilidade e migrações. O que leva Santos (2002) a refletir:

Se eu deixo o campo atrasado, as pessoas saem. Se eu modernizo o campo, as pessoas saem. A reforma agrária não tem o peso hoje que tinha antes. O Brasil é outro. O mundo é outro. Creio que pessoas que querem trabalhar a terra devem ter terra. Mas é preciso dizer a elas que não vão ter a terra por muito tempo, porque o sistema de circulação de mercadorias e a competição entre os produtores fará com que, em menos de uma geração, a terra seja objeto de reunião outra vez. À medida que o país se modernizar, o pequeno produtor rural ficará sem defesa. (SANTOS, 2002, p.20).

Neste complexo reside a causa das crescentes tensões sociais em torno da posse da terra, atingindo regiões de todo o país (VINHAS, 1980). Até julho de 1981, a Comissão Pastoral da Terra, da Conferência Episcopal, registrou 916 conflitos fundiários em todas as regiões do país, envolvendo 261.000 famílias, num total de quase dois milhões de pessoas (MARTINS, 1989). Vejamos a entrevista de Dom Tomás Balduino - dirigente da comissão da Pastoral da Terra - à revista *Caros Amigos* em março de 2005, no que diz respeito à violência no campo: “de 1985 a 2004, foram 1.379 mortes no campo. Só 75 julgamentos, só quinze mandantes condenados. De 1.379, só 64 executores [...] um abafamento no caso da *Dorothy*<sup>12</sup> é punição imediata dos culpados e pronto. O governo lavou as mãos”. Esse fato retrata a assimetria do Poder Judiciário brasileiro, que para uma freira americana, não discordando da importância do fato, é extrema eficiência, enquanto para cerca de 1.379 brasileiros assassinados, extrema inoperância.

---

<sup>12</sup> Dorothy Stang nasceu em 1931, em Dayton, Ohio, EUA. Freira e fundadora da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi assassinada no município de Anapu, no Estado do Pará, em 12 de fevereiro de 2005.

Os atuais conflitos no campo estão sempre relacionados à expropriação, à mecanização e à industrialização do agronegócio, que concentram as terras de forma mais rápida que qualquer reforma agrária, causando assalariamento e emigração. Os que insistem em permanecer na terra resistem em meio a conflitos sociais, desencadeados em razão das objetividades contrárias relativas a terra, buscadas pelo trabalhador e pelo capitalista:

Os conflitos sociais no campo se deram e continuam a ocorrer em todo a história de estruturação do espaço nacional tendo sempre como elemento centralizador a concepção do trabalho, o conflito “provocado” pelo capital que gera o confronto entre a terra de negócio e a terra de trabalho por causa da renda da terra e ainda a exploração do trabalho. (ROSSINE, 1983, p. 28).

Diz Silva (2003, p.28): “[...] a agricultura do futuro, tal como já se esboça em algumas regiões do país, será apenas mais um ramo da indústria, com pequenas especificidades ligadas ao papel desempenhado pela terra como meio de produção”. Este caminho não é simples, e o autor reconhece que será longo e cheio de crises. Contudo, a indústria na terra, defendida por Silva (2003), possui severos críticos, que vêem neste sistema uma continuidade do modelo de reprodução de capital excludente, buscando sempre redução de custos e ganhos de escala, gerando desemprego e devastação ambiental. Dom Tomás Balduino (2005), afirma como funciona o agronegócio no Brasil:

Agora, abram os olhos, porque latifundiário é figura quase superada, ninguém quer levar esse nome. Fazendeiro, nem isso. Mas é o agronegócio que é o grande negócio, inclusive muito elogiado pelo governo. A imprensa tem estudos e mais estudos, vai pela televisão, o povo bebe isso! Tanto que a CPT está com medo de abrir a boca e falar que o agronegócio é violento. Nós somos um caderno de conflitos cobrindo o ano de 2004. A leitura feita por cientistas fala que, proporcionalmente, onde o agronegócio é florescente é mais forte o conflito. Aparentemente, o agronegócio parece que é o progresso, por exemplo, lá no sudoeste de Goiás, um grande plantador de soja comprou dezesseis colheitadeiras para soja, mandou embora 2.000 empregados. Isso é o agronegócio. A devastação do cerrado. Falam de 80 por cento, são dados que

precisávamos saber antes que o cerrado desapareça, saber o quanto ainda existe de cerrado. (BALDUÍNO, 2005).

Para Vinhas (1980), o surgimento de favelas nas cidades e vilas do interior por massas de trabalhadores expulsos das fazendas por causa da tecnologia modernizante e/ou da fuga dos proprietários, para não serem obrigados a aplicar a legislação trabalhista rural, tem como consequência o fenômeno da dinâmica urbanização e valorização dos imóveis urbanos, que expulsa dos bairros e vilas os operários dos maiores centros industriais que vivem próximos aos locais de trabalho. Assim se explica por que é crescente a participação de parentes na produção: necessidade de fazer frente às terríveis dificuldades para sobreviver. Diz Marx: “[...] despojando as grandes massas de seus meios de produção e de existência tradicionais, as lançam de improviso no mercado de trabalho. Mas, a base de toda esta evolução é a expropriação dos cultivadores<sup>13</sup>”. O pequeno camponês proprietário não tem, na verdade, o comportamento de um arrendador, nem o de um empresário capitalista. Inicialmente é ele obrigado a produzir, seja qual for a conjuntura do mercado, sob pena de não sobreviver. Contenta-se, em seguida, com o equivalente a um salário, sem levantar problemas de renda ou de lucro. O pequeno camponês comporta-se exatamente como um assalariado (VERGOPOULOS, 1977).

As relações de trabalho no meio rural, a situação dos trabalhadores do campo, as más condições de vida, começam a ser vistas como resultantes da falta de desenvolvimento econômico, da existência de fatores adversos a que as possibilidades do capitalismo desenvolvido ali se concretizem. Conforme observado por Martins (1998):

---

<sup>13</sup> MARX, K. **A Origem do Capital**. São Paulo: Ed. Fulgor, 1964, p. 17.

Esta gente trabalha sem técnica e sem ajuda de recursos técnicos. [...] o baixo nível de inversão de capitais, o reduzido rendimento por unidade de área e absorção de elevada porcentagem de mão-de-obra não especializada em rotineiras atividades ligadas ao solo e à criação, eis, em grandes linhas, a configuração da vida econômica, na região. (MARTINS, 1989 p.21).

Essa inexistência ou desarticulação dos vários serviços que deveriam suplantar esta economia semifeudal, serviços de crédito, assessoria técnica, armazenagem, comercialização dos produtos, serviços de educação, de saúde e infra-estrutura completam o resto do quadro (MARTINS, 1989).

Pedir às pessoas que fiquem no campo é uma herança romântica. Por que elas deveriam ficar no campo? No campo é mais difícil ter educação, saúde. É até mais difícil consumir ideologia. A idéia de prender o homem ao campo é um equívoco. Em uma economia de prosperidade, eu vivo na cidade e trabalho no campo. A reforma agrária vai acelerar o êxodo. Não vai reduzi-lo. (SANTOS, 2002, p.37).

Veiga (2002) discorda, defende que o sucesso ou insucesso de criar novas oportunidades regionais de emprego não estão estritamente correlacionadas aos graus de urbanidade ou de ruralidade. A ruralidade não é deficiência, e também não é sinônimo de declínio; tanto quanto urbanidade e aglomeração não garantem automaticamente um próspero desenvolvimento.

## 2.2 A HISTÓRIA MODERNA DA REFORMA AGRÁRIA

Após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil continuou seu processo de industrialização e urbanização, em ritmo acelerado, com forte reflexo sobre a distribuição da população entre o campo e a cidade, conforme Tabela 1. No estado da Bahia, como demonstrado na Tabela 2, apesar do rápido crescimento da população urbana entre as décadas de 1970 e 1990, a população rural, ao contrário do Brasil, cresceu lentamente, ao menos até a década de 1990, quando enfim, teve sua população rural reduzida em aproximadamente quinhentos mil habitantes. A

migração, causada pela crise econômica do estado, com forte reflexo sobre a agricultura familiar, teve como destino os centros urbanos das grandes cidades baianas, ratificando a impossibilidade de assimilação desse contingente humano no meio urbano dessas cidades.

**Tabela 1 - Brasil: População Absoluta, Urbana e Rural, e Taxa de Urbanização 1940-2000**

Anos	População Total	População Urbana	População Rural	Índice de Urbanização
1940	41.326.000	10.891.000	30.435.000	26,35
1950	51.944.000	18.783.000	33.161.000	36,16
1960	70.191.000	31.956.000	38.235.000	45,52
1970	93.139.000	52.905.000	40.234.000	56,80
1980	119.099.000	82.013.000	37.086.000	68,86
1991	150.400.000	115.700.000	34.700.000	77,13
2000	169.799.170	137.953.959	31.845.211	81,25

Fonte: IBGE - Censos Demográficos. (IBGE, 2004).

**Tabela 2 - Bahia: População Absoluta, Urbana e Rural, e Taxa de Urbanização 1940-2000**

Anos	População Total	População Urbana	População Rural	Índice de Urbanização
1940	3.918.112	937 571	2 980 541	23,93
1950	4.834.575	1 250 507	3 584 068	25,87
1960	5.920.447	2 032 922	3 887 525	34,34
1970	7.493.470	3 085 483	4 407 987	41,18
1980	9.454.346	4 660 304	4 794 042	49,29
1991	11.867.991	7 016 770	4 851 221	59,12
2000	13.066.910	8 761 604	4 305 306	67,05

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (IBGE, 2005).

Em 1946, foi elaborada a Nova Constituição. Nesse período, a questão agrária começou a ganhar importância, embora nenhum projeto de lei sobre a reforma agrária tenha sido aprovado. No final da década de 1950, aumentaram os debates sobre o assunto e a participação popular na reivindicação de mudanças estruturais no país. Dentre as chamadas reformas de base, a reforma agrária era a que mais dividia as opiniões. Em 1962, foi criada a Superintendência de Política



Agrária (SUPRA). Em 1963, foi aprovado e sancionado o Estatuto do Trabalhador Rural, que inseria, na legislação trabalhista, o trabalho no campo dentro da legislação trabalhista. No início de 1964, o governo federal tomou uma série de providências com vistas a efetivar a desapropriação de terras, além de propor mudanças na Constituição para permitir a reforma agrária (SILVA, 1971).

A partir da década de 70, os governos militares desenvolveram modelos de desenvolvimento agropecuário que tinham o objetivo de modernizar a agricultura, baseando-se na grande propriedade e disponibilidade de crédito e subsídios. Esse novo modelo financiou a modernização tecnológica de alguns setores, causando uma profunda transformação demográfica – conforme Tabela 1. Esse sistema, conhecido como “Modernização Conservadora”, criou grandes propriedades monocultoras. A modernização da agricultura agravou a situação da produção familiar, que continuou excluída da política agrícola brasileira, expropriando e expulsando milhões de pessoas para os bolsões de pobreza, característicos dos centros urbanos brasileiros.

A partir da organização das Ligas Camponesas e Associações de Trabalhadores Rurais, cresceram em forma significativa as reivindicações por melhores condições de vida no campo, pela aplicação da legislação trabalhista na agricultura - salário mínimo, assistência médica, aposentadoria etc. - e por emprego permanente. A satisfação do conjunto destas reivindicações se enfrentava com a resistência dos grandes proprietários agrários, os latifundiários, uma das classes com maior representatividade no amálgama de forças políticas que até então detinha o poder no Brasil (RIBEIRO, 1988), conforme ilustra a seguinte afirmação de D`Incao (1982):

A luta dos camponeses pela reforma agrária é, portanto, uma luta pela sua própria cidadania: trata-se de o camponês transformar-se num cidadão pleno. Por outro lado, para a sociedade, trata-se de encontrar bases mais sólidas para a democracia, não como na versão conservadora, criando uma classe média rural, mas sim incorporando à comunidade política, como parceiros plenos do jogo político aqueles a quem o latifúndio não reserva outro papel que o de suportes de sua própria sobrevivência. (D'INCAO, 1982, p.21).

A luta pela Reforma Agrária deu lugar a sérios choques em várias regiões do país entre camponeses e setores dos grandes proprietários de terra. Contribuiu, sobretudo, para dar um sentido político à atividade do movimento, num momento de total cerceamento das atividades políticas, fazendo com que os conflitos pela posse da terra não desaparecessem como manifestações isoladas de inconformismo e colocando o movimento, como um todo, na posição de quem cobra do Governo uma decisão política (D'INCAO, 1982). E pode-se afirmar que o fato de ter João Goulart assumido o governo empunhando a bandeira da reforma agrária na sua mão esquerda<sup>14</sup> foi, sem dúvida, uma das razões que levaram à sua deposição pelos militares em março 1964 (RIBEIRO, 1988; SILVA, 1971).

A reforma agrária é uma decisão política, isso entendido no amplo sentido que esse conceito comporta. Político, porque é uma reivindicação de uma classe social, que visa modificar a estrutura de posse e uso da terra, alterando o monopólio da propriedade privada, o que repercute sobre as condições em que, por decorrência desse monopólio, são definidos os espaços de organização e de mobilização dos trabalhadores agrícolas (D'INCAO, 1982). Há certas medidas de caráter propriamente jurídico - direito de voto, liberdade de associação, extensão da

---

<sup>14</sup> No fértil noticiário da época estão as peripécias de Brizola no Rio Grande do Sul, a pregação esquerdista de Julião, mobilizando perigosamente os rurícolas do Nordeste em torno de suas famosas Ligas Camponesas, os episódios agrários que começavam a se desenrolar na periferia do Rio de Janeiro, mediante as invasões e outros conflitos de terra que se realizaram no interior fluminense durante 1962 e 1963, tudo isso e mais os incidentes isolados que pipocavam em Goiás – com as desapropriações políticas de Jango e os Kibutzin que Mauro Borges importara de Israel -, em São Paulo, e sempre agitado sudoeste paranaense, assustava os fazendeiros e os seus amigos da alta política (SILVA, 1971, p. 117).

legislação trabalhista, legislação agrária -, que são importantes e que podem, digamos assim, assegurar à massa camponesa, melhores condições de representação. Mas o que se verifica é que aqueles que dependem da terra para viver e estão excluídos da propriedade da terra, estão excluídos da própria comunidade política (D'INCAO, 1982).

Com o golpe de Estado ocorrido em 31 de março de 1964, o governo passou a ter liderança militar, que resolveu mudar a bandeira da Reforma Agrária, passando-a para a mão direita. Devido ao intenso debate sobre o assunto e ao comprometimento de outros países latino-americanos com a realização da reforma grária, firmado através da *Carta de Punta del Este*<sup>15</sup>, o novo governo incluiu-a como uma de suas prioridades. Foi elaborada e aprovada a Emenda Constitucional, de 10 de novembro de 1964, que permitia à União promover a desapropriação por interesse social, mediante pagamento de prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública, causando descontentamento entre políticos influentes e latifundiários que comparavam Castelo Branco a Jango. Contudo, o primeiro governo militar chegou à conclusão que uma Reforma Agrária “limitada, ordenada e liberal” era uma das condições básicas para superar a crise que afrontava o país e evitar a continuação da insatisfação e agitação entre os camponeses, com todo o potencial revolucionário que isso implicava. Foi então aprovado, depois de sérias dificuldades políticas, um Estatuto da Terra<sup>16</sup> que permitia o pagamento das terras a serem expropriadas com títulos da dívida pública. Ao mesmo tempo, foram criados o

---

<sup>15</sup> Documento que resultou das discussões do Congresso da Associação Interamericana de Defensores Públicos, realizado na cidade uruguaia de *Punta del Este*. Os países latino-americanos teriam de elaborar programas nacionais de desenvolvimento que contemplassem tanto projetos ligados ao desenvolvimento econômico, quanto propostas nas áreas de reforma agrária, habitação, educação e saúde.

<sup>16</sup> O Estatuto da Terra foi criado em 02 de março de 1963, através da Lei 4.214.

Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)<sup>17</sup> e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). O Brasil passou, com isso, a dispor de aparato jurídico e institucional que permitiria iniciar um programa nacional de reforma agrária (SILVA, 1971). Mas a realidade é que tal Estatuto, apesar de bastante moderado e insuspeito de subversão, nunca encontrou uma aplicação na prática (RIBEIRO, 1988).

Para Ribeiro (1988), a manutenção do latifúndio foi, pouco a pouco, se transformando em um dos pilares e a Reforma Agrária passou a ser considerada como um dos temas proibidos no país durante o regime militar. Em 1970, foram extintos o IBRA e o INDA, e foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foram lançados os Programa de Integração Nacional (PIN)<sup>18</sup> e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), com o objetivo, teoricamente de redistribuir terras, mas desta vez através do pagamento em dinheiro das indenizações por interesse social. Porém, passados quatro anos de sua criação, os resultados foram praticamente nulos (RIBEIRO, 1988). Tal situação provocou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara dos Deputados, destinada a analisar as atividades do PROTERRA. Merece ser citada parte das declarações de uma das várias personalidades que depuseram, na referida Comissão, o engenheiro agrônomo José Gomes da Silva, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA):

---

<sup>17</sup> As primeiras iniciativas do IBRA foram direcionadas ao levantamento de dados, zoneamento, cadastro e tributação, áreas de atuação consideradas prioritárias, em contraposição à desapropriação por interesse social. Mais tarde, em 1967, o IBRA passou a priorizar a colonização e a expansão da fronteira agrícola, relegando a desapropriação para fins de reforma agrária para um segundo plano (RIBEIRO, 1988).

<sup>18</sup> O PIN teve o objetivo de colonizar a Amazônia, a partir da rodovia Transamazônica, atraindo o povo nordestino para aquela região. No entanto, o impacto desse programa foi muito pequeno se comparado às metas propostas e aos recursos alocados (RIBEIRO, 1988).

[...] em quase 11 anos de vigência do Estatuto da Terra, não foi possível assentar ainda 10.000 famílias em novas áreas de terra própria provenientes de retribuição; e, segundo os dados apresentados pela CONTAG a esta CPI, apenas 491 parceliros foram assentados, até agora, durante quatro anos, sob a rubrica do PROTERRA. É oportuno comparar essas cifras com a demanda da população sem-terra. Segundo a FAO, o Brasil precisaria instalar, durante 10 anos, entre 300.000 a 400.000 famílias por ano. Nossos cálculos, mais modestos, admitem a manutenção dum sub-setor empresarial, e levam à cifra de 162.000 famílias anuais para atender ao crescimento populacional e à demanda por terra própria do atual contingente de beneficiários potenciais<sup>19</sup>. (RIBEIRO, 1988, p. 71).

Convém salientar, porém, que, em 1968, o então presidente Costa e Silva criou um grupo de trabalho, o GERA, que visava identificar as causas da não-aplicação do Estatuto da Terra e apontar as medidas que o dinamizassem. Entre outros conselhos dados pelo GERA, saliente-se o da fusão dos dois institutos existentes, IBRA e INDA em um só instituto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (ANDRADE, 1989).

O Estatuto da Terra, não tendo revogado o artigo 147 da Constituição de 1946, que estabelecia que as propriedades só poderiam ser desapropriadas com o pagamento justo, prévio e em dinheiro, dificilmente facilitaria o surgimento de medidas que intensificassem a reforma agrária. Só em 1967 foi que a nova Constituição, aprovada por um Congresso mutilado por cassações de mandatos, estabeleceu em seu artigo 157 que a indenização seria “mediante pagamento prévio e justa [...] em títulos de dívida pública” (ANDRADE, 1989, p.45). Avançava-se um pouco e, ainda mais em 1969, quando o Ato Institucional nº 9, de 25 de abril, retirou o “prévio”.

Toda essa estrutura legal, porém, não funcionou a contento. José de Souza Martins (1981) observa que o Estatuto da Terra, tendo um caráter

---

<sup>19</sup> Ver p. 4 de seu depoimento à CPI da Câmara dos Deputados, outubro 1975.

eminentemente capitalista, não objetivava a melhor distribuição da terra; na realidade, visava transformá-la em bem de negócio, estimulando o desenvolvimento de empresas agrícolas, de grande, pequeno e médio porte. Seria, assim, um dos responsáveis pela modernização dolorosa de que fala Silva (2003). “O que vejo, no Brasil, em termos de Reforma Agrária, é o seguinte: os proprietários querem desenvolver a agricultura, mas sem distribuir a terra; eles querem manter a grande propriedade fundiária, a grande propriedade capitalista, para ter o seu controle, mantê-la nas suas mãos. Jamais pensam em uma terra dividida para os camponeses”. (D’INCAO, 1982, p.96).

A reforma agrária é uma reivindicação objetiva do movimento camponês, do movimento sindical de trabalhadores rurais através de suas várias formas de expressão. Não devemos esperar que as coisas aconteçam para que funcionem. Isso é um processo que envolve lutas, conquistas, recuos e assim por diante. Fundamentalmente, o ponto que temos que enfatizar é este: sem se tocar na propriedade da terra esse processo não se completa. A democratização para o camponês passa, necessariamente, pela reforma agrária (D’INCAO, 1982).

Infelizmente não é possível alongar esta análise aqui, mas todos sabem que a reforma agrária não foi feita, que a estrutura agrária continua concentrada e, mais ainda, foi a época em que mais se concentrou a terra neste país; que a população rural continua miserável, muito mais miserável talvez. E nós acabamos, no final de 20 anos, período do regime militar, descobrindo que a estrutura agrária não entrou o processo de industrialização do país: a industrialização se fez. E se fez, de uma maneira distinta daquela que muitos queriam, mas ela se fez e nos levou a descobrir um segredo muito importante do desenvolvimento capitalista: que o desenvolvimento cria muita riqueza - mas a concentra em poucas mãos - e miséria generalizada, quando muita gente tinha esperança de que o processo de industrialização brasileira fosse a redenção não só da burguesia, mas também dos trabalhadores brasileiros. (D’INCAO, 1982, p.37).

Com o objetivo de resolver conflitos de terras na região Norte, o governo Figueiredo criou o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF) e os Grupos Executivos de Terras do Araguaia/Tocantins (GETAT) e do Baixo Amazonas (GEBAM), que funcionaram paralelamente ao INCRA, e que, posteriormente foram extintos. A ênfase da ação fundiária desse governo passou a ser a de titulação de terras. Um balanço da ação fundiária dos governos militares – 1964 a 1984 -, feito pelo INCRA, mostrou que o número de famílias assentadas em programas de colonização – maioria – e reforma agrária – minoria – foi de 115 mil, tendo sido desapropriados 13,5 milhões de hectares de terras e 185 imóveis (INCRA, 1999).

Em virtude do baixo desempenho da estrutura fundiária no Brasil e do agravamento dos problemas sociais no meio rural, o início da década de 1980 assiste ao nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), formalmente constituído em 1984, fruto do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro. Portanto, parte da história da luta pela terra.

A construção do Movimento constituiu a interação com outras instituições, especialmente a Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), aprendendo com a história da formação camponesa, o MST, na sua caminhada, construiu o seu espaço político, garantindo a sua autonomia, uma das diferenças entre esse movimento e os movimentos camponeses que o precederam (FERNANDES, 2000).

A partir dos anos 80, registra-se uma reorientação das políticas para o setor. O crédito tornou-se escasso e ainda mais seletivo, “esgotando-se assim as antigas fórmulas e mecanismos de política agrícola” (LEITE, 1997). Esse processo vai desembocar em uma política econômica baseada na abertura de mercados, na

formação de blocos de integração econômica, controlados por empresas transnacionais. Os Estados Nacionais transferem seus poderes para esferas globalizadas. Essas são as marcas dos anos noventa.

### 2.3 A REFORMA AGRÁRIA NA NOVA REPÚBLICA: NOVA TURBULÊNCIA RURAL

O processo de democratização que emerge no início dos anos 80 traz de volta e com muita força a discussão da reforma agrária no país, ao tomar posse um presidente civil, em 1985, o vice-presidente José Sarney, após a morte do presidente Tancredo Neves. José Sarney criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), ao qual o INCRA passou a ser subordinado. O INCRA elaborou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que previa o assentamento de 1,4 milhão de famílias em cinco anos, apenas assentou 84.852 famílias, e mesmo assim, criando novos projetos de colonização na região norte (FERNANDES, 2000). Na realidade, não houve qualquer ruptura significativa com o tipo de política agrária implementada pelos governos militares. Diante de pressões contrárias à reforma agrária, o PNRA sofreu alterações, dificultando o processo de desapropriação – Tancredo Neves, mesmo sem ter assumido o governo, anunciou que começaria a reforma agrária pelo nordeste, através do processo de desapropriação. Como resultado, o número de beneficiários de projetos de reforma agrária no final do governo Sarney em 1990, apenas cumpriu 6% da meta inicial. Nesse governo, o INCRA chegou a ser extinto em 1987 e restabelecido em 1989 (FERNANDES, 2000).

Na segunda metade da década de 80, em continuidade a política de redução do déficit público, cedendo a pressões do FMI, na gestão dos ministros da economia Bresser Pereira e Máilson da Nóbrega, houve uma redução sistemática



dos subsídios, da política de preços mínimos e do volume de recursos do crédito rural, representado pelo PROAGRO<sup>20</sup>, que levou à falência milhares de produtores rurais. Assim, em se tratando de pequenos produtores, houve uma redução do controle do Estado sobre o mercado, o que tornava o governo incapaz de transferir poupança subsidiada para a agricultura familiar, uma vez que os poucos recursos foram destinados ao financiamento da produção de produtos exportáveis do agronegócio, como, o café e a cana-de-açúcar, garantindo o sucesso da safra, mesmo considerando os baixos preços dos produtos (MASSUQUETTI, 1998).

Como resultado desse processo, os agricultores tiveram que vender suas terras para pagar as dívidas, criou-se assim um grupo de indivíduos que não possuíam terras, mas sabiam o que era trabalhar a terra. Paralelamente, houve a incorporação de novas terras, expandindo a fronteira agrícola, fruto da contínua expansão extensiva da agricultura brasileira entre as décadas de 1970 e 1990. Meio milhão de pessoas migraram em direção ao Mato Grosso, especialmente oriundas do Paraná, causando um aumento populacional de 86%, entre 1970 e 1980, naquele estado (OLIVEIRA, 1991). O Brasil rural se multiplicou por três em dez anos, havendo uma rápida expansão do capitalismo no campo (FERNANDES, 1999). Associada à expansão das terras, houve a crescente utilização das terras de baixo preço para a pecuária, o que, posteriormente, transformará o Brasil no maior produtor e exportador de carne bovina do mundo. Esse movimento de expansão aprofundou a diferença entre a grande propriedade capitalista de agronegócio e a produção familiar. Logo, segundo Ignácio Rangel, não existe uma questão agrária estática no Brasil, existe um modo de produção capitalista que gera concentração de

---

<sup>20</sup> Programa de Garantia da Atividade Agropecuária. Tinha o objetivo de assegurar ao produtor rural a exoneração de obrigações financeiras relativas a operações de crédito rural de custeio, quando ocorresse frustração de safras devido a fenômenos naturais, pragas e doenças incontroláveis nos termos do seu regulamento.

terra e um movimento contrário, que luta contra esse processo e a ele se subordina. É um retrocesso, a única agricultura que podem chamar de moderna é a mesma que se vem praticando. A agricultura da mecanização, extensiva e incorporadora de novas terras, depredadora de florestas e envenenadora de solos e, como o próprio Ignácio Rangel assinalou, “expelidora de população do meio rural” (RANGEL, 1982, p.170)

Durante o governo Sarney, foi também elaborada a Constituição de 1988, que trata da questão da desapropriação de terras para fins de reforma agrária. “O Estatuto da Terra só admite a desapropriação, por interesse social, para fins de Reforma Agrária, de dois tipos de imóveis: a) os latifúndios por dimensão; b) os latifúndios por exploração”, Silva (1987, p. 87). A Constituição Federal e o Estatuto da Terra só admitem a desapropriação de propriedades rurais cuja forma de exploração contrarie o uso social da terra<sup>21</sup> (SILVA, 1987).

No governo Collor – 1990 a 1992 -, o MIRAD foi extinto, e sua meta de assentar 500.000 famílias de acordo com a promessa de campanha não foi cumprida. O projeto de reforma agrária, denominado Programa da Terra, previa o assentamento de apenas quatrocentas mil famílias no período de 1991 a 1994, Fernandes (apud INCRA, 1992, p.88). Nesse período, não foi feita nenhuma desapropriação para fins de reforma agrária (AMSTDDEN, 1992). Os poucos assentamentos realizados durante esse governo foram, na sua maioria, resultados de ações do governo anterior.

O recrudescimento da luta pela terra com o aumento da violência no campo, e com a realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)

---

<sup>21</sup> Ver o Estatuto da Terra

levaram, em 1992, os deputados do Núcleo agrário do Partido dos Trabalhadores (PT) - a recolocarem o assunto em pauta. Em um acordo com os partidos de centro-esquerda, foi possível votar e aprovar, em julho de 1992, um projeto de Lei Agrária. Das emendas apresentadas, uma das mais importantes foi a emenda que estabelecia o critério de prioridade de desapropriação. “Enquanto o texto da Câmara estabelecia como critério de prioridade na desapropriação, o Grau de Utilização da Terra (GUT), aplicado em nível nacional, o Senado propôs a observância deste mesmo critério, mas aplicado em cada microrregião homogênea”, Tonelli (apud FERNANDES, 1999, p.14). Essa mudança significou um importante avanço do projeto de Lei Agrária.

A Lei Agrária foi sancionada em 25 de fevereiro de 1993, sob o número 8.629. Embora já existissem dispositivos legais, a reforma agrária só aconteceria na prática com a intensificação da luta pela terra. Diante dessa condição, o número de ocupações cresceu. Em 1993, foram realizadas mais de setenta ocupações com aproximadamente 20.000 famílias acampadas, MST (apud FERNANDES, 1999, p.6). As ações dos movimentos sociais na luta pela terra contribuem para que a reforma agrária saia do papel. É assim que, pouco a pouco, novas conquistas vão se tornando possíveis no cenário das forças políticas do Brasil hoje (FERNANDES, 1999).

Durante o governo Itamar Franco – 1992 a 1994 -, houve uma lenta retomada das ações para a execução de novos projetos de assentamentos. Foi lançado um Programa Emergencial para o assentamento de 80.000 famílias que atendeu 23.000 famílias, com a implantação de 152 projetos (INCRA, 1993).

Uma análise dos 30 anos de existência do Estatuto da Terra – 1964 a 1994 – mostrou que o número de famílias assentadas foi de 350.836, em 1.626 assentamentos, levando-se em consideração os de reforma agrária e de colonizações – ambos feitos pelo governo federal – e de ações fundiárias estaduais (GUEDES PINTO, 1995).

No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, após o massacre de Corumbiara<sup>22</sup> no estado de Rondônia, em agosto de 1995, e de Eldorado dos Carajás<sup>23</sup> no estado do Pará, em abril de 1996, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário, responsável pela reforma agrária e, hoje também pela agricultura familiar. Impulsionadas pela pressão de movimentos sociais e pela opinião pública, diversas iniciativas buscaram a efetivação dos assentamentos. Entre elas se destacam o aumento do número de desapropriações e a atuação através de linhas de crédito específicas, como o PRONAF. A reforma agrária foi apresentada como uma medida para o desenvolvimento da agricultura familiar, para a solução do problema de segurança alimentar e para a redução dos conflitos agrários. Contudo, o projeto se limita a uma política compensatória, sem ter o objetivo de alterar o modelo de desenvolvimento da agricultura (FERNANDES, 1999).

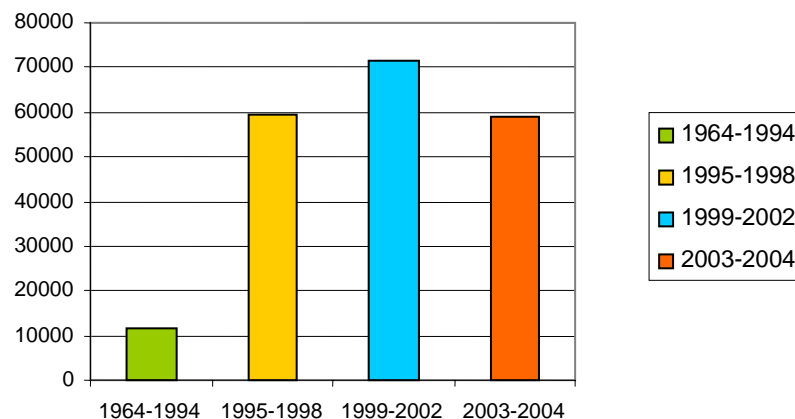
De acordo com o INCRA, de 1995 a 1998 – primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso - foram assentadas 238.010 famílias, e entre 1999 e 2002 – segundo mandato -, foram assentadas 286.370 famílias (INCRA, 2004), estabelecendo, somando os dois mandatos do presidente Fernando Henrique

---

<sup>22</sup> Corumbiara, Rondônia. Na madrugada de 09 de agosto de 1995, cerca de 187 policiais militares são deslocados para cumprirem uma liminar de despejo de 500 famílias de sem-terras. Um conflito envolvendo policiais e camponeses deixou um rastro de sangue, dez lavradores e dois policiais militares mortos.

<sup>23</sup> Eldorado dos Carajás, Pará. Em 17 de abril de 1996, cerca de 1500 trabalhadores rurais interditavam uma estrada do Pará, foram cercados por policiais, 19 trabalhadores rurais foram executados.

Cardoso, uma média de 65.548 famílias assentadas por ano. Nos dois primeiros anos do governo Lula, foram assentadas 117.555 famílias, uma média de 58.788 por ano, tendo sido o governo brasileiro que mais investiu em projetos de reforma agrária mundialmente (INCRA, 2004), conforme demonstra a Figura 1.

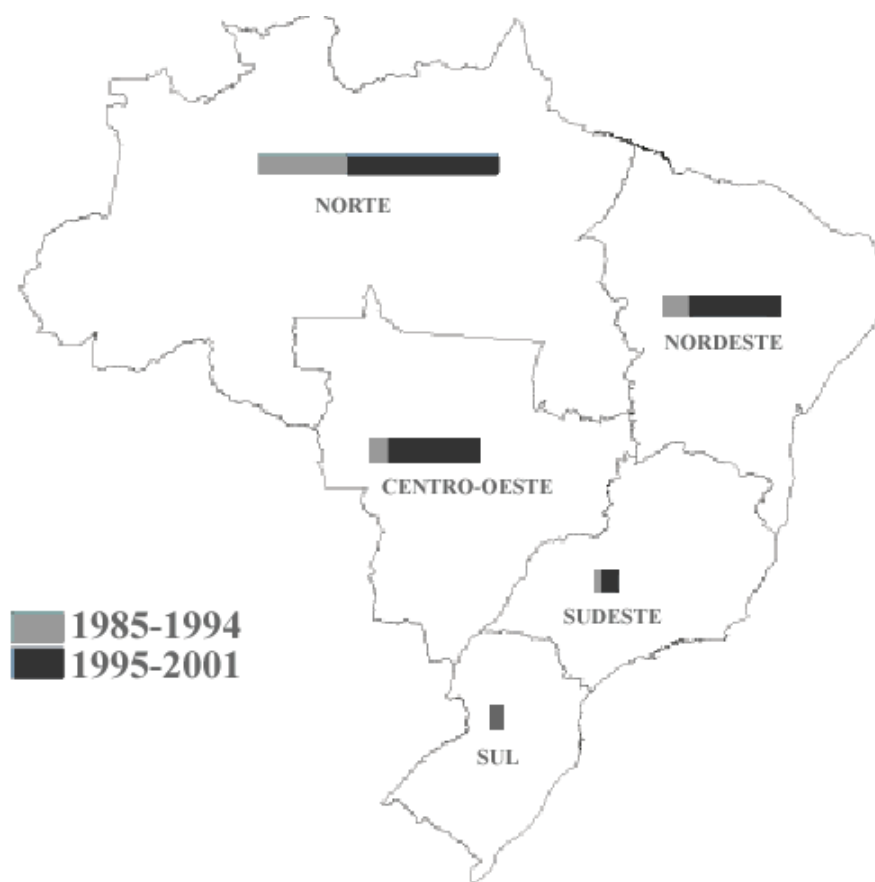


**Figura 1 - Média Anual de Famílias Assentadas no Brasil**

Fonte: INCRA, 2004.

Na Figura 2, de acordo com o INCRA (2001), os projetos de assentamentos estão demonstrados por região. Pode-se perceber que de 1985 a 1994 o maior número de projetos de assentamentos ocorreu na região norte, devido ao processo de povoamento da fronteira amazônica. Em síntese, não existia reforma agrária. Havia programas de acesso a terras em regiões de fronteira agrícola (PA, MT, AM) e assentamentos irrisórios nos demais estados (FERNANDES, 2000).

Somente, a partir de 1995, os projetos de assentamentos foram intensificados nas demais regiões, especialmente no centro-oeste e nordeste brasileiro.



**Figura 2 - Projetos de Assentamentos: 1985-2001**

Fonte: INCRA, 2001.

A Figura 2 aponta a área ocupada pelos projetos de assentamento para os períodos de 1985-1994 e 1995-2001. A área das barras é equivalente ao somatório da área ocupada pelos projetos de assentamento. A altura da barra foi fixada em 100km e o comprimento varia em função da área ocupada (INCRA, 2001).

Contraopondo essas informações, outros estudos demonstram que mesmo com o número significativamente maior de projetos de reforma agrária implantados, a estrutura fundiária do Brasil, avaliada pelo grau de desigualdades na distribuição da terra, continua praticamente inalterado. O índice de Gini<sup>24</sup> da distribuição da posse da terra, calculado com base nos dados do Censo Agropecuário de 1995 a

<sup>24</sup> O Índice de Gini é uma medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de 0 (zero) (a perfeita igualdade) até 1(um) (a desigualdade máxima).

1996, foi de 0,843 em 1998, confirmado por Leite (2004) em estudo realizado para NEAD – quanto mais próximo de **1 (um)**, maior a concentração -, um dos maiores do mundo (HOFFMANN, 2002). Nos países europeus esse número oscila entre 0,3 e 0,5. Trabalhando com outro indicador, podemos dizer que 56% das terras brasileiras estão sob os pés de 3,5% dos proprietários rurais (LEITE, 2004).

Para Fernandes (1999), as lutas no campo continuam crescendo, muito mais pelas deliberações dos trabalhadores sem-terra tiradas no seu Primeiro Congresso, realizado em janeiro de 1985, em Curitiba-PR, que têm nas ocupações de terra o principal avanço da reforma agrária, do que na aplicação do PNRA que, praticamente, não tocou na estrutura fundiária. Desde então, nenhum outro governo propôs a elaboração de um plano de reforma agrária.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, instaurada durante o regime militar. Esse é entendido no seu caráter mais geral, na luta contra a expropriação e contra a exploração do desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 1999). A formação de diversos movimentos sociais nesse sentido aconteceu no decorrer dos anos setenta. Assim o MST começou a ser gerado no espaço social conquistado pelas diversas experiências das lutas populares.

No início dos anos setenta, aconteceram no campo, em diversos estados, lutas localizadas que deram origem ao MST. As lutas que marcaram o princípio da história do MST foram: as ocupações das glebas Macali e Brilhante, no Município de Ronda Alta-RS, em 1979; a ocupação da fazenda Burro Branco, no Município de Campo Erê-SC, em 1980, ainda nesse ano, no Paraná, o conflito entre o Estado e

mais de dez mil famílias que, com a construção da Barragem de Itaipu, tiveram suas terras inundadas e o estado propôs apenas a indenização em dinheiro; em São Paulo, a luta dos posseiros da fazenda Primavera nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência; no Mato Grosso do Sul, nos municípios de Naviraí e Glória de Dourados, milhares de trabalhadores rurais arrendatários desenvolviam uma intensa luta pela resistência na terra. Outras lutas também aconteciam nos estados da Bahia, Rio de Janeiro e Goiás (MST, 1986 apud FERNANDES, 1999; MEDEIROS, 1989).

A mobilização política dos trabalhadores rurais para a condução da luta pela reforma agrária se inicia com a identificação dos locais a serem disputados, com uma prévia avaliação dos atores governamentais e/ou privados que estarão envolvidos nesta disputa, e com uma estimativa da capacidade estratégica de cada área para constituição de assentamentos.

De acordo com o INCRA, no Estado da Bahia, entre 1986 e abril de 2005, foram assentadas, aproximadamente, 32.170 famílias. Nos dez primeiros anos - 1986 e 1996 -, foram assentadas 8.223 famílias correspondendo a 6% da média nacional (INCRA, 1996). Os projetos de reforma agrária – cédula da terra<sup>25</sup> e projeto de assentamento<sup>26</sup> -, estão demonstrados por região da Bahia, conforme Figura 3

---

<sup>25</sup> Projeto Cédula da Terra, aquisição via Estado, através de crédito fundiário, ver Estatuto da Terra.

<sup>26</sup> Projeto de Assentamento, desapropriação através de avaliação, ver Estatuto da Terra.





**Figura 3 - Projetos de Assentamentos na Bahia**

Fonte: INCRA, 2005.

### 3 ASSENTAMENTOS RURAIS: SONHO OU REALIDADE?

*Penso, então, que é essa mistura de fantasias e convicção sobre o que viria a ser a vida pessoal e familiar, depois da conquista da terra, que explica a discrição dos desempregados e subempregados urbanos que se arriscaram a participar de uma reunião cercada de mil segredos; que desvenda a coragem dos agricultores, que entraram em um caminhão de madrugada para ocupar uma fazenda; e que penetra no âmago da tolerância de um pai de família, que passou meses sob uma lona preta, desconfortavelmente agasalhado, com outras tantas pessoas. Sonho! Certeza! Projeto! (PESSOA, 1999 apud COSTA, 2001, p.309).*

#### 3.1 A OCUPAÇÃO COMO FORMA DE ACESSO À TERRA

Para Fernandes (2000), uma forma de recriação do campesinato é por meio da ocupação da terra. Em sua reprodução ampliada, o capital não pode assalariar a todos, excluindo sempre grande parte dos trabalhadores. Da mesma forma, na realidade brasileira, o capital em seu processo contraditório de reprodução das relações não-capitalistas, não recria na mesma intensidade com que exclui. Assim, por meio da ocupação da terra os trabalhadores se ressocializam, lutando contra o capital e se subordinando a ele, porque ao ocupar e conquistar a terra, estão se inserindo na produção capitalista das relações não-capitalistas de produção.

O modelo de desenvolvimento agrário concentrador, implementado no Brasil desde a nossa colonização – citado no capítulo anterior -, fez com que o modo capitalista de produção gerasse expropriação e exploração. Os expropriados utilizam-se da ocupação da terra como forma de reproduzirem o trabalho familiar. Na

resistência contra o processo de exclusão, os trabalhadores criam uma forma política para se ressocializarem, lutando pela terra e contra o assalariamento, que é a ocupação da terra. O que leva Fernandes (2000) a afirmar:

A luta pela terra é uma luta constante contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra. A ocupação é, portanto, uma forma de materialização da luta de classes. (FERNANDES, 2000 p. 280).

Durante todo processo de luta e conquista da terra, as pessoas aprendem a se organizar, a se conhecer, trabalhando junto na construção de um projeto (CONCRAB, 1999 apud COSTA, 2001). A organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência. Acontece pela consciência construída na realidade em que se vive. É, portanto, um aprendizado em um processo histórico de construção das experiências de resistência. Quando um grupo de famílias começa a se organizar com o objetivo de ocupar terra, desenvolve um conjunto de procedimentos que toma forma, definindo uma metodologia de luta popular, Fernandes (2000).

O espaço interativo é um contínuo processo de aprendizado. O sentido da interação está nas trocas de experiências, no conhecimento das trajetórias de vida, na conscientização da condição de expropriados e explorados, na construção da identidade sem-terra. O conteúdo das reuniões dos trabalhos de base é a recuperação das histórias de vida, associadas ao desenvolvimento da questão agrária. Assim, a vida é experimentada como produtora de interações. Fazem suas análises de conjuntura, das relações de forças políticas, da formação de articulações e alianças para o apoio político e econômico. Desse modo, desenvolvem as condições subjetivas por meio do interesse e da vontade, reconhecendo seus

direitos e participando da construção de seus destinos. Defrontam-se com as condições objetivas da luta contra os latifundiários e seus jagunços, do enfrentamento com a polícia, com o Estado. É a manifestação pública dos sujeitos e de seus objetivos. É efetivamente o espaço de luta (MARTINS, 1989). Lembrando Lefebvre (apud MARTINS, 1989, p. 237), o espaço “não só representa o local onde ocorrem os eventos – a função de receptáculo -, mas também significa a permissão social de engajar-se nesses eventos, a função da ordem social”.

A ocupação, como forma de luta e acesso a terra, é parte da história do campesinato brasileiro. A prática de ocupação de terras foi à única forma encontrada pelos trabalhadores rurais sem-terra para resistir ao processo de expropriação e exploração e lutar pela libertação (MARTINS, 1989). Desde o princípio de sua formação, os camponeses, em seu processo de criação e recriação, ocuparam terra. Nas últimas quatro décadas, os posseiros e os sem-terra são os principais sujeitos dessa luta.

É fundamental diferenciar os posseiros dos sem-terra. Os posseiros ocupam terras, predominantemente, nas faixas das frentes de expansão, em áreas de fronteira. Com o avanço da frente pioneira, ocorre o processo de expropriação desses camponeses, desenvolvido principalmente pela grilagem de terra, por latifundiários e empresários. Os sem-terra ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. Ocupam latifúndios, propriedades capitalistas, terras de negócio e exploração, terras devolutas e ou griladas. As lutas por frações do território, os assentamentos, representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração. Essa diferença é fundamental, porque o grileiro, o latifundiário, o

empresário chegam onde o posseiro está. Os sem-terra estão ou chegam onde o grileiro, o latifundiário, o empresário estão (FERNANDES, 2000).

Para Fernandes (2000), desde meados da década de 1980, quando o MST se territorializou pelo Brasil afora, os trabalhadores sem-terra juntos com os posseiros, os pequenos proprietários, meeiros, rendeiros e parceiros, intensificaram o processo de formação do campesinato brasileiro. A intensificação das ocupações de terra causaram grande impacto político, de modo que os sem-terra passaram a ser os principais interlocutores, no enfrentamento com o Estado pela reforma agrária.

Quando os movimentos contemplam objetivos mais amplos, que não seja apenas resolver o próprio problema, mas inserir-se no processo de luta, e as lideranças promovem espaços de socialização política, para a formação de novas lideranças e experiências, a tendência é de desenvolvimento da forma de organização, espacialização e territorialização. Dessa forma, trabalham não somente com o próprio problema, mas carregam a dimensão da luta pela terra, organizando novos grupos de famílias, inaugurando novos lugares, espacializando e territorializando o movimento e a luta. Todo movimento socioterritorial nasce de um ou mais movimentos sociais isolados (FERNANDES, 2000). O que levou Lamarche (1998) a refletir:

A luta pela terra assume assim uma significação primordial, constituindo-se como uma espinha dorsal, norteando o conjunto dos comportamentos sociais, desde as estratégias implementadas no âmbito familiar até os movimentos coletivos de abrangência mais geral. (LAMARCHE, 1998, p. 30).

Segundo Fernandes (2000), as ocupações podem ser desenvolvidas por meio dos seguintes tipos de experiências: espontâneas e isoladas, organizadas e

isoladas, organizadas e especializadas. As experiências são sempre formas de luta e resistência, porque inauguram um espaço, na luta pela terra, que é o acampamento. Com relação à quantidade de famílias envolvidas, podem ser em pequenos grupos ou massivas.

Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra, por conseguinte, realidade em transformação. Uma forma de materialização da organização dos sem-terra, e trazem em si os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações. São, portanto, espaços de lutas e de resistência. Assim sendo, demarcam nos latifúndios os primeiros momentos do processo de territorialização da luta. As ações de ocupar e acampar interagem os processos de espacialização e territorialização. Podem estar localizados dentro de um latifúndio ou nas margens de uma estrada, conforme a conjuntura política e a correlação de forças. Também podem ser a primeira ação das famílias ou podem ser a reprodução dessa ação por diversas vezes. Há experiências em que o acampamento é lugar de mobilização para pressionar o governo na desapropriação de terras. Todavia, em suas experiências, os sem-terra compreenderam que acampar sem ocupar dificilmente leva à conquista da terra. A ocupação da terra é um trunfo nas negociações, como exemplo, podemos citar a luta pela terra no Assentamento Grotão, a ser estudado mais adiante.

De acordo com Fernandes (2000), o acampamento é lugar de mobilização constante. Construído por meio da reflexão, e rompendo com a ordem iminente os sujeitos buscaram compreender a sua forma de participação no desenvolvimento da sociedade capitalista (MARTINS, 1989).

Além de espaço de luta e resistência é também espaço interativo e espaço comunicativo. Essas três dimensões do espaço de socialização política desenvolvem-se no acampamento em diferentes situações. No início do processo de formação do MST, na década de 80, em diferentes experiências de acampamentos, as famílias partiam para a ocupação somente depois de meses de preparação nos trabalhos de base. Desse modo, os sem-terra visitavam as comunidades, relatavam suas experiências, provocavam o debate e desenvolviam intensamente o espaço de socialização política em suas dimensões comunicativas e interativas.

Esse procedimento possibilita o estabelecimento do espaço de luta e resistência de uma forma mais organizada, pois as famílias são conhecedoras dos tipos de enfrentamento da luta. Foi pensando no espaço comunicativo que Tarelho (1989 apud MARTINS, 1989), em seu discurso, afirmou:

O movimento de luta pela posse da terra em questão nasceu dentro de um espaço, criado pelas Comunidades de Base. Um espaço comunicativo onde se desenvolveram experiências pedagógicas que tornaram visíveis as relações de poder e os conflitos sociais. Enfim, um espaço mediado por concepções e por valores que contribuíram para a tomada de consciência de estados coletivos de privação, para a reelaboração da noção de direitos instituída e para a afirmação de sujeitos coletivos capazes de ação. (TARELHO, 1989 apud MARTINS, 1989, p. 98).

Para Martins (1989), a comunicação é uma das dimensões do espaço social no processo de sua produção. É uma atividade da organização social que se realiza como experiência e conhecimento de tempo/espaço. No processo de desenvolvimento das formas de organização social, a comunidade, o sindicato, a escola, a moradia, como lugar social, constituem o primeiro momento da construção do espaço de socialização política. Esse é o lugar e o espaço do conhecer e do aprender. É também o lugar estratégico de formação da cidadania. Essa experiência é construída na vida cotidiana como atividades no seio das relações sociais. É uma

experiência original para cada grupo em virtude das suas especificidades, embora enfrentem a mesma realidade: a organização político-social-econômica capitalista instalada e maturada ao longo do tempo, a qual vários autores resumem sob a designação de projeto hegemônico burguês.

Segundo Fernandes (2000), na política de implantação de assentamentos rurais do governo federal, os acampamentos - e as famílias participantes nos trabalhos de base que estão se mobilizando para ocupar – constituem indicadores dos locais da quantidade de indivíduos a serem assentados, são, de fato, uma forma de pressão e contribuição dos sem-terra para a realização do cadastramento das famílias beneficiárias. Essa é uma prova que as ações dos governos federal e estaduais derivam das ações dos movimentos sociais. O acampamento é, portanto, espaço de luta e resistência no processo de territorialização e espacialização, cujo propósito é a posse da terra.

De acordo com Martins (1989), uma das formas de informar a opinião pública acerca da sua situação e pressionar o Estado é a caminhada. A caminhada é um ato público em movimento, onde centenas de trabalhadores ocupam as rodovias percorrendo centenas de quilômetros, passando por diversas cidades, conquistando apoio, empatia - muitas vezes antipatia - e divulgando seus objetivos, como publicado numa manchete da revista Carta Capital, “*A maior marcha do Brasil: O MST leva 12 mil militantes a Brasília para cobrar a promessa da reforma agrária*” A marcha é um instrumento para expandir as possibilidades de negociação, para gerar novos fatos. Outro ato público utilizado é a ocupação de prédios de instituições governamentais: secretarias, institutos, palácio do governo, fazendas de agronegócios, etc. A solução política da luta pela terra começa com as ocupações dos latifúndios e se expande para a cidade, lugar onde será desenvolvida a



negociação a respeito do problema apresentado pelos trabalhadores. Nas audiências, são apresentadas suas reivindicações e exigidas soluções imediatas para os seus problemas. A maior parte das ocupações tem resultado em assentamentos (STÉDILE, 1993 apud MARTINS, 1998). Em seus ensinamentos, por meio de suas experiências, os sem-terra tiveram diversas referências históricas. Alguns exemplos utilizados na mística do Movimento são: a caminhada do Povo Hebreu rumo à terra prometida, na luta contra a escravidão no Egito; a caminhada de Gandhi e dos hindus rumo ao mar, na luta contra o imperialismo inglês; as marchas das revoluções mexicana e chinesa, entre outras (STEDILE; FERNANDES, 1999).

### 3.2 ASSENTAMENTOS RURAIS: UMA POSSIBILIDADE

Os assentamentos são unidades territoriais onde ocorre uma reorganização das relações sociais permitindo uma visualização de fatores já neutralizados na vida social. É uma unidade social local de construção de identidade de pertencimento, a partir da vivência de experiências comuns (NEVES, 1999 apud COSTA, 2001). Significa, portanto, a incorporação de novas terras ao processo produtivo do País, com a conseqüente criação de empregos, distribuição de renda etc., beneficiando a camada de pequenos agricultores, que formam a clientela típica da Reforma Agrária (LEITE, 1994).

Em trabalho para o convênio FAO/MDA/USP (LEITE, 1994), o termo Reforma Agrária tem carregado, historicamente, um confronto de projetos políticos opostos. Se, da perspectiva do Estado, a referência básica era o programa de colonização conduzido sob um esquema de segurança nacional, do prisma dos movimentos sociais e entidades de apoio à luta pela terra, a conquista de novas

áreas traduzia um movimento mais geral de afirmação e visibilidade desses segmentos, dando nova conotação política a um termo tido pelas agências governamentais como eminentemente técnico.

Podemos dizer que os assentamentos rurais surgem a partir das lutas dos trabalhadores rurais e definimos “como sendo a criação de novas unidades de produção agrícola por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra” (BERGAMASCO; NORDER, 1996 apud COSTA, 2001, p.7). É possível classificar os Projetos de Assentamentos (PA) em cinco tipos, de acordo com sua origem, ou seja:

- a) colonização de áreas devolutas e expansão de fronteiras agrícolas;
- b) reassentamento das populações atingidas por barragens;
- c) planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória;
- d) programas de reforma agrária via desapropriação por interesse social; e
- e) criação de reservas extrativistas.

Quanto ao papel dos assentamentos rurais no Brasil, percebe-se que existem duas visões históricas, uma relacionada à política social reguladora de conflitos sociais e uma outra visão que apresenta os assentamentos como parte de uma política de desenvolvimento socioeconômica (COSTA, 2001). São vistos como momentos privilegiados da experiência coletiva e passam a funcionar heurísticamente como tipos extremos, isto é, configurações sociais onde o dinamismo e a intensidade da experiência coletiva, na medida em que levam ao limite as possibilidades de união e de tensão, por serem caracterizados por

situações de ruptura e luta, podem configurar-se, em curto prazo, como “laboratórios sociais” (PAULILO, 1994 apud COSTA, 2001).

Observamos que, para avaliação da reforma agrária e perspectiva da estrutura fundiária no Brasil, os assentamentos podem ser considerados como expressão de uma política estatal que não representa apenas uma resposta imediata aos trabalhadores rurais, nem uma resposta às exigências do capital, mas sim a unidade contraditória dessas necessidades e exigências. Representa, além disso, o jogo das forças sociais definido pelos poderes das classes em conflito e não a mudança definitiva, mas a condição inicial do desencadeamento de um processo conflitivo, cujos resultados estão em aberto e dependerão do jogo de interesses e das relações de poder das classes envolvidas (BERGAMASCO, 1996).

A importância dos assentamentos como política de inclusão socioeconômica dentro de um projeto de desenvolvimento da sociedade, faz Martins (1997) refletir sobre o assunto:

A reforma agrária é a condição para a modernização do Brasil, não só porque desobstrui os caminhos da transformação do país num país moderno, mas também porque tem a possibilidade de abrir um novo campo de atividade profissional. Desagrarizar a questão agrária é fundamental para que as atividades rurais possam ser encaradas como profissão, como qualquer profissão moderna. (MARTINS, 1997 p. 183).

O relatório da *Food and Agriculture Organization* (FAO) (1992), que apresenta os principais indicadores socioeconômicos em assentamentos rurais, conclui que a política de assentamento mostrou-se eficaz na promoção do desenvolvimento rural e na permanência do homem no campo. E que os assentamentos apresentam uma renda média de 5,62 salários mínimos na região Sul, enquanto na região Nordeste essa média foi de 2,33, o pior índice dentre as

regiões do Brasil e abaixo dos 3,70 salários mínimos estabelecidos como média nacional. O relatório afirma ainda que essa renda média nacional é superior a de qualquer outra categoria de trabalhador rural. Mostra que, além de colaborar na produção de alimentos, os assentamentos foram eficientes em desenvolver a agricultura comercial. Sugere que se deve promover o agrupamento de agricultores para a comercialização de seus produtos de modo mais eficiente, bem como investir na infra-estrutura necessária. Faz sugestões quanto à assistência técnica e o uso dos recursos disponíveis, respeitando o meio ambiente. Afirma que o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), gerido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário foi eficiente para promover a capitalização dos assentados. Enfim, apresenta os assentamentos como resultado positivo da política de reforma agrária, a conta-gotas, desenvolvida pelo país até o momento.

Em outro relatório, Sparovek (2003), em trabalho desenvolvido para o convênio FAO/USP/MDA, apresenta os principais fatores que melhor contribuem para o desenvolvimento dos assentamentos. Dentre eles, investir na arrecadação de terras – onde esta for mais fácil ou mais solicitada pelos movimentos - e proporcionar condições mínimas para a instalação das famílias nos assentamentos. Outros aspectos deverão ser levados em consideração, tais como: qualidade de vida, desenvolvimento econômico dos projetos, impactos ambientais, benefícios regionais e abrangência das ações na modificação e melhoria das comunidades locais do entorno das áreas reformadas; assumem papel secundário sob essa forma de avaliar o desempenho. Ainda confirma, independentemente disso tudo, que a situação fundiária indesejável é revertida, e a área permanece ocupada por famílias que vão ter se beneficiado das ações implementadas pelo governo. Outro fator estudado foi o fato de alguns milhares de brasileiros verem uma opção de vida em

assentamentos nos quais, sob um ponto de vista consensual, as condições de vida são precárias – faltam escolas, casas, abastecimento de água, tratamento de esgoto, atendimento de saúde e transporte – e a ação operacional do governo em resolver esses problemas ser pouco eficiente. A única explicação razoável é que, para os trabalhadores rurais sem terra, aqueles que perderam os seus empregos, foram substituídos por máquinas e sistemas de produção menos intensivos em mão-de-obra, ou mesmo aqueles que tiveram de vender suas terras devido às forças naturais de concentração, mesmo essas condições são melhores do que a migração para as cidades ou a remuneração oferecida pela baixa qualificação do seu trabalho.

Ainda sobre o estudo, deve-se destacar que as condições de vida no meio rural apresentam muitas das carências constatadas nos projetos de assentamento, e que boa parte da pobreza brasileira está localizada no meio rural, principalmente na região Nordeste. Assim, eles vêm, na posse da terra e no domínio dos meios de produção, a solução de parte dos seus problemas, provavelmente pensando num futuro mais distante e não nas condições precárias e muitas vezes indignas às quais estarão submetidos no presente. Nessa avaliação, a qualidade de vida nos projetos que apresentaram índices baixos não é tão distante da realidade vivida pelas famílias antes de estarem abrigadas pela reforma agrária, podemos perceber essa realidade nos assentamentos em estudo - Grotão e Moreno - em relação aos seus respectivos municípios - Boa Vista do Tupim e Nova Redenção -, estudados mais adiante.

Outro relatório (BITTENCOURT, 1998 apud COSTA, 2001), em trabalho para o convênio FAO/INCRA, apresenta os principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos. Entre esses fatores está o meio físico, ou seja, a disponibilidade de água, a qualidade dos solos, o relevo, e a quantidade e

distribuição das chuvas. Outro elemento que se levou em conta foi o assentado, quanto a sua história de vida, sua experiência de trabalho e o processo de acesso à terra. O autor considera que esse fator é fundamental para a organização produtiva, pois essa potencializa a capacidade de superação das limitações de cada um. A infraestrutura básica e os serviços sociais como estradas, disponibilidade de água, acesso à energia elétrica, educação, habitação e saúde, são aspectos que também influem no desempenho do assentamento. Os sistemas de produção agropecuários e a infraestrutura produtiva são mais um diferencial de desempenho. A organização e as estruturas produtivas apresentam uma relação entre si interessante, pois o relatório salienta que os assentamentos menos desenvolvidos não apresentavam nenhuma forma organizativa de produção. O crédito rural é um outro elemento diferenciador entre os assentamentos, assim como a assistência técnica. Também foi observado que, em relação à organização política e as relações institucionais, os projetos de assentamento com maior grau de organização apresentam melhores respostas às intervenções institucionais. A renda agrícola e monetária é maior nos assentamentos mais desenvolvidos.

Para Benedetti (1998), a instalação do Projeto de Assentamento pode significar um ponto de chegada à terra, e uma ruptura com a situação anterior, de instabilidade, para uma nova situação, na qual serão colocadas novas demandas. A reivindicação deixa de ser por terra, para ser por crédito agrícola e infra-estrutura, como estradas, escolas, etc. Além disso, novas relações podem ser estabelecidas por esse grupo de famílias com a sociedade – pois agora são assentados e não mais sem-terra – e o poder público – passam da lista de espera por assentamento para a lista de assentados.

No decorrer da fase de desenvolvimento do Projeto de Assentamento, que é o caso dos dois assentamentos em estudo, novas questões são colocadas para as famílias, no que diz respeito à organização social e produtiva, e às novas demandas que caracterizam essa nova condição, a de assentados. O assentamento pode, assim, significar um ponto de partida para uma nova situação, na medida em que possibilita a reinserção dos seus beneficiários no processo produtivo<sup>1</sup>. Entende-se, ainda, que este é o momento privilegiado na trajetória do assentamento, no cerne do estudo de sua inserção na economia local.

Assim sendo, podemos pensar os assentamentos a partir do conceito de localidade onde o espaço rural atende às necessidades básicas de bens e serviços da sua população, e a integração com os municípios passa a ser uma relação de troca comercial e de lazer. Atualmente, a situação mais encontrada é a do espaço rural dependendo dos núcleos urbanos precários com um acesso reduzido a bens e serviços. Essa integração e a viabilização de espaços rurais que tenham à disposição esses serviços representam uma ampliação dos seus direitos de cidadão, que já começaram a ser conquistados com a luta pela terra (WANDERLEY, 1994; LAMARCHE, 1993).

O assentamento de grupos de famílias pode representar, ainda, um movimento contrário ao esvaziamento populacional do meio rural, implicando a criação/recriação de uma comunidade em um espaço anteriormente desabitado ou parcialmente habitado. Adotando como exemplo o estudo dos dois assentamentos, verificamos um significativo aumento populacional nos assentamentos em estudo –

---

<sup>1</sup> A instalação das famílias num projeto de assentamento não representa em si uma garantia de estabilidade, tendo em vista que representa um momento na trajetória destas cujo desdobramento não está assegurado. Para ilustrar, a pesquisa realizada pela FAO (FAO/PNUD/MARA, 1992) encontrou um índice médio de abandono de lotes de 22% em relação ao número original de beneficiários (incluindo casos de abandono, troca ou eventual venda de lotes).

61 famílias no assentamento Grotão e 120 no assentamento Moreno, comparado com as respectivas fazendas que lhes deram origem.

O momento de consolidação do assentamento pode ser determinado a partir do ponto em que têm início as negociações para a sua emancipação, que representa um novo momento de ruptura. A obtenção do título definitivo da área tanto pode significar um novo estatuto para seu detentor, o de proprietário de um lote rural, quanto representar o fim do acesso a modalidades especiais de crédito.

Os assentamentos rurais fazem parte da realidade do campo brasileiro, não podem ser compreendidos apenas como resultado dos processos políticos que os conformaram a partir de ocupações e resistências, dentre outras formas de luta. A sua configuração interna, assim como as relações que estabelecem com a sociedade como todo e as diversas instâncias que intervêm nessas localidades, está em constante processo de construção e reconstrução.

Conforme o enfoque adotado pelo planejador, teremos como resultado diferentes políticas públicas, que se refletirão nos assentamentos de reforma agrária produzindo diferentes efeitos nos processos organizativos internos e nas relações externas ao assentamento.

O desenho de políticas públicas para o desenvolvimento rural se faz a partir do conhecimento local e das necessidades, dentro do contexto histórico do País e de sua proposta de desenvolvimento (COSTA, 2001). Pensando assim, para o planejador diversas situações, por exemplo, assentamentos fracassados por falta de uma política pública poderiam ser evitados. Esse argumento vem contribuir com muitos problemas apontados por Leite (1994) em estudo para a FAO, quando relata que diversos “assentamentos” vivenciam, ou melhor, enfrentam dificuldades, no que



se refere à ausência de uma política de financiamento da produção compatível e sistemática, discriminação dos projetos em função da qualidade das terras e do padrão tecnológico dominante, baixo desembolso de recursos financeiros a fundos perdidos, predominância do produtor familiar e de alguma forma de associativismo nas atividades econômicas dos projetos, influência da orientação da necessidade da produção de alimentos nas terras reformadas, necessidade de complementação da renda, dificuldades de comercialização da produção auferida, etc.

É importante não considerar os assentamentos apenas como sendo somente um resultado econômico, pois existem aspectos não captados pelos números que são importantes e que os identificam como potencializadores e fundadores de cidadania (BERGAMASCO, 1996). É com esta intenção, de pensar os assentamentos como ato de cidadania que, em seu discurso, Stedile (2004) afirma:

Qualquer assentamento no Brasil seja do MST ou não, é uma escola de cidadania. Lá as pessoas conquistam os direitos de cidadão. A maioria continua pobre. Mas todos se alimentam bem, todos têm trabalho, todos têm casa, mesmo que seja humilde, e todas as crianças, todas, vão à escola. Praticamente não há nenhuma violência social, apesar de já reunir uma população de mais de 3 milhões de pessoas. Existem muitos políticos que criticam a pobreza dos assentamentos. Eles comparam com suas fazendas modernas, organizadas com dinheiro subsidiado do crédito. Mas se esquecem de comparar os assentados com sua condição anterior, de bóias-frias, de párias. Quando nos perguntam qual é a maior conquista do MST nesses 20 anos, respondemos: é ter dado dignidade às pessoas<sup>2</sup>. (STEDILE, 2004, p.22).

O MST faz uma autocrítica na forma como inicialmente conduziu o processo de organização dos assentamentos, pois deixava que as necessidades mais imediatas determinassem o processo organizacional. A tendência desse processo foi enfatizar a dimensão econômica, tendência que pode ser modificada

---

<sup>2</sup> Entrevista de João Pedro Stedile, coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) a Revista Carta Capital, defende os assentamentos como uma oportunidade de dar cidadania aos excluídos. (STEDILE, 2004).

pela ênfase social, que pode possibilitar mudança na consciência social, advinda do convívio e da participação.

### 3.3 A ÁREA DE ESTUDO

Historicamente, a concentração de terra é maior na região do Vale do Paraguaçu conhecida como Chapada Diamantina Meridional, na Bahia. Esse processo era agravado com o sistema local de herança partilhada, pelo qual os pequenos proprietários tinham que dividir suas terras com seus, muitas vezes inúmeros, filhos. Essa redução da terra exauria sua capacidade produtiva e facilitava sua concentração, principalmente devido à valorização ocorrida na década de 1970.

Os pequenos produtores da região sempre tiveram uma relação de posse sem título da terra, sendo proprietários, meeiros, rendeiros e ocupantes – posteriormente conhecidos como posseiros -. Essa relação, longe de auspiciar o desenvolvimento da região, propiciava a concentração da terra, uma vez que o grande proprietário, ou que se dizia proprietário, tinha sempre a seu favor o instrumento legal institucional para concentrar a terra, isto é, nos momentos em que a posse fosse conveniente para o proprietário. Contudo, existia uma espécie de concessão “branca”, pela qual o proprietário convivia pacificamente com esses indivíduos, impondo-lhes apenas, contudo não genericamente, alguma contribuição pelo uso da terra que, geralmente, era utilizada para engordar o seu rebanho.

Permeadas de guerras pelo controle da terra entre latifundiários, as terras do Vale do Paraguaçu eram alvo de lutas pela concentração, nas quais os pequenos produtores eram meros coadjuvantes. Essa relação de forças forjou a classe política do Nordeste; o poder político era concedido mediante troca de favores, os coronéis.

Com o fim do controle armado da terra - década de 1930, no Estado Novo -, o controle da terra se justifica apenas pela manutenção do poder político local, através do chamado voto de cabresto. Nesse momento, os expropriados são mantidos na terra, como gado, num curral.

Considerando a importância dessa região no processo de luta pela terra no Estado da Bahia, foram selecionados dois assentamentos rurais de reforma agrária – Assentamento Grotão e Assentamento Moreno -, localizados no semi-árido baiano, para análise da progressão socioeconômica, conforme os seguintes critérios: proximidade geográfica, ou seja, fazem parte da mesma região econômica, garantindo a equidade entre as condições de clima e solo; foram os primeiros assentamentos a serem beneficiados na Bahia com os créditos de moradia, oriundos da modalidade de financiamento habitacional rural do governo federal Programa Social Habitacional (PSH)<sup>3</sup> -; emissão de posse recentemente concedida, ou seja, os assentamentos tiveram emissão de posse das terras no mesmo ano, 2003.

Dentro do programa de desapropriação por interesse social, os assentamentos Grotão e Moreno, levando-se em consideração a sua insipiência, ainda estão sendo acompanhados pelo INCRA, quanto à aquisição de créditos previstos no programa de reforma agrária em vigor, mediante três modalidades: fomento, alimentação e habitação,

Os assentamentos Grotão e Moreno estão localizados nos municípios de Boa Vista do Tupim e Nova Redenção, respectivamente. O estudo desses

---

<sup>3</sup> O PSH Rural tem o objetivo de estabelecer as condições para concessão de financiamento a proponente pessoa física, beneficiária do Convênio de Cooperação Técnica firmado entre o INCRA e a CAIXA, destinado à construção de moradias em assentamentos rurais promovidos no âmbito do Programa de Reforma Agrária. O valor da operação destina-se à aquisição de material de construção, possibilitando a construção, conclusão, ampliação ou melhoria de imóvel residencial em assentamentos rurais.

municípios facilitará a análise da inserção socioeconômica dos assentados bem das inter-relações existentes entre o assentamento e o município.

### 3.3.1 O Município de Boa Vista do Tupim: Assentamento Grotão

Estendendo-se por uma área de 2.640 km<sup>2</sup>, o Município de Boa Vista do Tupim está localizado na região nordeste da Bahia, foi criado a partir do desmembramento do município de Itaberaba em 1962. Tem na agropecuária sua principal atividade econômica e destaca-se pelo cultivo de mamona e mandioca, bem como pelos rebanhos bovinos, suínos, eqüinos, ovinos, caprinos e muares.

Como os demais municípios brasileiros, Boa Vista do Tupim é marcado pela desigualdade. Localizado no semi-árido baiano, o município reproduz as condições socioeconômicas favoráveis à concentração de renda, marcada pela presença da grande propriedade – geralmente não-produtiva – e a exclusão do acesso aos recursos hídricos por parte da produção familiar. Conforme Figura 4, essa caracterização fundamenta o processo descritivo utilizado para localizar o município no semi-árido baiano. A Tabela 2 contém as informações sobre a localização e a população de Boa Vista do Tupim.



**Figura 4 - Boa Vista do Tupim**

Fonte: SEI, 2004.

**Tabela 2 - Boa Vista do Tupim: Dados do Município**

Unidade da Federação	BA
Região	Nordeste
Mesorregião	Centro Norte Baiano
Microrregião	Itaberaba
Ano de instalação do município	1962
Área do município (km <sup>2</sup> )	2.640,10
Longitude da sede do município (graus)	-40,6
Latitude da sede do município (graus)	-12,66
Altitude da sede do município (metros)	317
População total, 2000	18.408
População total, 2003	18.792
Densidade demográfica, 2000 (hab/km <sup>2</sup> )	7
Taxa de urbanização, 2000 (%)	31,72
Distância à capital (km)	318
Município do Semi-árido	Sim

Fonte: IBGE, IPEADATA, 2004. (BRASIL, 2004).

Tendo por base a renda – Produto Interno Bruto (PIB)-, Boa vista do Tupim ocupa o 181º lugar entre os 417 municípios baianos, conforme Tabela 3. Com um PIB de aproximadamente vinte e cinco milhões de reais, a agropecuária responde por 37,74%, o setor industrial é responsável por 8,35%, enquanto o setor de serviços corresponde a 53,90% do PIB municipal (SEI, 2004; IBGE, 2002). Em 2000, 15,38% da sua população tinha uma renda formada em mais de 50% por transferências governamentais, pensões, aposentadorias, seguro desemprego e demais programas sociais. O percentual da renda do município proveniente de transferências governamentais aumentou de 10,26% em 1991, para 16,62% em 2002.

De acordo com o Tesouro Nacional (2002), dos aproximadamente 9 milhões da receita orçamentária do município, 8 milhões eram oriundos de

transferências governamentais, e aproximadamente 4 milhões, oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

**Tabela 3 - Boa Vista do Tupim: PIB municipal**

<b>Municípios</b>	<b>Produto Municipal (em 1000)</b>	<b>Classificação</b>
Salvador	8.942.979,50	1º
Camaçari	4.308.283,08	2º
Candeias	2.262.749,87	3º
Feira de Santana	982.234,38	4º
Simões Filho	971.633,17	5º
Mucuri	627.488,38	6º
Vitória da Conquista	539.907,70	7º
Lauro de Freitas	532.477,44	8º
Pojuca	464.727,33	9º
Barreiras	458.921,74	10º
<b>Boa Vista do Tupim</b>	<b>24.834,71</b>	<b>181º</b>

Fonte: SEI, 2002.

Em 2002, o PIB per capita do município de Boa Vista do Tupim era de R\$ 1.660,34, ocupava então o 292º lugar dentre os 417 municípios baianos, conforme Tabela 4. Esta informação fundamenta a crítica acerca da extrema dependência dos pequenos municípios das transferências governamentais diretas e indiretas que, apesar do seu efeito multiplicador, não há produto material fruto dessa renda.

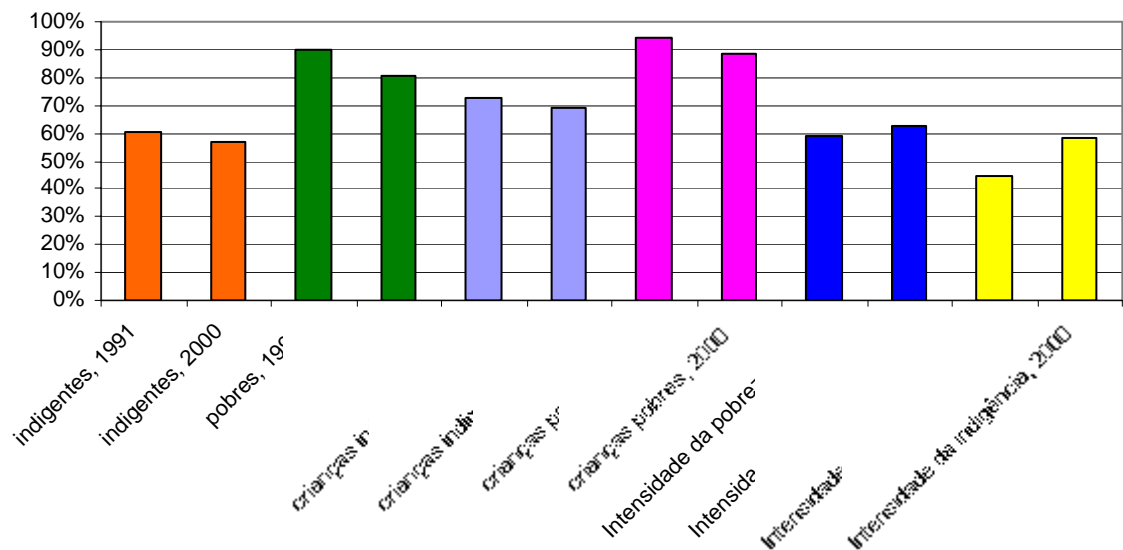
**Tabela 4 - PIB Per Capita: posição do Município**

<b>Posição</b>	<b>Município</b>	<b>Pib Per Capita</b>
<b>1º</b>	<b>São Francisco do Conde</b>	<b>273.140,41</b>
2º	Camaçari	47.643,37
3º	Luís Eduardo Magalhães	31.683,72
4º	Mucuri	20.123,48
5º	São Desidério	19.892,16
6º	Madre de Deus	19.071,89
7º	Catu	18.293,27
8º	Glória	16.670,73
9º	Dias d'Ávila	15.439,17
10º	Simões Filho	14.732,45
<b>45º</b>	<b>Salvador</b>	<b>4.309,16</b>
51º	Feira de Santana	3.903,26
<b>292º</b>	<b>Boa Vista do Tupim</b>	<b>1.660,34</b>

Fonte: SEI / IBGE, 2002.

De acordo com o censo demográfico de 2000, Boa Vista do Tupim possuía naquele ano 18.052 habitantes, dos quais, 5.817 em áreas consideradas urbanas e 12.235 em áreas rurais, o que corresponde afirmar que 68,27% da população do município é eminentemente rural. Mesmo com um percentual expressivo, a população rural sofreu uma redução em relação ao censo demográfico de 1991, que havia registrado 12.864 habitantes na zona rural enquanto, na zona urbana um total de 4.296 habitantes.

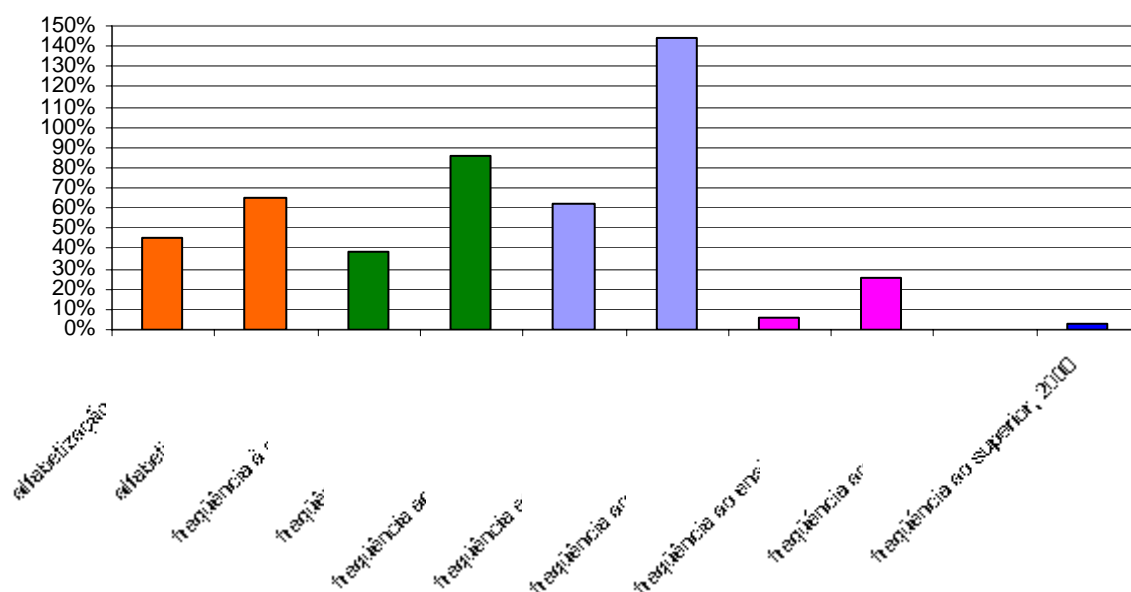
Os indicadores sociais do município são alarmantes. Em 2000, 90% da população do município era pobre, enquanto 56,86% eram considerados indigentes. Apesar das reduções sistemáticas, lentas e gradativas dos indicadores de pobreza e indigência entre 1991 e 2000, a intensidade dessas mazelas aumentou, ou seja, houve uma redução da quantidade de indivíduos pobres e indigentes, contudo, os que continuam nessa posição estão cada vez mais pobres e mais indigentes, conforme Figura 5.



**Figura 5 - Indicadores de pobreza: Boa Vista do Tupim**

Fonte: Atlas do Desenvolvimento do Brasil, 2000. (BRASIL, 2004).

Na educação, houve, como em todos municípios da região, uma melhora significativa nos índices de freqüência e alfabetização. Entre 1991 e 2001, a freqüência escolar saltou de 38,33% para 85,74%. Contudo, a qualidade do ensino e a precariedade da infra-estrutura ainda estão presentes, configurando um obstáculo para o desenvolvimento. A melhora dos índices está também associada a contrapartidas de repasses internacionais destinados ao estado da Bahia, que estabelecem contrapartidas sociais. Entretanto, a má remuneração dos profissionais da educação associada à inexistência de um projeto pedagógico de longo prazo encerram a educação dos municípios, seja pública ou privada, num modelo que não reproduz o desejado papel da educação, o de transformação social.



**Figura 6 - Boa Vista do Tupim – Indicadores de educação**

Fonte: Atlas do Desenvolvimento do Brasil, 2000 (BRASIL, 2004).

O município de Boa Vista do Tupim possui nove projetos de assentamentos rurais (INCRA, 2005), que se espalham pelo território do município, respondendo pela demanda por terra oriunda, geralmente, das sazonalidades do



trabalho rural temporário. Os projetos prevêem a capacidade para assentar 1.319 famílias, contudo existem informações ainda contraditórias sobre o número de famílias realmente assentadas. A Tabela 5, em seguida, retrata a situação.

**Tabela 5 - Assentamentos rurais do Município de Boa Vista do Tupim – BA**

<b>Tipo</b>	<b>Assentamento</b>	<b>Fam. Assentadas</b>	<b>Capacidade</b>
PA	Fazenda Canabrava	234	234
PA	Fazenda Crispim	25	275
PA	Fazenda Beira Rio	399	400
PA	Fazenda Barra Verde	95	100
PA	Fazendas Reunidas Santa Fé	93	125
PA	Fazenda Santo Aplolônio/Grotão	61	61
PA	Fazenda Nossa Senhora Auxiliadora	54	54
PCT	Associação Torre São/povoado de Iguape	29	34
	Associação Vale do Paraguassú/Macionílio		
PCT	Souza	27	36
<b>Total</b>		<b>1017</b>	<b>1319</b>

Fonte: INCRA, 2005.

### 3.3.2 O Município de Nova Redenção: Assentamento Moreno

Distante 410 Km de Salvador, Nova Redenção ocupa uma área de 513 Km<sup>2</sup> na região nordeste da Bahia. Criado a partir do desmembramento do município de Andaraí em 1989, primitivamente habitado por índios Cariris<sup>4</sup>, teve seu auge econômico no início do século XX, quando exploradores descobriram pedras preciosas na região. A agropecuária é sua principal atividade econômica, destaca-se pelo cultivo de mamona, bem como pelos rebanhos bovinos, caprinos e asininos. A Figura 7, em seguida, indica a localização desse município baiano.

<sup>4</sup> Tribo indígena que povoou o Nordeste do Brasil há mais de três mil anos.



**Figura 7 - Nova Redenção**

Fonte: SEI, 2004.

Emancipado em 1990, Nova Redenção possui recursos naturais que atraem turistas. O rio Paraguaçu, conhecido pela função histórica no povoamento do território baiano, circunda parte do município, formando grutas e nascentes. Contudo, a estrutura para o turismo ecológico é precária, estradas em péssimo estado de conservação atestam a ineficiência dessa atividade.

Com uma população de 8.118 habitantes (IBGE, 2003), o município teve sua população reduzida em relação do ano 2000, quando se constatou uma população de 8.636 habitantes. Redução causada pela migração resultante da inexistência de oportunidades de emprego no município.

Tabela 6 - Nova Redenção: Dados do Município

Unidade da Federação	BA
Região	Nordeste
Mesorregião	Centro Sul Baiano
Microrregião	Seabra
Ano de instalação do município	1990
Área do município (km <sup>2</sup> )	513
Longitude da sede do município (graus)	-41,07
Latitude da sede do município (graus)	-12,81
Altitude da sede do município (metros)	415
População total, 2000	8.636
População total, 2003	8.118
Densidade demográfica, 2000 (hab/km <sup>2</sup> )	16,7
Taxa de urbanização, 2000 (%)	52,01
Distância à capital (km)	410
Município do Semi-árido	Sim

Fonte: IBGE, IPEADATA, 2004. (BRASIL, 2004).

Conforme informado na Tabela 7, em relação à renda municipal, o município de Nova Redenção possui, em relação à renda municipal, a 399ª maior renda dentre os 417 municípios baianos. Posição que o insere, proporcionalmente, na escala de pobreza dos municípios do estado. A renda proveniente de transferências governamentais aumentou de 8,03% em 1991 para 17,07% em 2000. O número de pessoas cuja renda era formada em mais de 50% de transferências governamentais aumentou de 6,87% em 1991 para 17,18% em 2000.

O percentual da renda do município proveniente do trabalho foi reduzida de 83,19% em 1991 para 49,66% em 2000. Essa redução da renda do trabalho é refletida no aumento da intensidade da pobreza, uma vez que as transferências governamentais, apesar da proposta inclusiva e multiplicadora, não é fruto do produto do trabalho dos indivíduos que o realizam.

Em relação aos setores produtivos da economia do município, destaca-se o setor de serviços, responsável por 58,02% do PIB, o setor primário responde por 35,53%, enquanto a indústria contribui em apenas 6,46% para o PIB municipal. (SEI, 2002).

**Tabela 7 - Nova Redenção: PIB Municipal**

<b>Municípios</b>	<b>Produto Municipal (em 1000)</b>	<b>Classificação</b>
Salvador	8.942.979,50	1º
Camaçari	4.308.283,08	2º
Candeias	2.262.749,87	3º
Feira de Santana	982.234,38	4º
Simões Filho	971.633,17	5º
Mucuri	627.488,38	6º
Vitória da Conquista	539.907,70	7º
Lauro de Freitas	532.477,44	8º
Pojuca	464.727,33	9º
Barreiras	458.921,74	10º
<b>Nova Redenção</b>	<b>8.501,71</b>	<b>399º</b>

Fonte: SEI, 2002.

O PIB per capita do município, no ano de 2002, foi de R\$ 1.608,50, o que sugere uma renda média mensal de, aproximadamente, 134,04. A 305ª posição da sua renda per capita, dentre os 417 municípios baianos, faz de Nova Redenção um dos municípios mais pobres do estado da Bahia, conforme Tabela 8. A baixa renda per capita, está relacionada em parte, à baixa qualificação da mão-de-obra – principalmente nos aspectos de técnicas de cultivo –, métodos de produção ineficientes, mercado local incipiente, deficiência no sistema de transporte e completa ausência de crédito e orientações técnicas. A baixa renda do município, assim como em toda mesoregião do Vale do Paraguaçu, configura importante obstáculo ao processo de desenvolvimento de mecanismos que reduzam os efeitos

excludentes históricos de políticas públicas ineficazes, que ampliaram as diferenças sociais e as lutas de classe.

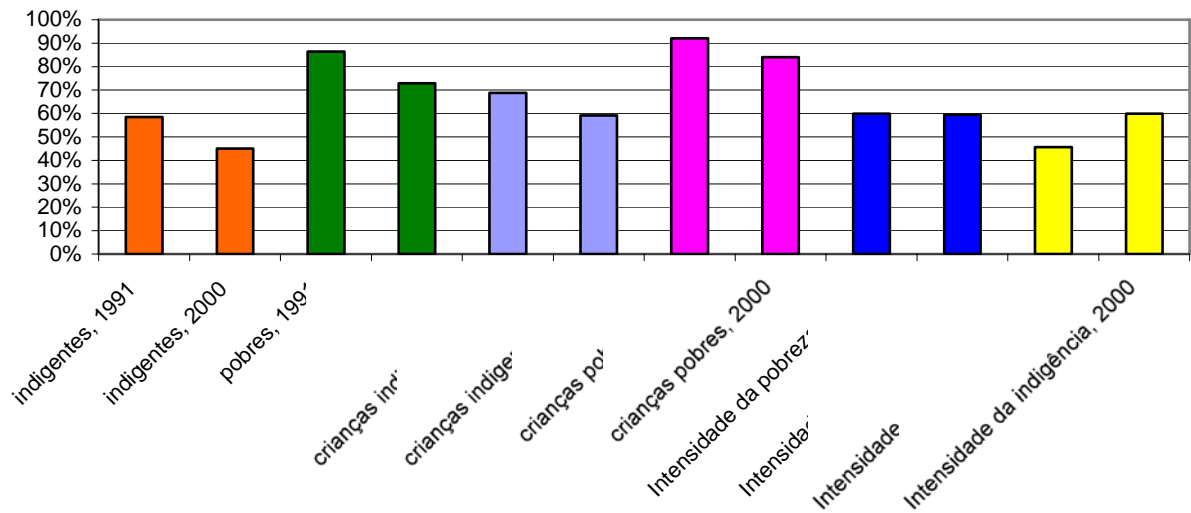
**Tabela 8 – Nova Redenção: PIB per capita**

<b>Posição</b>	<b>Município</b>	<b>PIB Per capita</b>
1º	São Francisco do Conde	273.140,41
2º	Camaçari	47.643,37
3º	Luís Eduardo Magalhães	31.683,72
4º	Mucuri	20.123,48
5º	São Desidério	19.892,16
6º	Madre de Deus	19.071,89
7º	Catu	18.293,27
8º	Glória	16.670,73
9º	Dias d'Ávila	15.439,17
10º	Simões Filho	14.732,45
<b>45º</b>	<b>Salvador</b>	<b>4.309,16</b>
51º	Feira de Santana	3.903,26
<b>305º</b>	<b>Nova Redenção</b>	<b>1.608,50</b>

Fonte: SEI / IBGE, 2002

A agricultura familiar, que predomina no município, não é capaz de criar as condições necessárias para melhorar a produtividade e reduzir os custos transacionais dos produtos locais. Essa dificuldade deixa os produtores reféns de processos comerciais danosos e concentradores, exercidos por atravessadores – principalmente no comércio da mamona, principal produto da região - que fazem os produtos do município atingir outros mercados.

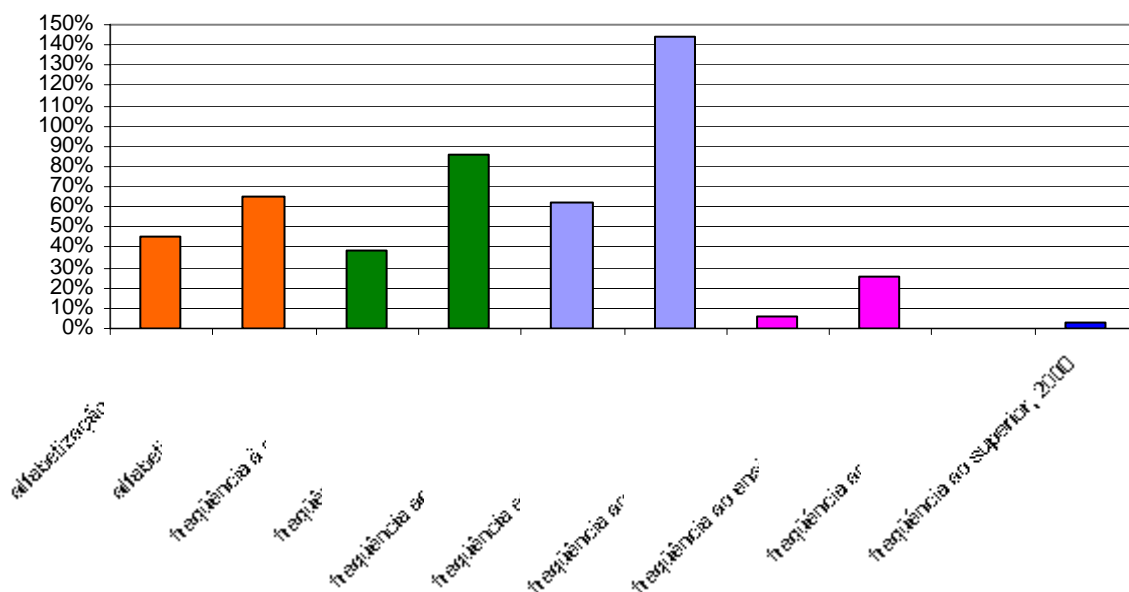
Os indicadores de pobreza são alarmantes, o número de pobres e indigentes atinge mais de 60% da população local. Mais de 80% das crianças do município eram pobres em 2001, percentual que já atingira mais de 90% em 1991. Os dados constantes na Figura 8 ratificam a posição do município no PIB e PIB Per capita dentre os municípios da Bahia.



**Figura 8 – Indicadores de pobreza: Nova Redenção**

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000 (BRASIL, 2004).

Em relação à educação, conforme evidenciado na Figura 9, pouco mais de 60% da população era alfabetizada em 2000. A frequência escolar saltou de 48,62% em 1991 para 73,28% em 2000. A melhora na frequência e na alfabetização pode não significar melhorias na qualidade do ensino e na formação do cidadão. O número de indivíduos que têm acesso ao ensino superior aumentou de 0,3% para 0,7% entre 1991 e 2000, configurando uma secção no ensino.



**Figura 9 – Nova Redenção: indicadores de educação**

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000 (BRASIL, 2004).

Conforme informações da Secretaria do Tesouro Nacional, o município de Nova Redenção possuía, em 2002, um orçamento de pouco mais de 4,5 milhões de reais, contudo, sua receita tributária não ultrapassaria, naquele mesmo ano, 40 mil reais (BRASIL, 2004). Tais informações evidenciam a plena dependência das transferências do governo federal na formação da renda do município, situação que não é exclusiva a Nova Redenção, trata-se de uma constante na realidade da maioria dos municípios brasileiros.

A luta pela terra é preponderantemente uma luta pela vida, os sem-terra, meeiros, rendeiros, posseiros, que tiveram, ou nunca tiveram, as terras usurpadas pelos grandes proprietários concentradores, brigam pela possibilidade de, ao menos, atender suas necessidades básicas, lutam para lidar com a terra e garantir o sustento da família, na única atividade que conseguem desenvolver, a agricultura familiar.

Conforme demonstrado na Tabela 9, existem três projetos de assentamentos no município de Nova Redenção, com o objetivo de abrigar 336 famílias já na condição de assentados. O assentamento Moreno, objeto de estudo desta dissertação, é o segundo maior projeto de assentamento do município, totalizando 120 famílias assentadas.

**Tabela 9 - Assentamentos Rurais do Município de Nova Redenção – Ba**

<b>Tipo</b>	<b>Assentamento</b>	<b>Fam. Assentadas</b>	<b>Capacidade</b>
PA	Santa Cruz e Bom Jesus	190	310
PA	Campo Formoso	26	26
PA	Moreno	120	140
<b>Total</b>		<b>336</b>	<b>476</b>

Fonte: INCRA, 2005.

### 3.4 O ASSENTAMENTO GROTÃO: UM POUCO DE HISTÓRIA

O Assentamento Grotão teve origem na luta pela terra, passando pelo processo de acampamento, seguido de despejos, disputas políticas e judiciais. Aconteceu sem a espera dos trâmites legais do poder público, levantando bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e com o apoio de organizações sindicais e da Comissão Pastoral da Terra, conforme relata o Sr. Pedro Ribeiro da Silva – Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Grotão:

Eu morava aqui a nove quilômetros, já era aqui da região mesmo, trabalhava sempre na roça, braçal, trabalhava na diretoria do Sindicato, no Município de Boa Vista do Tupim. E aí surgiu a primeira ocupação pelo MST aqui no Município, em Beira Rio, essa primeira ocupação foi em 97. E aí agente como sindicalista, representante sindical, e aí acolheu o MST, a as Igreja Católica aqui do Município, Prefeitura, e aí fiz esse trabalho de base, fui pra Beira Rio, passei um ano e pouco no Beira Rio, depois sofri um acidente. Vim pra minha região, preferi tocar um trabalho pra ser linha de frente, com a responsabilidade pra tá mantendo o Assentamento. Foi mais ou menos assim. E aí daí pra cá, hoje, o MST cresceu em nível nacional e em nível de estado, e hoje o Município de Boa Vista do Tupim é o



que tem mais Assentamento. Mas a mãe de tudo foi Beira Rio. A maioria dos Assentamento com quatrocentas famílias e hoje tem aí quase [...] tá na faixa de 16 Assentamentos com Acampamentos no Município. (SILVA, 2004). (informação verbal)<sup>5</sup>

A mobilização política dos trabalhadores rurais para a condução da luta pela reforma agrária inicia com a identificação dos locais a serem disputados, com uma prévia avaliação dos atores governamentais e/ou privados que estarão envolvidos na disputa, e com uma estimativa da capacidade estratégica de cada área para constituição de assentamentos. Dentro desse processo, a Fazenda Grotão foi identificada como improdutivo pelos trabalhadores rurais sem-terra, o que, na verdade, deveria ser feito pelo órgão oficial INCRA. De alguma forma, o movimento contribui com essas ações, conforme relata (SILVA, 2004):

Veja bem. Aí foi mais ou menos indicado nesse sentido. A gente era da região, nove quilômetros daqui, e eu já conhecia as pendências dessa fazenda [...] O fazendeiro deixou de criar, aí ela tava sem produzir, aí ele começou a vender as terras aos pedacinhos, 10 tarefas [...]. Aí eu convidei o MST, teve um Vereador aqui que foi linha de frente, apoiado em convidar o MST, e ele empenhou comigo nessa tarefa, pra gente ocupar a Fazenda Grotão, porque era uma Fazenda boa, e daí agente surgiu essa ocupação dessa Fazenda e depois teve as demanda, que foi ver como é que tava o processo. Foi um ano e tanto de luta para administrar em cartório, mas, realmente a fazenda tava na base mesmo né, pros trabalhadores rurais. (informação verbal).

O acampamento é a ocupação do latifúndio, cujas conseqüências são imprevisíveis (MARTINS, 1989). Conforme afirma (ABROMOVAY, 1985 apud MARTINS, 1989), alguns acampamentos chegam a ter mais de duas mil famílias, com até sete mil pessoas, o que não foi o caso do Assentamento Grotão em termos de números, mas aos poucos as famílias/pessoas foram se juntando e reunindo forças, conforme o depoimento (SILVA, 2004):

---

<sup>5</sup> Entrevista ao trabalho de campo realizado em novembro de 2004.

Nós começou na noite aqui, com 60 famílias que veio dar apoio, mas vinha pessoas que só vinha dar apoio, retornou pra casa, vinha só apoiar, tinha pessoas que já tinha terra e veio só contribuir com a gente, da vizinhança. E daí pra frente começou enchendo, ela - a ocupação - teve até com 80 famílias aqui, no Grotão. Aí depois foi diminuindo e ela foi contemplada com 61 famílias. Mas foi uma luta boa, foi uma luta boa, a partir do primeiro dia da ocupação, aí agente começou a receber visitas importantes, Jornal Paraguaçu, sem terra ocupou a fazenda do Dr. Fernando! - Fernando Sincorá, antigo proprietário da Fazenda -, e aí veio disfarçado fazer algumas entrevistas com a gente. (informação verbal).

Nesse espaço está colocada em questão a luta e, portanto, o enfrentamento com o Estado, por intermédio da negociação política, e com os latifundiários, pelo conflito direto. Dependendo da forma do encaminhamento e da relação de poder entre as forças políticas, vão ter lugar diferentes situações de luta. Com relação ao Estado, acontece o despejo, freqüentemente, por meio do uso da violência pela força policial. Com relação aos latifundiários, o enfrentamento violento contra os jagunços contratados para fazerem o serviço. Desses enfrentamentos, são muitos os feridos e é constante a morte de trabalhadores e, em alguns casos, a morte de policiais e jagunços. É um confronto violento, em que as famílias acampadas procuram resistir de diferentes maneiras para não sair da terra, conforme se observa no depoimento de Silva (2004):

É mais ou menos. Eles capturavam as duas partes, nesse sentido. Primeiro foi à visita do Jornal Paraguaçu, depois foi [...] quatro dias depois foi o despejo, recebemos a polícia com um despejo, depois de cinco dias na área, fomos despejados. A ação não foi do proprietário, mas a ação foi política mesmo da direita, que se reuniu pra dar o despejo e agente não ganhar essa vitória, a posse da terra. (informação verbal).

**Entrevistador:** Quer dizer. O proprietário, de certa forma, não interveio num primeiro momento para pedir a reintegração de posse da terra [...].

**Entrevistado:** Que faça. Mas à frente ficou mais a política, né. A política de apoio à direita foi quem mais se movimentou, a gente sentiu isso [...]. Aí voltamos, ficamos no corredor, parte de fora entre duas fazendas, que recebeu a gente de boa qualidade, o policial, que agente já tinha um certo conhecimento, fiquei numa faixa de 21 dias,

nesse mesmo mês – julho -, teve um segundo despejo, porque agente reocupou novamente a área, aí já foi com 25 polícia, pegamos esse segundo despejo, viemos pra BR - BR-242 -, 40 KM após o município de Itaberaba, no sentido de Itaberaba/Ba para Lençóis/Ba -, aí passamos nove meses aí na BR. (informação verbal).

O relato do Sr. Silva, dentro de suas limitações, expõe a face das relações políticas dentro da classe hegemônica. O antigo proprietário da fazenda foi secretário de governo do Estado da Bahia, a eficiência da emissão da ordem de despejo contraria a cultura histórica da morosidade da justiça brasileira. O despejo é, quase sempre, iminente. Mas não significa o fim. O acampamento é removido para a beira de uma rodovia, de onde se reiniciam as negociações no plano político, jurídico e social. O processo de concentração de terras, cuja limitação é apenas o mercado, é invariavelmente muito mais rápido em relação à reforma agrária.

Depois dos dois despejos, ficamos nove meses na beira da BR. Aí sofremos muitos desafios. Tinha época que o pessoal, aí no corredor, desistiu, foi pela uma sorte hoje você estar tendo o privilégio de vir aqui fazer uma entrevista com nós porque, se não fosse uma questão de honra, hoje não acontecia da gente tá tão divulgado pra sociedade como tamo hoje, porque o pessoal começou a impressionar [...], vinha engenheiro cortar a terra, no futuro não era nada, aí o pessoal parado, sem produzir, dizia: eu vou embora, não vou ficar aqui não, você tá me iludindo Pedro. O pessoal desacreditava, e eu ficava aí teimando, eu e um rapaz, companheiro chamado Carlinhos. E aí, os outros ficava, mas não ficava, ficava, mas não ficava, e volta e meio nessa demanda aí, esses nove meses de corredor [...], eu cheguei a dormir umas duas noites na área aí sozinho, no corredor dessa BR - BR 242 -. Com esse desafio, eu sei que foi chegando o momento, chegou à vez que um policial de Rui Barbosa fez eu rancar a bandeira, botou o revólver na minha barriga, tinha só cinco companheiros, fez eu rancar a bandeira do MST e mandar eu levar o pessoal pra porta do prefeito que nos apoiava. Ele não apóia vocês? Bota a bandeira do MST na prefeitura! (informação verbal).

**Entrevistador:** Sr. Pedro. Parece que tem um outro proprietário de terra, que utilizava as terras da Fazenda Grotão para criar gado [...].

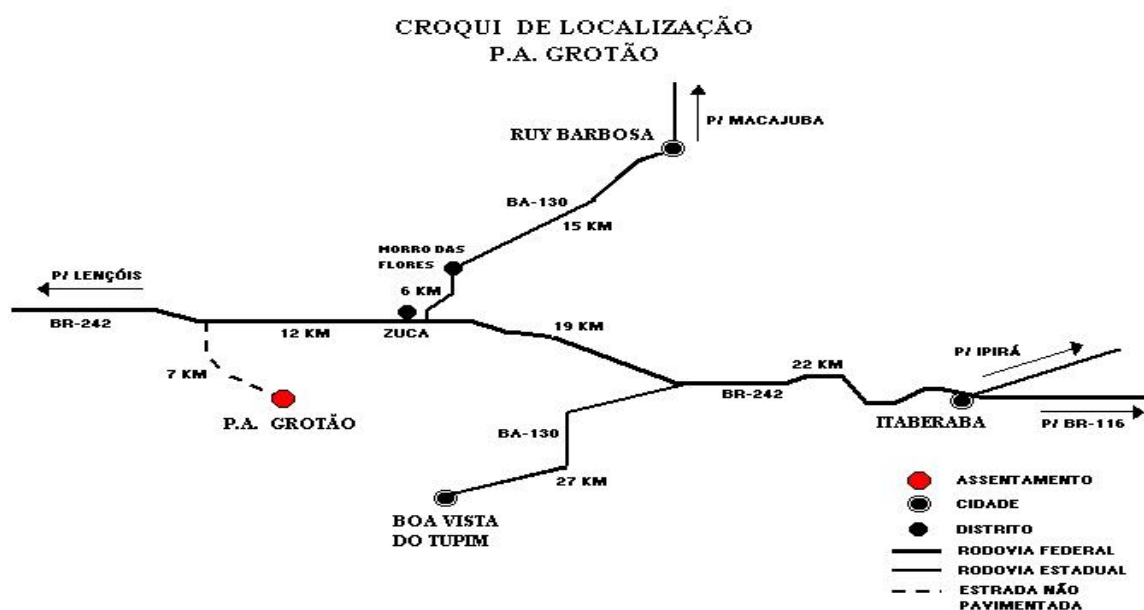
**Entrevistado:** É. Exatamente, inclusive defendendo a Fazenda que não era dele. Teve até audiência no fórum e esse proprietário foi depor contra nós. Teve uma audiência com nós e, com a liderança do movimento, Jean, Jerônimo [...], e ele - o fazendeiro explorador -

foi dizer que nós chegou com muita baderna no assentamento e que a fazenda era voltada pra pecuária, ele tinha até razão que questionar, porque ele criava, né, e não pagava - o uso da terra -, engordava os animais dele sem custar um centavo, era dado, então ele defendia, porque, de certa forma o fazendeiro - proprietário - dava, porque com certeza na época ele não tinha mais o dele. Então, foi demanda muito grande, uma demanda muito grande nesse sentido de [...], desse fazendeiro - explorador da Fazenda Grotão -, que atormentou agente desde o começo [...]. Saiu o decreto - de desapropriação -, aí, quando saiu o decreto, a gente já tá consciente que ganhamos a posse da terra. E aí começamos essa demanda, essa disputa, colocamos uma roça na área que ele criava os animais dele - o fazendeiro que explorava a fazenda para pecuária -, pra poder bater nele. Teve umas certas ações que agente foi na casa dele duas vezes, e ele disse que não liberava a área, porque nós num tinha nada naquela área, enquanto o fazendeiro não desmembrasse a terra, conversa nossa, ele não acreditava. Chegou vez deu levar o decreto na casa dele, nesse povoado próximo, e ele não aceitou olhar, terminou a me dizer um dia que não acreditava em pessoas que não tinha conhecimento da minha classe, aí eu disse a ele [...] só que ele ia ver a revolução minha, da luta, do resultado da luta. Ponhamos ele na justiça, ele não botou a gente [...], mas até que chegou o momento [...], e só ficamos livre dele a partir do dia que disse assim: recebi uma emissão de posse e o fazendeiro tirou os móveis da área aí, ele recuou os animais dele (SILVA, 2004). (informação verbal).

Uma reforma agrária não surge de uma decisão repentina de diversos segmentos da sociedade, como: um partido político, uma equipe governamental, ou mesmo de uma classe social. Ela é sempre o resultado de pressões sociais contrárias e, ao mesmo tempo, é limitada por essas mesmas pressões. Suas conseqüências e seu alcance, tanto do ponto de vista social como econômico, dependem, intrinsecamente, da evolução das relações de força entre os camponeses, os assalariados agrícolas, os operários, as chamadas “camadas médias”, a burguesia e os grandes proprietários fundiários. Em outras palavras, dependem diretamente da evolução da conjuntura política do país (VEIGA, 1981). Assim sendo, o projeto do Assentamento Grotão foi uma conquista dos trabalhadores rurais sem terra após intensas lutas, que duraram cerca de 03 anos, quando aconteceu a emissão de posse em 16 de dezembro de 2002, através do

decreto de desapropriação de 11 de abril de 2001, Lei 4.504 de trinta de novembro de 1964.

A Fazenda Santo Apolônio/Grotão, com 2.447,1019 há, está localizada no Município de Boa Vista do Tupim, distante da sede aproximadamente 28 km. via de acesso BR 242, após entrada do Município de Boa Vista do Tupim 50 km, conforme Figura 10:



**Figura 10 - Localização do Assentamento Grotão**

Fonte: Márcio Reis de Jesus – CREA: 32865/D - BA, 2005.

O levantamento realizado no local apontou para a existência de energia elétrica na sede da antiga fazenda, porém, sem funcionamento; e quanto aos recursos naturais disponíveis, a presença da paisagem típica da região – semi-árida -. Não possui rio, apenas um pequeno riacho temporário, a água é armazenada em reservatórios já existentes, com capacidade superior a 60.000 litros, e, conforme declaração unânime dos assentados uma de suas maiores dificuldades que enfrentavam a falta da água.

As moradias existentes, cuja localização está demonstrada no ANEXO A, são de pau-a-pique ou de adobes e retratam o com uso de uma técnica de construção incorreta e precária. Com área aproximada de 25 metros quadrados, os abrigos/casas possuem, no máximo, dois cômodos e não possuem sanitário. Não existe instalação sanitária nem hidráulica. As coberturas são de palhas<sup>6</sup>, conforme Figura 11:



**Figura 11 – Assentamento Grotão**

Foto: Maria Evanei Oliveira Rios, 2004.

---

<sup>6</sup> No segundo sábado do mês de novembro de 2004, chegamos ao Assentamento Grotão. Cerca de um quilômetro antes do assentamento, sobre uma colina da estrada, avistamos as casas de taipa cobertas por palhas secas. Na parte mais baixa da fazenda era possível avistar a construção das novas casas, essas de alvenaria. Um misto de preconceito, associado ao medo natural do desconhecido estava expresso em nossa face. Descemos a estrada que dava acesso à antiga Fazenda Santo Apolônio, passamos ao lado das casas em construção, fizemos algumas fotos e subimos até a vila de casas que nos transportava para a Idade Média. Um equipamento estranho, com uma hélice de ventilador ligado a um alternador de um carro velho, garantia a energia para o rádio de uma das casas. Fomos recebidos por crianças e jovens que jogavam bola num campo ao lado das casas. A maioria dos assentados estava na feira de Boa Vista do Tupim vendendo os produtos do assentamento. Conduzidos até a escola, a maior construção de taipa, localizada no centro da vila. Tínhamos que aplicar os questionários e entrevistar o líder do assentamento. Vivendo em condições deploráveis, com água escassa, sob o risco de serem atacados por animais peçonhentos e do fogo iminente causado pela perigosa combinação dos candeeiros com as palhas secas dos telhados. Contudo, aqueles rostos, marcados pelo sol e pela labuta na terra, estavam estranhamente felizes. Os questionários foram respondidos com imensa amabilidade, e nossa noção da palavra necessidade foi sendo pulverizada pela certeza da mudança. O motivo da felicidade daqueles miseráveis? Eles tinham renda.” Jonilson Batista Chagas, 32 anos, um dos colaboradores da pesquisa de campo.

### 3.5 O ASSENTAMENTO MORENO: UM POUCO DE HISTÓRIA

O Assentamento Moreno surgiu como consequência da luta pela terra, passando pelo processo de acampamento de forma pacífica, levantando bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e com o apoio de organizações sindicais e regionais, conforme afirmado pelo senhor Renildo Gonçalves de Jesus – Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Moreno -, em entrevista ao trabalho de campo realizado em fevereiro de 2005. Enquanto para o poder público municipal o processo foi indiferente. A primeira fase de ocupação foi caracterizada, portanto, pela reintrodução de antigas táticas de ocupação e formação de acampamentos, acompanhadas de mecanismos de grande impacto visual – os barracos de lona preta, a miséria, a teimosa determinação dos acampados -, mobilizando amplas redes de solidariedade e atraindo a atenção dos meios de comunicação (LEITE, 1999).

Por certo, durante o acampamento é de se esperar diversas reações, as mais contraditórias, dos agentes do Estado, violenta repressão policial a medidas, e, às vezes, medidas conciliatórias. O assentamento da Fazenda Moreno se inscreveu nessa linha de tentativa de pacificação, conforme afirma Jesus (2005): “Na época mesmo que decidimos ocupar essa fazenda, o fazendeiro daqui já tinha decidido mesmo vender essa fazenda, porque tinha um débito nessa fazenda, então chamou o MST pra fazer parte disso aí” (informação verbal)<sup>7</sup>.

As disputas por terra ocorreram em áreas tradicionais também se verificaram em áreas tradicionais de lavouras comerciais que, em casos bastante delimitados, passaram a abrigar assentamentos, como garantia de compra e

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida ao trabalho de campo realizado em fevereiro de 2005.

valorização das terras, muitas delas fruto de projetos de agronegócios fracassados. É o caso do Assentamento Moreno que, segundo os informes de Jesus, (2005) em entrevista ao trabalho de campo:

**Entrevistador:** Então a iniciativa da ocupação foi o próprio fazendeiro. Certamente tinha um débito com algum órgão federal ou com bancos, e a solução seria vender ao INCRA, é isso?

**Entrevistado:** Sim.

**Entrevistador:** O nome do assentamento tem alguma ligação com o nome da antiga fazenda, ou seja, o fazendeiro continua sendo vizinho de vocês com a outra parte da fazenda? E continua se chamando Moreno?

**Entrevistado:** Ele também não é dono do restante da fazenda.

**Entrevistador:** Está hipotecada a algum banco, é isso?

**Entrevistado:** Ele tem um contrato com o AGROPASA, na época ele tinha umas fábricas [...].

**Entrevistador:** Fábrica de quê?

**Entrevistado:** De milho, milho enlatado e extrato de tomate. (informação verbal).

Percebe-se, portanto, que as lutas por terra indicam também a presença de novas possibilidades de utilização de áreas antes consideradas decadentes e que têm seu lugar econômico refeito em função dos assentamentos. Sejam quais forem as suas motivações, é, sobretudo a manutenção de terras inativas ou mal aproveitadas por esses latifundiários que veda o acesso dos trabalhadores rurais ao meio de que necessitam para viver (VEIGA, 1981).

Relevante que se faça menção à parte da fazenda Moreno desapropriada para fins de reforma agrária. Quando indagamos sobre a ocupação anterior ao assentamento, muitas pessoas responderam que haviam sido empregados da Fazenda Moreno. De acordo com o Estatuto da Terra, quanto ao critério de prioridade de desapropriação, conforme o artigo 17º: “O assentamento de trabalhadores rurais deverá ser efetuado em terras economicamente úteis, de preferência na região por eles habitada” (SODERO, 1982). De alguma forma, o fato

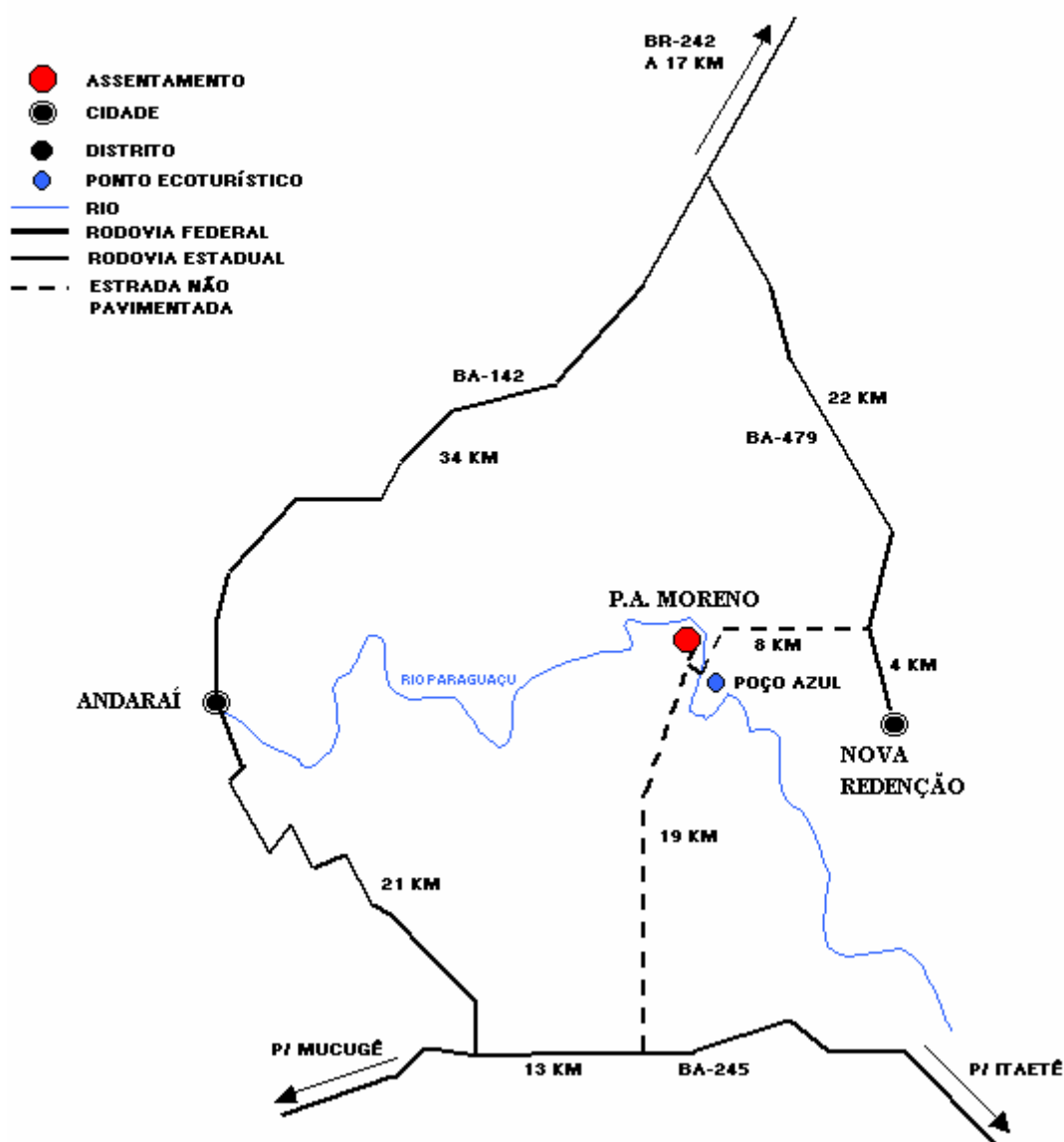


de as pessoas serem da mesma região, e, muitas já trabalharem juntas, faz com que o nível de conflito interno seja menor – os conflitos mais freqüentes ocorrem, particularmente, quando a identidade social original, nascida no mundo da “pequena produção” e interrompida pelos tempos do acampamento, das ocupações de terra, concretiza-se novamente com a chegada ao assentamento e a reconstituição da vida comunitária do passado (LEITE, 1999)-. Em tais situações, são comuns os anseios, entre tantos assentados, de refluir em relação à sua organização, no caso presente, faz-se necessário informar que, durante a pesquisa, e, de acordo com o questionário aplicado nos dois assentamentos, cujas respostas, inclusive, foram unânimes, a relação nos dois assentamentos em estudo fez-se de forma harmoniosa.

É muito difícil dizer a um sem-terra acampado há meses com crianças, no caso do Assentamento Moreno, 48 meses, onde a temperatura passa dos 40° C, que aguarde os trâmites legais de desapropriação de terra, ou seja, o cumprimento do Estatuto da Terra. O projeto do Assentamento Moreno foi uma conquista dos trabalhadores rurais sem-terra, após lutas pacíficas, que duraram cerca de 02 anos. A emissão de posse aconteceu em 2003.

A Fazenda Moreno, com 4.840,0970 hectares, possui 120 famílias assentadas (INCRA, 2005). Está situada no Município de Nova Redenção, distante da sede aproximadamente 10 km. Acesso através da travessia do rio Paraguaçu, na altura do povoado de Peruca/PA Andaraí – Município de Nova Redenção - ou por uma estrada vicinal a partir do Município de Andaraí, conforme croqui (Figura 12):

### CROQUI DE LOCALIZAÇÃO P.A. MORENO



**Figura 12 - Localização do Assentamento Moreno**

Fonte: Márcio Reis de Jesus – CREA: 32865/D - BA, 2005.

Uma vez desapropriada as áreas dos antigos latifúndios, o controle sobre as terras passa a ser do Estado. A entrega aos beneficiários potenciais também pode se fazer de muitas maneiras. É muito raro que a transferência seja gratuita. De qualquer forma, é importante ter em conta que a atual legislação da reforma agrária do Brasil permite que o Estado desapropriar grandes extensões de terra, sem que

isso implique um aumento descomunal das despesas públicas. Basta que se emitam títulos resgatáveis em 20 anos, (VEIGA, 1981), como foi o caso dos dois assentamentos deste estudo.

Além da delimitação das propriedades que estarão sujeitas à desapropriação, qualquer reforma agrária também estabelece critérios para que os atingidos tenham, ou não, algum tipo de compensação. Isto é, a desapropriação pode variar do sumário confisco a uma espécie de compra, quando as indenizações atingem montantes aproximados ao valor venal das terras. Foi o que aconteceu nos assentamentos, o processo de desapropriação culmina com a indenização em títulos da dívida agrária para pagamento das terras desapropriadas e outra parte em depósito à vista relativo às benfeitorias existentes na fazenda – imóveis, cercas, poços, aguadas, etc. -.

A investigação realizada no local, não constatou a existência de energia elétrica, embora no território exista a passagem de uma rede elétrica de alta tensão; a água é captada do rio por um bombeamento realizado com recursos dos próprios assentados, mas atende somente ao acampamento e não é tratada. O território do projeto é cortado por várias estradas que beneficiarão a circulação da produção futura, em alguns trechos elas se encontram em péssimo estado. O melhor acesso ao assentamento é inviabilizado pela necessidade de travessia do rio, pelo qual, atualmente, só se transita de carro no período de cheia, utilizando-se balsas. A travessia de pedestres é realizada por pequenas canoas e jangadas. O projeto margeia aproximadamente 14 km o rio Paraguaçu, apresenta-se com topografia irregular na maior parte do seu território, com vegetação peculiar do semi-árido.

As moradias existentes são feitas de pau-a-pique ou adobes, com uso da técnica construtiva incorreta e precária, sua localização está demonstrada no ANEXO B. Com área aproximada de 25 metros quadrados, os abrigos/casas possuem no máximo dois cômodos e não possui sanitário. Não existe instalação sanitária e hidráulica. As coberturas são de palhas, conforme Figura 13:



**Figura 13 - Assentamento Moreno**

Foto: Maria Evanei Oliveira Rios, 2005.

Para Veiga (1981), a Reforma Agrária consiste, essencialmente, num ato de transferência da propriedade da terra de um grupo social para outro. Para que ela se realize, é preciso que o Estado desapropriar alguns e atribua a outros. Existem muitas formas de desapropriação e tantas outras para entregar as terras a seus futuros beneficiários – como foi explicado quando se tratou do processo relativo aos dois assentamentos aqui formalizados -. Ademais, as novas unidades produtivas criadas a partir de uma reforma também podem se organizar de várias maneiras.

Assim, para se compreender o que é a reforma agrária, é necessário que se examine cada um destes três ingredientes fundamentais: a desapropriação, a atribuição aos beneficiários e o estatuto das novas unidades produtivas.

#### **4 INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA: A EXPERIÊNCIA DOS ASSENTAMENTOS GROTÃO E MORENO**

*Dos campos, das cidades, das frentes, dos palácios, os Sem-Terra, este povo de beira de quase tudo, retiram suas lições de semente e história. Assim, espremidos nessa espécie de geografia perdida que sobra entre as estradas, que é por onde passam os que têm para onde ir e as cercas, que é onde estão os que têm onde estar, os Sem Terra sabem o que fazer: plantam. E plantam porque sabem que terão apenas o almoço que puderem colher, como sabem que terão apenas o país que puderem conquistar. (RUFINO, 1989 apud MARTINS, 1991).*

Criados a partir da luta contra a concentração regional de terras e marcados pela ausência de um planejamento prévio de localização e de mecanismos de apoio, os assentamentos em estudo enfrentam situações bastante adversas, no que se refere às condições de instalação, com evidentes reflexos sobre a produção.

O estudo e a interpretação dos aspectos pesquisados fundamentam os argumentos essenciais à compreensão do tema desta pesquisa, isto é, a inserção socioeconômica nos assentamentos rurais Grotão e Moreno. Portanto, os itens que se relacionam devem ser analisados em função de se limitar e definir as variáveis utilizadas na pesquisa: origem e trajetória das famílias, organização social e produtiva, condições materiais de vida, integração social, acesso aos créditos de instalação e condições de habitabilidade, condições de educação, condições de saúde, relações com o poder local e a cidade, inserção na economia local e regional e aspirações e desejos das comunidades.

#### 4.1 ORIGEM E TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS

A origem geográfica dos indivíduos deve ser ressaltada como fator determinante na formação dos grupos. As famílias procuram permanecer vinculadas a outras que vieram do mesmo município ou região; elas muitas vezes reforçadas por relações de amizade, vizinhança ou parentesco, estabelecidos anteriormente ou já no assentamento, também em função da origem comum.

Em sua maioria, as famílias dos dois assentamentos – Grotão e Moreno -, são da região e, em decorrência do movimento, passaram a conviver e a se conhecer, outras trabalharam juntas – geralmente na condição de assalariados - na fazenda que originou o assentamento. Foi possível, durante as entrevistas, constatar que um pequeno grupo se conhecia de outras ocupações, apenas 12% para o assentamento Grotão e 8% para o Moreno. Acrescente-se que, nos dois assentamentos, existem vários integrantes com algum grau de parentesco, a solidariedade centrada no parentesco, com as idiossincrasias parcialmente africanas de alguns de seus termos e distinções, tem sido o núcleo da expansão do campesinato na região (HENFREY, 1987).

A distribuição etária da comunidade revela uma grande concentração de indivíduos até 40 anos, uma seleção própria do processo de ocupação, que depende de indivíduos que reúnam as condições físicas necessárias para enfrentar às intempéries da luta pela terra. Esse mesmo dado indica também uma comunidade jovem e mão-de-obra disponível para o trabalho da agricultura familiar. O assentamento Grotão apresenta uma expressiva população de jovens até 19 anos, e uma assimetria entre a quantidade de indivíduos masculinos e femininos. Há uma grande preocupação com o papel dos jovens nos assentamentos, inclusive por parte

do governo federal, que criou uma linha de crédito exclusiva para os jovens residentes na zona rural, o PRONAF Jovem, mas a falta de informação e a burocracia o tornam-no inacessível, como afirma o representante do MST na região, Mauro Lúcio Xavier Costa:

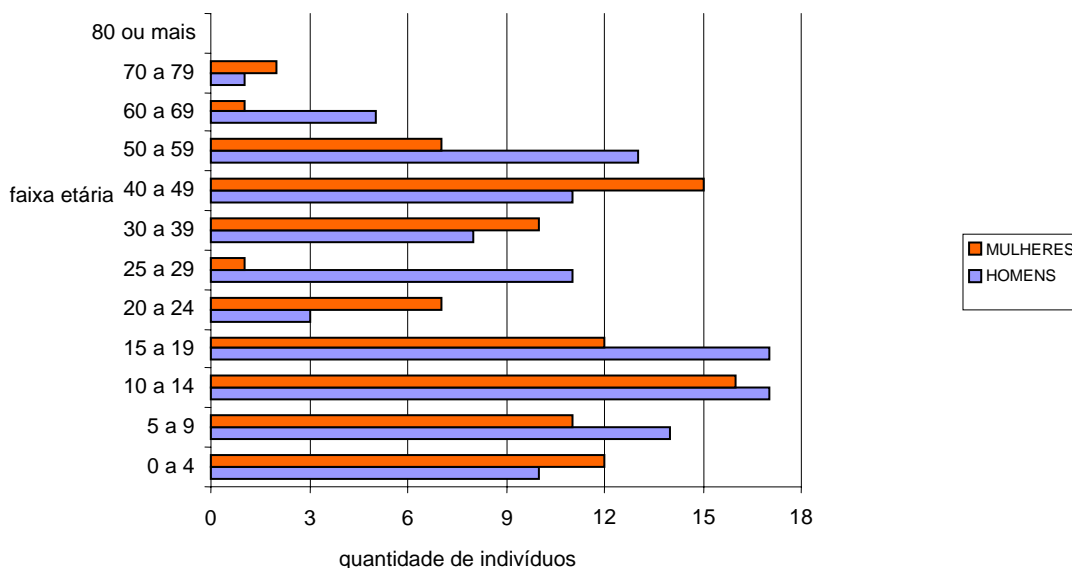
Manter o jovem no campo tem sido uma luta de uma certa forma mais árdua do que conseguir assentamentos, pois falta uma política de inclusão da juventude no processo político e tecnológico nesse país, principalmente na zona rural [...] e nós vamos de forma precária incentivando os jovens através de pequenos grupos jovens a permanecerem no campo, só que a atração dos grandes centros urbanos e o avanço tecnológico nas metrópoles fala mais alto e atrai o jovem. (informação verbal).<sup>34</sup>

Apenas na faixa etária de 10 a 14 e 30 a 39 anos há um número aproximado de indivíduos masculinos e femininos. No assentamento Moreno há um número grande de mulheres entre 20 e 24 anos, resíduo da antiga atividade da fazenda, que as empregava na colheita de frutos. Existem em ambos assentamentos uma expressiva população de crianças até 14 anos, que revela um indicador do grande desafio de educar as crianças dentro de sua realidade – o campo - sem que isso signifique o trabalho infantil.

---

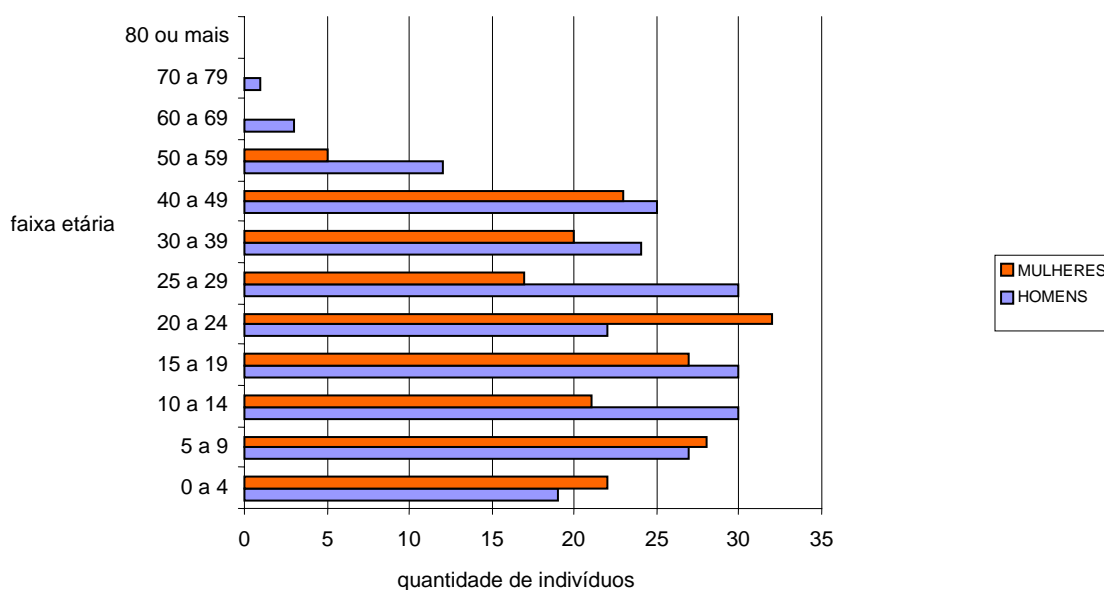
<sup>34</sup> Entrevista concedida ao trabalho de campo realizado em fevereiro de 2005.





**Figura 20 – Distribuição Etária do Assentamento Grotão**

Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005

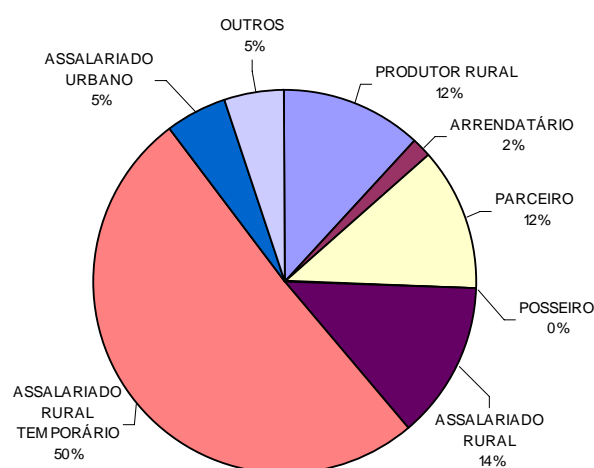


**Figura 21 – Distribuição Etária do Assentamento Moreno**

Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005.

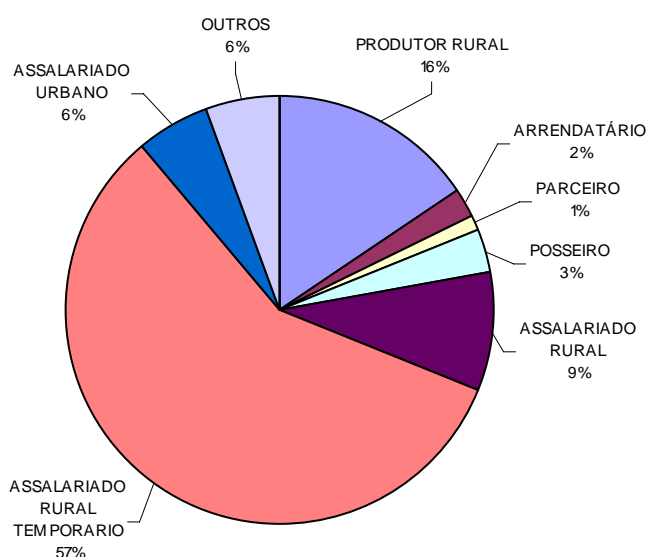
Pensar o projeto dos assentados implica, antes de tudo, reconhecer a diferenciação de suas origens, trajetórias de vida e discutir a perspectiva de existir uma história social comum em suas andanças, sustentada pelo vínculo representado pela relação mediata/imediata com a terra. Os informes obtidos na pesquisa indicam

que 90% dos assentados do Grotão e 88% do Moreno possuíam vínculo direto com a terra. Alguns já tiveram, em outros momentos, relações de posse e/ou propriedade com a terra. Ao longo do processo migratório, as famílias experimentaram diversas formas de trabalho, exerceram atividades desenvolvidas nos centros urbanos que correspondem a 6% para o assentamento Moreno e 5% para o Grotão, tais como: guardas, pedreiros, vendedores e prestadores de serviços. No meio rural, os assentados estavam distribuídos entre assalariados, posseiros, arrendatários, parceiros e assalariados temporários ou permanentes, conforme Figuras 22 e 23. Há, também, os migrantes; outros ainda encontravam-se desempregados, 5% para o assentamento Grotão e 6% para o Moreno. A demanda desses últimos por terra não tem, necessariamente, a mesma dimensão reivindicada pelos camponeses em sua luta para preservar, conquistar ou reconquistar seus objetivos e o meio básico de reprodução do trabalho e de vida. O camponês reage à expulsão do lugar em que construiu sua vida. O assentado luta para reorganizar seu modo de vida sob diferentes aspectos.



**Figura 22 - Ocupação Anterior ao Assentamento Grotão**

Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005.



**Figura 23 - Ocupação Anterior ao Assentamento Moreno**

Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005.

Com relação à identidade, na mudança da conotação de “sem terra” para a de assentado, não ocorreu, necessariamente, uma ruptura, com anulação da identidade de “sem terra”<sup>35</sup>. Segundo os assentados entrevistados, as famílias já assentadas mantêm relações - sejam de parentesco, amizade e/ou solidariedade – com as famílias acampadas, relações que se verificam na forma de apoio e participação em ações como ocupações e outros atos de protestos promovidos pelo MST. A continuidade da relação com o MST é demonstrada pela atuação das lideranças na organização local/regional do movimento, fornecendo quadros para sua direção estadual/nacional. Como também, na influência do MST na organização da produção no interior do assentamento.

Para (BERGAMASCO; FERRANTE, 1994 apud BENEDETTI, 1998), o termo assentado, determinado pelo poder público para designar o beneficiário de um projeto de assentamento, representa uma categoria social em processo de constituição de sua identidade. Esta identidade de assentado é acionada,

<sup>35</sup> Sobre a construção da identidade política dos “sem-terra”, consultar o trabalho de Schmitt (1992).

particularmente, nas negociações com órgãos públicos visando à liberação de recursos para a implementação na produção.

#### 4.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA

A organização social e produtiva demonstra ser um elemento potencializador do desenvolvimento do projeto de assentamento, notadamente em relação à superação da inexperiência de assentados que provinham de uma tradição de semi-assalariamento. Fato observado nos assentamentos estudados, onde a organização se desenvolveu por iniciativa de movimentos sociais, como o MST. Constatou-se que o processo de luta pela terra influenciou a organização dos assentados tanto do ponto de vista político como produtivo. Ou seja, nos casos em que ocorreu mobilização para ocupação da terra, os assentados desenvolveram maior organização grupal e melhor relacionamento institucional, fato observado com maior frequência no assentamento Grotão se comparado ao Moreno.

O processo de luta intenso contribuiu para que aquele assentamento – o Grotão - se destacasse em relação ao outro no que diz respeito ao processo social e produtivo, ao menos durante o período em que se desenvolveu este estudo. Perguntamos ao líder e presidente da Associação do assentamento Moreno se o fato de as famílias/pessoas não terem lutado com tanta intensidade, como foi o caso do assentamento Grotão, não causou algum tipo de desmotivação entre as famílias assentadas com relação ao processo. A sua opinião expressa-se neste trecho da entrevista:

**Entrevistador:** Existe uma coisa importante dentro do assentamento que é a luta pela terra. Aqui não houve luta, porque de alguma forma o fazendeiro induziu vocês a ocuparem a terra. Nesse processo existe algo positivo, que é a ausência do trauma da luta - as desocupações -. O Sr. acredita que, pelo fato de não ter havido luta,

a responsabilidade pelo assentamento, o relacionamento do homem com a terra que ele adquiriu, ela não é reduzida? Porque quando você luta você tem mais responsabilidade sobre o que conquistou. O Senhor percebe a falta de motivação dos assentados aqui?

**Entrevistado:** A gente percebe. Mas por outro lado, a maioria dos assentados daqui considera o fato de estar assentado uma luta muito grande. (informação verbal)<sup>36</sup>.

Ao longo da criação e consolidação dos assentamentos, é possível identificar os atores envolvidos no processo de organização desses espaços: o governo federal, o INCRA, o Poder Judiciário, os governos estaduais e seus respectivos órgãos ligados à terra, as secretarias estaduais de agricultura e seus organismos de assistência técnica, prefeituras, organizações não-governamentais voltadas para o apoio e assessoria às organizações de trabalhadores, entidades vinculadas às igrejas, entidades de representação – sindicatos, por exemplo -, MST, associações de produtores, cooperativas, entidades patronais – sindicatos, associações – esses exemplificam as diferentes forças que passam a concorrer não só mediante a implementação de políticas como de determinadas concepções sobre seu papel e significado no interior dos assentamentos.

O reconhecimento das possibilidades organizativas e produtivas dos assentamentos rurais vem ganhando destaque, o que lhes confere direito de acesso ao programa de crédito destinado especificamente às áreas assentadas: o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), com suas modalidades de custeio, investimento individual ou coletivo. Os assentamentos ainda não receberam esse crédito, pois existe o requisito do Plano de Desenvolvimento Social dos Assentamentos (PDSA) de responsabilidade do INCRA e que ainda não foi elaborado para os dois assentamentos em questão.

---

<sup>36</sup> Entrevista concedida pelo presidente da Associação do Assentamento Moreno ao trabalho de campo realizado em fevereiro de 2005.

Os assentados no Moreno receberam uma linha de crédito através da – Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), chamada Compra Antecipada, que garante mercado aos produtos do assentamento. A CONAB compra os produtos e os inclui no seu programa de abastecimento. Os assentados produzem para pagar o financiamento com seus próprios produtos.

Percebe-se que, nos dois assentamentos, parte da produção, ainda incipiente, está organizada de forma individual e coletiva; existem formas diversas de divisão do trabalho, de produtos colhidos e uma relação direta com os mercados locais. No último caso, deve ser ressaltada a capacidade do projeto de assentamento, de produzir diversas culturas – produção familiar - para o próprio sustento, assim como de abastecer o mercado local. É o caso do assentamento Grotão, onde os assentados levam sua pequena produção para ser vendida na feira do Município onde estão inseridos, dinamizando a economia local, conforme Figura 24.



**Figura 24 - Assentamento Grotão: Assentados Comercializando na Feira Local – Boa Vista do Tupim**

Foto: Ana Angélica, 2005.

Parte dos lotes destinados aos assentados ainda é considerada provisória ou emergencial, o que significa que a área disponível para cada família é ainda inferior àquela prevista no projeto traçado pelo INCRA, ou que ainda não dispõe de uma infra-estrutura social e produtiva minimamente adequada à instalação dos assentados. Nos dois assentamentos, as famílias chegaram a iniciar a ocupação, mas sem saber onde se localizariam os lotes definitivos, inibindo a realização de investimentos habitacionais e produtivos de maior durabilidade e/ou intransferíveis. Essas condições precárias já vêm perdurando faz dois anos, nos dois assentamentos, conforme afirma o líder do assentamento Moreno:

**Entrevistador:** O Sr. Percebe a desmotivação do pessoal na demora da divisão dos lotes, na construção das casas?

**Entrevistado:** Nós percebe sim, porque realmente já vai completar 04 anos que nós estamos debaixo da lona e sem as casas. Por que como já estamos né a 01 ano na área - na condição de assentados - já vamos começar a pagar as casas, muitas pessoas cobra do MST, mas a responsabilidade é da Caixa Econômica.

**Entrevistador:** Nós já visitamos o Grotão, e são características diferentes. Lá as casas já estão adiantadas e os lotes não estão cortados, porque eles estavam aguardando concluir a divisão dos lotes daqui do Assentamento Moreno. Enquanto que aqui no Moreno o trabalho de divisão dos lotes está praticamente concluído, contudo a construção das casas ainda não foi começada. O que se percebe é que não há padronização de procedimentos, existe a perspectiva para começar a construção das casas aqui no assentamento Moreno?

**Entrevistado:** Existe a perspectiva de começar a partir de março/2005, segundo o engenheiro responsável pela construção, Sr. José Antônio Portugal da ARCA.(informação verbal)<sup>37</sup>

É importante destacar, que diferente do Assentamento Grotão, no Assentamento Moreno os lotes já estão sendo divididos, e o processo está em fase final, segundo Jesus (2005), o que corresponde a cerca de 23 ha para cada assentado. As áreas próximas às margens do rio e às reservas da mata foram

---

<sup>37</sup> Entrevista concedida pelo líder do Assentamento Moreno em trabalho de campo realizado em fevereiro de 2005.

estabelecidas como lotes coletivos. No Assentamento Grotão, mesmo após um ano de assentado, o trabalho de divisão dos lotes ainda nem havia iniciado, isso vem reforçar a lentidão com que os assuntos referentes à reforma agrária são conduzidos pelos órgãos responsáveis. Quanto ao problema habitacional, as casas já estão sendo construídas, mas não em regime de mutirão, como foi proposto inicialmente pelos assentados. Esse assunto será discutido mais adiante.

No imaginário dos assentados, o ideal comum a todos os agricultores de “ser colono” – saber prover a sobrevivência, conhecimentos agrônômicos para a produção de alimentos, exercer maior autonomia e controle sobre as formas de organização e os resultados da produção, entre outros aspectos (LEITE, 1999 apud ZIMMERMAN, 1994) implica maior autonomia, enquanto o “ser coletivo” requer a subordinação.

No que diz respeito à chamada “questão da organização interna” dos assentamentos, no seu aspecto social e produtivo, no estágio atual, a situação é precária. Como são recentes, ainda se encontram carentes de infra-estrutura, nem todos os créditos de direito foram repassados aos assentados, a lentidão quanto à solução desses problemas ainda persiste, mesmo sabendo que o assunto assume importância no cenário atual que se tornou tema obrigatório, revelam-se então realidades surpreendentemente dinâmicas, movidas por complexos processos de integração, desintegração, acomodação e rearranjo dos grupos que, por sua vez, além de decorrerem das opções em termos de organização da produção e da relação de força entre os grupos, são influenciados pelo contexto e instituições locais e nacionais.



Outro fato marcante para o assentamento é a forte interferência do Estado no processo de reconstituição de comunidade de pequenos produtores familiares. Em decorrência de determinantes legais que regulam sua ação e de políticas macroeconômicas e sociais adotadas pelos governos, existe uma tentativa de direcionamento das ações que compõem o processo de assentamento, de modo a adequá-las aos objetivos de planejamento e de desenvolvimento considerados bons para os assentados e para a sociedade como um todo, por exemplo, no campo dos recursos naturais, do meio ambiente, do resultado econômico obtido e da auto-sustentação da atividade (LEITE, 1994) em estudo para a FAO.

#### 4.3 CONDIÇÕES MATERIAIS DE VIDA

A análise da renda dos assentados tem sido um aspecto bastante abordado, no que se refere à evolução dos assentamentos rurais, alvo de debates, por alguns para provar o sucesso, por outros para indicar a pouca eficácia dos assentamentos de reforma agrária. Nesse estudo, abordaremos algumas variáveis, tais como, qualificar as condições de vida dos assentados e sua possibilidade de acesso a serviços e bens, e buscar captar a forma como eles vivenciam a nova situação e as oportunidades que ela oferece.

Procuramos não tomar os aspectos da renda e das condições de vida em termos absolutos, mas sim relacionados com a situação imediatamente anterior ao ingresso no assentamento. Em estudo para a FAO, Abramovay (1998), afirma que:

Na medida em que os assentamentos situam-se numa sociedade capitalista, a renda dos assentados consiste em sua capacidade de obter o meio universal de identificação da riqueza, isto é, o dinheiro. Sob este ângulo, só se deveria considerar “renda” o resultado monetário obtido pelo trabalho do assentado. Afinal, devido a tantos ensinamentos, não é para o valor de uso, mas para o valor de troca

que se produz numa sociedade mercantil. (ABRAMOVAY, 1998, p. 139).

A instalação das famílias nos assentamentos representou, por um lado, um ponto de chegada à terra e, por outro, um ponto de partida para novas ações. As famílias foram instaladas numa área desprovida de infra-estrutura, e até hoje permanecem em condições precárias de habitação e carentes de outros serviços.

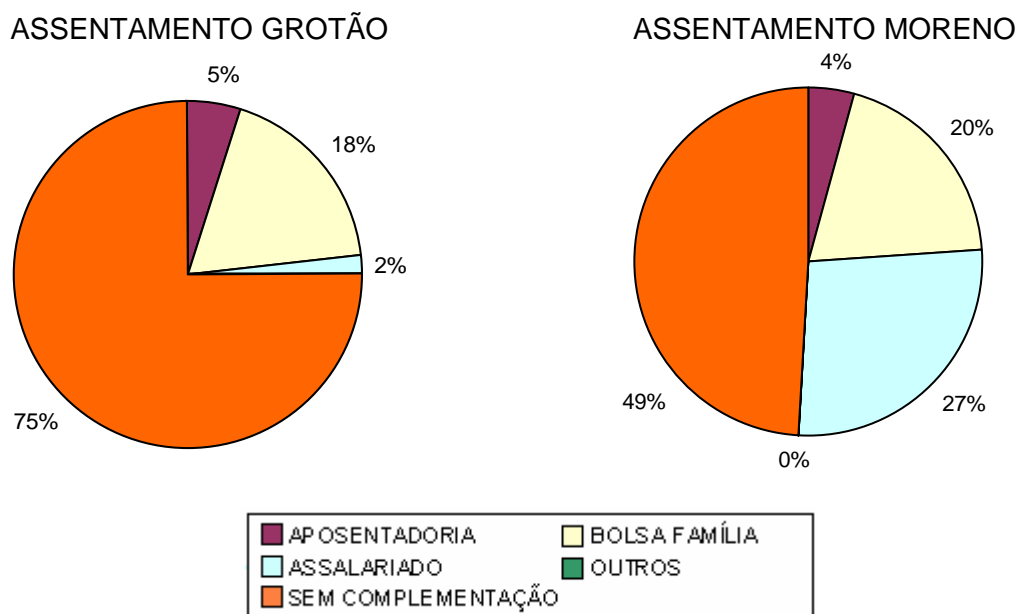
O acesso à terra permite às famílias dos assentados uma maior estabilidade e rearranjos nas estratégias de reprodução familiar que resultam, de modo geral, em uma melhoria dos rendimentos e das condições de vida, principalmente quando se considera a situação de pobreza e exclusão social que caracterizava muitas dessas famílias anteriormente ao seu ingresso nos projetos de assentamento. Assim, de acordo com os assentados dos dois assentamentos, ao serem interrogados quanto à situação imediatamente anterior ao assentamento, responderam que a situação melhorou. Mesmo com o atraso na liberação dos créditos, vivendo sob condições subumanas há cerca de dois longos anos, as famílias preferem estar no assentamento a levarem a vida que tinham antes. Coletamos vários depoimentos do tipo: “deixei de ser escravo”, “não pretendo abandonar o assentamento”, “aqui a gente planta o que quer, é nosso!”.

Esse reconhecimento majoritário de melhorias nas condições atuais de vida nos remete à noção de mudança social a partir do assentamento, dando fim a uma trajetória pelo acesso à terra. Podemos, então, tomá-lo como um ponto de partida para uma nova relação com a terra e com os meios de produção. Dessa forma, comparando com a situação imediatamente anterior, sem os meios de produção, diaristas em terras alheias, excluídos das benesses da evolução tecnológica e dos modelos de desenvolvimento adotados durante anos e que nunca

os tiveram como objetos ou objetivos, mesmo considerando os percalços da fase de luta, com constantes deslocamentos dos acampamentos, de mobilizações para as várias ações – incluindo os riscos, no caso de ocupações -, os assentamentos promoveram significativas melhorias, no que diz respeito a alimentação, nível de renda e acesso a bens de consumo. Contudo, serviços como educação, saúde e moradia continuam precários.

Assim, no decorrer da pesquisa, ganhos monetários que, em termos absolutos, seriam considerados insatisfatórios, podem, de alguma forma, estar associados a uma percepção de melhora nas condições de vida de determinada população.

Para a análise das condições de vida das famílias nos assentamentos pesquisados, consideramos três tipos de rendimento: do lote – advindo da comercialização da produção -, do trabalho realizado pelos membros da família fora do lote e, por fim, outras rendas e ajudas financeiras recebidas, tais como: aposentadoria, pensões, auxílios alimentação, etc.-. Atualmente, a maior parte dos recursos monetários são frutos da comercialização da produção familiar, 75% da renda do Assentamento Grotão é fruto do trabalho dos próprios assentados na terra, conforme Figura 25. A realidade para o assentamento Moreno é diferente, apenas 49% dos recursos hoje existentes no Assentamento são fruto do trabalho dos próprios assentados na terra, conforme Figura 25. O número de assentados assalariados, mesmo que de forma temporária ou esporádica, corresponde a 27% dos assentados do Moreno, evidenciando uma breve anomalia, uma vez que possuem terra e trabalham em terras de outrem, o que refletirá na qualidade de vida desses indivíduos.



**Figura 25 – Complementação da Renda**

Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005

A necessidade de financiamento das casas junto à Caixa Econômica Federal conferiu a essa instituição a necessidade de auferir a renda média dos assentados. Do ponto de vista do aspecto subjetivo da medida estatística utilizada para tal tarefa podemos considerar que muitos dos assentados possuem renda muito acima do valor encontrado pela instituição, bem como podemos admitir também que os assentados possuem renda muito inferior àquela impetrada nos contratos. A renda média estabelecida pela Caixa Econômica Federal foi de R\$ 207,00 (duzentos e sete reais). O único objetivo desse número é estabelecer o risco e garantir o recebimento das parcelas do contrato. A conformação de uma renda média não reflete a realidade daquelas pessoas, pois desconsidera a parte da renda produzida para autoconsumo.

O autoconsumo participou integralmente na determinação do conjunto da renda dos assentados, segundo Abramovay (1998), podem-se discutir as diferentes formas técnicas de integrar autoconsumo e renda monetária – custo monetário das

produções, preços locais, preços pelos quais o mesmo produto seria comprado etc -.

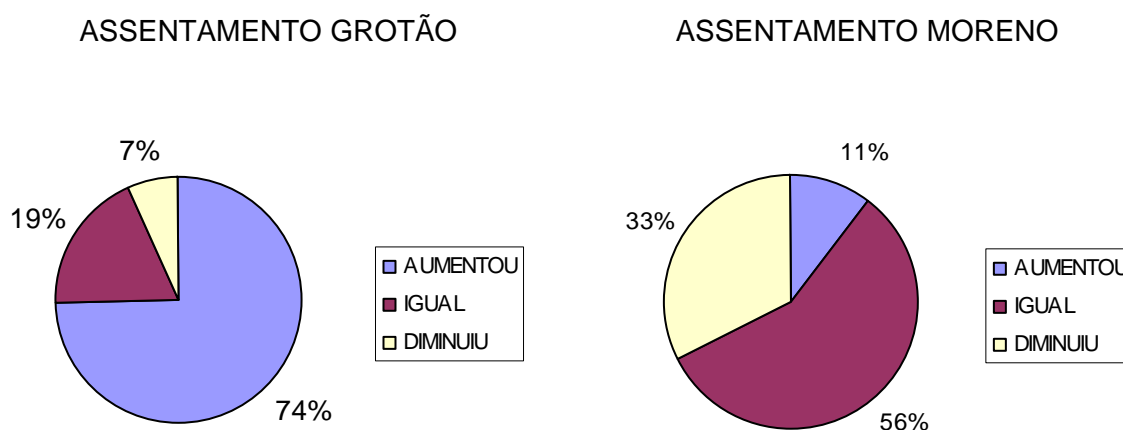
Mais adiante o autor afirma:

O importante, sob o ângulo metodológico, é que imputar valor monetário, sem dúvida, com certo grau de arbitrariedade ao autoconsumo, é a única maneira de se levar em conta a especificidade do objeto de análise, de não submetê-lo à pasteurização. Se é verdade que o objetivo básico – mas não único, é claro – da reforma agrária é exterminar a miséria rural, o autoconsumo deve ser estimado como um dos produtos dos assentamentos. Criticar a atribuição de valor monetário ao autoconsumo significa julgar que não existe diferença entre a miséria absoluta e a satisfação das necessidades alimentares sempre que esta venha de circuitos não mercantis. Isso pode eventualmente fornecer sensação de coerência ao economista, mas é evidentemente inócuo sob o ângulo da análise real das condições de vida. (ABRAMOVAY, 1998 p.138).

Como produção para autoconsumo, implantado no assentamento Grotão, destacam-se: abóbora, melancia, melão, abacaxi, batata doce, cenoura, milho e feijão. Não se observou, no assentamento Moreno, onde existe um alto índice de assalariados temporários, tanto significado com relação a essa produção, conforme demonstra a Figura 25. A ajuda de familiares não-assentados, como forma de complementação da renda, foi também constatada.

O autoconsumo ainda tem a função de regular a oferta dos produtos, fazendo do produtor o próprio consumidor de suas mercadorias. Assim, seus produtos assumem funções muito importantes, conferem-lhe sustento e propiciam uma renda monetária pelo trabalho que realiza. Como aponta (GARCIA JÚNIOR, 1994 apud BENEDITTI, 1998), o maior autoconsumo está geralmente associado a um nível de renda total mais elevado. Na medida em que uma maior parte das necessidades familiares são atendidas pela produção de alimentos no lote – isto é, pelo autoconsumo -, pode-se deduzir, então, que uma maior parcela da renda total – proveniente da produção agrícola no lote ou de assalariamento – poderá ser destinada para outras finalidades, tais como aquisição de bens de consumo

duráveis. As famílias permanecem nos barracos de massapé cobertos por palhas secas, o que inibe o consumo de bens, como, geladeiras, televisores, estofados, etc. O fato de não possuírem não significa não ter condições de adquirir, mas sim momentaneamente não dispõem de condições materiais para receberem tais equipamentos. Observamos, também, que ao redor de poucos abrigos, nos dois assentamentos existiam carros. Ainda assim, quando perguntamos sobre o poder de compra em relação à situação anterior, para os assentados do Grotão, 74% informaram ter melhorado, 19% igual e 7% diminuiu. Com relação aos assentados do Moreno, 56% informaram que não houve alteração em relação ao passado, 11% aumentou, 33% diminuiu, conforme Figura 26.



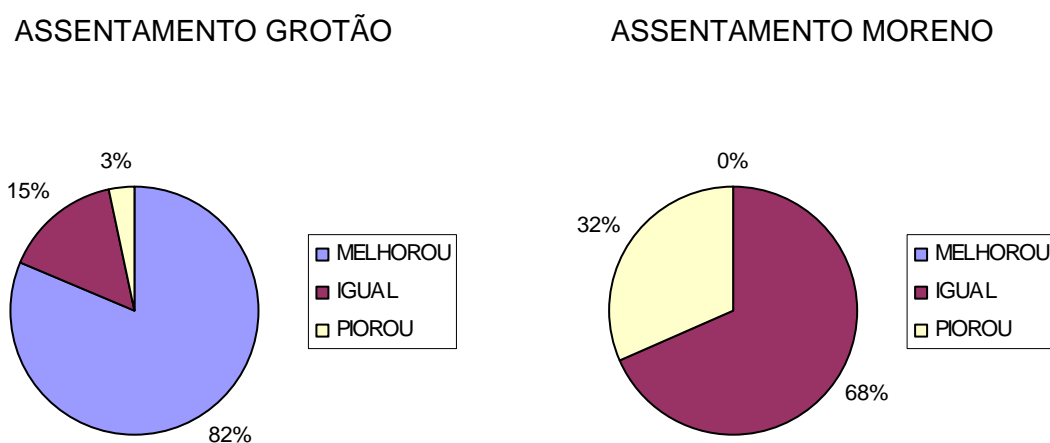
**Figura 26 – Poder de Compra**

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.

O trabalho de Norder (1997 apud BENEDETT, 1998) atribui um valor monetário para o autoconsumo, ocorre um aumento significativo na renda familiar, devido à importância da produção de alimentos no lote para a satisfação das necessidades alimentares do grupo, além, obviamente, das melhorias no padrão alimentar. Quanto à alimentação, comparada com a situação anterior ao assentamento, 82% dos assentados do Grotão informaram ter melhorado, 15%

informaram não ter sido alterada, e 3% disseram ter piorado. Para os assentados do Moreno, não houve melhora, 68% disseram que continua como antes e 32% informam ter piorado, conforme Figura 27.

A melhora das condições de alimentação nos assentamentos ratifica a função da reforma agrária e da produção familiar como fundamental para o processo inclusivo de indivíduos no modelo de reprodução capitalista. Incapaz de resolver as controvérsias que o caracterizam, o capitalismo sempre gerou discrepâncias de renda, causando desemprego e inchaço nos centros urbanos. Considerando a relação inversa entre capital e trabalho, a agricultura familiar se apresenta como uma possibilidade.



**Figura 27 – Condição de alimentação anterior ao assentamento**

Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005.

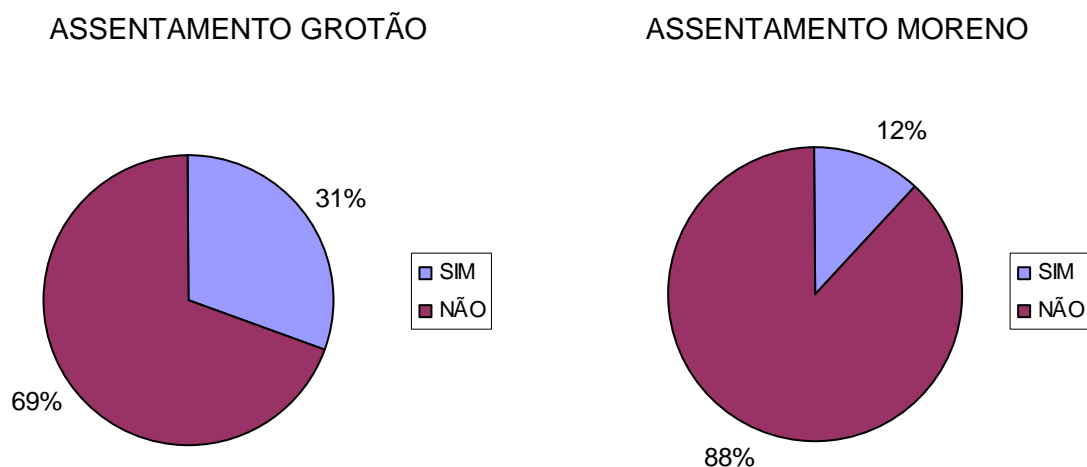
O exercício da renda ou o período em que a mesma é consumida é, geralmente, de um mês para os assalariados. Contudo, a noção de duração e exercício da renda para os assentamentos rurais está diretamente relacionada com a comercialização da produção familiar que, nos assentamentos estudados, ocorre semanalmente na feira do município. O saldo monetário da venda dos produtos dos assentamentos é utilizado para adquirir produtos não produzidos pelas famílias,

como, café, arroz, açúcar, sal, etc. A diferença entre o saldo da venda dos produtos e o consumo de produtos e serviços não produzidos nos assentamentos gera a poupança dos assentados. Assim, na sua definição mais simples, poupança é igual à renda menos consumo.

Essa poupança identificada nos assentamentos é também fruto da inacessibilidade de alguns produtos e serviços por parte dos assentados, que limita o consumo das famílias. Bens de consumo duráveis ou outras necessidades comuns aos grandes centros urbanos não se fazem presentes na realidade dessas pessoas. Essa parte da renda não consumida é guardada para um consumo futuro, para adquirir um produto não ofertado naquela região, por precaução ou até mesmo para investimento em sementes e implementos para produção.

Pelo que demonstra a Figura 28, a quantidade de indivíduos que poupam, não consomem toda renda monetária da produção semanal, é maior no assentamento Grotão, 31%, fato diretamente relacionado à produção, visto que este assentamento possui cerca de 75% de indivíduos que vivem exclusivamente do que produzem, enquanto no assentamento Moreno esse percentual é de apenas 49%. A renda menor do assentamento Moreno implica apenas 12% dos indivíduos não consumir toda sua renda monetária semanal.





**Figura 28 - Poupança**

Fonte: Pesquisa de campo, 2004/2005.

#### 4.4 INTEGRAÇÃO SOCIAL

Os assentamentos se constituem em espaços diferenciados de relação com o Estado; sob sua gestão, ficam sujeitos à sua ingerência. É essa relação diferenciada que faz existir o assentamento e, por conseqüência, os assentados, como segmento social de outros camponeses (LEITE, 2004).

Os assentamentos ora estudados são oriundos de conflitos em torno da propriedade da terra e envolvem, majoritariamente, populações rurais da própria região onde estão localizados. Após o processo de desapropriação e a criação oficial do projeto de assentamento, uma nova situação se coloca, em vista das experiências de vida das populações envolvidas, assim como dos elementos sociais, econômicos, culturais e políticos das regiões em que se desenvolve o assentamento. Na condição de assentados, setores da sociedade civil que ficaram à margem do processo passam a interagir com as novas exigências e normas de funcionamento colocadas pelo Estado, emergindo dessa interação – que pode contar com maior ou menor participação na sua definição, da qual podem participar os movimentos sociais – a nova realidade social dos assentamentos, que envolve a divisão dos

lotes e distribuição da população no interior dos assentamentos, as possibilidades de locomoção, o trabalho no lote, as relações no interior dos projetos e o uso dos espaços coletivos existentes. Surgem daí cobranças e tensões recíprocas que fazem com que, de alguma forma, a mobilização que existia anteriormente precise se manter.

A implantação dos projetos de assentamento em estudo despertou reações na sociedade local, que podem ser caracterizadas como reações de simpatia por parte de alguns segmentos, e de rejeição, por parte de outros, como afirma Silva (2004) (informação verbal):

**Entrevistador:** Quem estava envolvido nesse processo? Quais eram os órgãos do Estado ou da sociedade que estavam presentes no ato de emissão de posse?

**Entrevistado:** A IGREJA, MST, INCRA e algumas pessoas da cidade que apoiavam o movimento e a própria prefeitura.

**Entrevistador:** Na cidade, as informações chegam através da imprensa e durante muito tempo nós ouvimos dizer que havia pessoas que se aproximavam do movimento, mas que não pertenciam ao movimento, e isso nós não percebemos aqui, todas as pessoas que entrevistamos eram da região e já labutavam na terra, então as informações que chegam para nós é que essas pessoas se aproximam do movimento e não vão produzir. O Sr. tinha conhecimento desse tipo de informação?

**Entrevistado:** De certas formas a gente tem conhecimento sim.

**Entrevistador:** Vocês receberam apoio de muita gente e repúdio de outras pessoas. O Sr. acha que nesse processo tem gente que não apoiava e que hoje apóia, e, ao contrário, tem gente que apoiava e hoje não apóia?

**Entrevistado:** Por exemplo, hoje nós tem pessoas aqui no assentamento que na época no processo falava, chegou a chamar nós até de vagabundo, a gente tem resposta e vai acolher essas pessoas que é um trabalhador desinformado, e fica acreditando no poder e a gente vai dar resposta botando essas pessoas nas áreas, hoje essas pessoas ta aí tem resposta e produz. Na crasse do trabalhador, eu na minha determinação, dizia, nós não poderemos apoiar aqui um político, agora o trabalhador desde que ele chegue aqui nos pode mudar a qualidade de vida dele, e isso tem acontecido aqui fazendo uma colocação do que tem acontecido, que tem pessoas também que nunca acha que ta bom as vezes ele tá aí: colhendo, vendendo e ele ta ali dizendo que é ruim, e as vezes chega a dizer que isso aqui não ta bom pra mim [...], e a gente tem

que ver que nunca a gente vai tá feliz geral, mas, tem 30 ou 50% que cuida e isso é importante [...], em primeiro lugar antes eu não tinha onde trabalhar, a maioria dessas pessoas que tá hoje nessa fazenda não tinha onde trabalhar, e hoje nós tem onde trabalhar, criar, mesmo assim sem a determinação dos lotes – divisão- . (informação verbal).

A partir da criação dos assentamentos, a vida dos assentados assume uma nova dinâmica, surgem novos espaços e redes de sociabilidade, refazem-se e reconstróem-se os antigos, e estabelece-se uma nova dinâmica na relação “para fora” do assentamento, na interação com as cidades e com o poder público municipal, e uma nova inserção na dinâmica política local. Mas, ao mesmo tempo em que estão colocadas diversas “novidades”, impõe-se também, com grande força no cotidiano dos assentados, uma dinâmica social e cultural muito próxima ao padrão vigente na região, e o dia-a-dia da maioria dessa população vai ser marcado predominantemente pelas estratégias de reprodução da unidade familiar – que envolve o trabalho dentro e fora do lote -, pelos vínculos de parentesco e vizinhança, pela relação com a cidade, com a religião, com os espaços de lazer. Segundo dados da pesquisa, nos dois assentamentos, a relação com as propriedades vizinhas é saudável e harmoniosa. No assentamento Grotão, por exemplo, os assentados utilizam a casa de farinha de uma propriedade vizinha, pagando um quarto da farinha torrada pelo uso da casa, ver Figura 29. O poder público municipal que, inclusive, vem apoiando o movimento desde a fase do acampamento, relaciona-se bem no assentamento Grotão. Foi comum ouvir, no depoimento de muitos, quando indagados sobre o relacionamento com o poder local: “ai de nós se não fosse o prefeito”. No espaço do Moreno, o relacionamento não é bom, para o poder público local de Nova Redenção, o assentamento é indiferente. A participação dos “assentados”, principalmente do Grotão que comercializa a pequena produção na feira livre de Boa Vista do Tupim, representa importante momento na relação com a

sociedade local. A feira é o elo de subordinação entre a produção familiar dos assentamentos e o capitalismo.



**Figura 29 - Assentamento Grotão: Casa de Farinha**

Foto: Ana Angélica, 2005.

Com a criação dos assentamentos, um novo contexto e uma nova dinâmica se colocam, diante do surgimento de novas formas organizativas, que podem manter, ainda, íntimas relações com o processo anterior de luta pela terra. Novas demandas se abrem, que agora se voltam para as negociações com os agentes de governo sobre a organização interna e para a obtenção de crédito e infra-estrutura. As lideranças que participam do processo de conquista da terra podem ou não se consolidar no novo contexto, e as formas organizativas tendem a se reestruturar. Algumas lideranças se mantêm, novas surgem, entre outras mudanças, há processos de desfiliação sindical, o que não foi registrado nos dois assentamentos em foco. Houve mudança de liderança nesses assentamentos.

Se no processo de luta pela terra era quase obrigatória a presença de algum tipo de representação dos trabalhadores, no novo contexto dos assentamentos nem sempre essa presença se mantém, e sua força também é variável. Nos assentamentos de Grotão e Moreno, o MST e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais continuam presentes, todos os assentados são sindicalizados e associados as suas respectivas bases. As associações são a forma predominante, pelo simples fato que são uma espécie de exigência do Estado, constituem a personalidade jurídica do assentamento, e a presença delas é quase que obrigatória para o repasse de créditos. Todas essas organizações têm importância para a vida dessas comunidades e contribuem, sob diferentes aspectos, para a integração desses grupos, ao mesmo tempo, que conferem aos assentados sua identidade social.

#### 4.5 ACESSO AOS CRÉDITOS DE INSTALAÇÃO E CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

A fase inicial de assentamento, especialmente nos casos em que a população não vivia na área, é bastante difícil, pois tudo no lote está por fazer, inclusive o local de moradia. A dimensão dessas dificuldades se torna ainda mais clara se levamos em conta o perfil social da população assentada que, além da precária inserção anterior no mercado de trabalho, em geral sofre um desgaste econômico no processo de luta pela terra.

Os primeiros rendimentos a serem retirados dos lotes – monetários e em alimentos – só virão a partir da primeira colheita. Antes, porém, em todo o período da primeira safra – limpeza da área, preparo do solo, plantio, tratamentos culturais e colheita -, o lote demanda grandes investimentos em material e trabalho por parte da

família assentada. Pensando assim, para dotar as famílias de um mínimo de condições iniciais para sua inserção social, econômica e produtiva, tem grande importância o acesso aos créditos de instalação ou implantação administrados pelo INCRA mediante três modalidades: fomento, alimentação e habitação, que deveriam atender as famílias no momento da chegada ao assentamento.

No que se refere à adoção dessas políticas, os dois assentamentos receberam o crédito alimentação, também conhecido como crédito apoio<sup>38</sup>. É importante destacar que, no assentamento Moreno, o crédito foi utilizado na compra de um trator, sistemas de irrigação, cestas básicas e ferramentas para a lida na terra. No Grotão, foi utilizado para atender as necessidades iniciais de produção e sobrevivência do assentamento, foram adquiridos um caminhão usado, facões, enxadas, enxadetas, carros-de-mão, sementes, cestas básicas, vacas leiteiras, para garantir o suprimento de leite e derivados para o assentamento.

Dado o caráter emergencial desses créditos e importância no início dos projetos, é necessário que levemos em conta também o tempo que esses recursos levaram para chegar aos assentados, visto que a ausência desses elementos pode comprometer significativamente a capacidade posterior das famílias no desenvolvimento de suas atividades.

Nesse sentido, o trabalho agrícola exerce dupla função: de produção agrícola em si, com o objetivo de manter a subsistência da família, e de estratégia de definição e consolidação da área de posse.

Os assentamentos de Boa Vista do Tupim e Nova Redenção fazem parte de uma nova modalidade de financiamento habitacional da Caixa Econômica

---

<sup>38</sup> Recurso recebido no momento da implantação do assentamento, com o objetivo de subsistir os assentados.

Federal em convênio com o INCRA, o Programa Social de Habitação (PSH Rural). Os projetos de localização das casas para os assentamentos em estudo estão demonstrados nos ANEXOS C e D.

A questão da moradia é fator fundamental para o assentamento enquanto infra-estrutura, uma vez que, nos moldes atuais, a questão técnica e orientação econômica já estão, em parte, sendo supridas pelo INCRA, conforme relato (SILVA, 2004):

Está bem estudado isso aqui pra poder [...] depois [...] só vai fazer esse trabalho aqui depois da conscientização das 61 famílias, tá bem esclarecido, tem que tá trabalhando essa questão, o que é que dá – na terra -, agora mesmo eles vieram aqui levaram análise – amostra - da terra, cavou buraco com 2m de fundura, levou as qualidades as natureza da terra para fazer um estudo lá em Salvador e depois vem dizer para nós, o que é que dar e tem que tá empenhado as 61 famílias para quando precisar sentar, sentar junto [...]. (informação verbal).

E mais, a moradia e o trabalho da família legitimam a presença do ocupante na posse e, inclusive, na área de litígio, conferindo ao produtor o que já lhe está atribuído por lei, a legitimidade de posse.

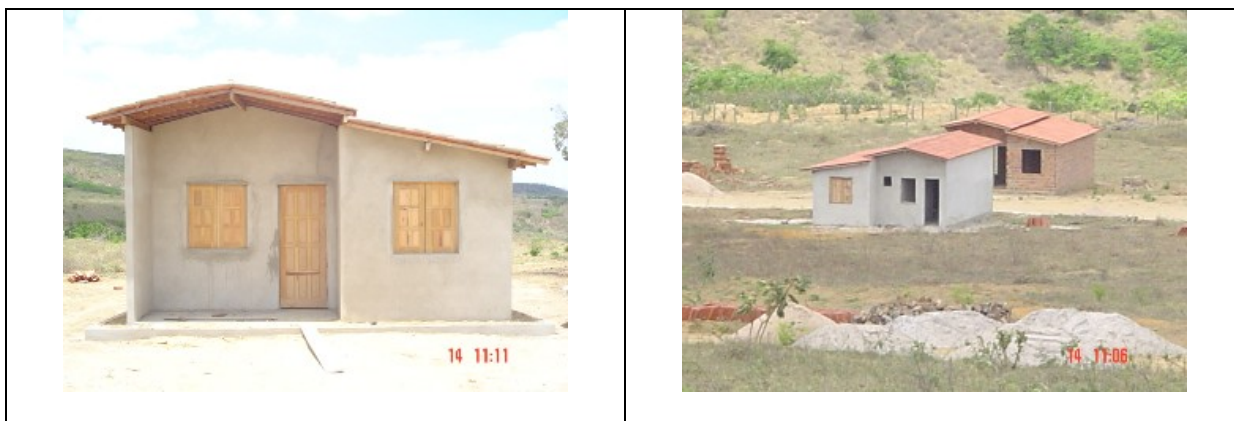
O atraso na liberação dos créditos, especialmente, no que se refere à modalidade habitação, torna a vida dos assentados mais difícil na fase inicial, e compromete em muito as condições de instalação dessas famílias, é o caso dos dois assentamentos importante que se declare que somente depois de dois anos de implantação tiveram seu crédito regularizado. As casas estão sendo construídas nos dois assentamentos, todos os assentados do Grotão e Moreno foram contemplados. As casas dos assentados estão localizadas numa vila dentro do assentamento e as condições de moradia são razoáveis, possuem 05 cômodos, incluindo banheiro, com um custo estimado de sete mil quatrocentos e quarenta e oito reais e cinqüenta e

dois centavos. Serão financiadas num período de vinte anos, e o pagamento será realizado, anualmente, junto à Caixa Econômica Federal.

No assentamento, procura-se reconstituir uma comunidade de pequenos produtores familiares que, em condições normais, leva dezenas de anos para adquirir suas características mais identificadoras, tais como: conhecimento, confiança e solidariedade entre vizinhos; convivência e conhecimento da terra e dos demais recursos naturais locais; experimentação de cultivos e técnicas adequadas às condições dadas pelos meios natural e socioeconômico; obtenção de obras e serviços públicos necessários a uma existência minimamente confortável.

A proposta de organização da comunidade considera vários aspectos, pois a consciência social depende desse ambiente. Quanto à moradia, o MST sugere duas formas básicas de organização, a saber, as agrovilas, que dizem respeito às famílias que organizam seu trabalho de forma coletiva, e os núcleos familiares, para as que trabalham de forma individual, procurando organizá-las para que suas casas se situem o mais próximo uma das outras propiciando um maior contato entre elas, que é o caso do projeto para construção das casas implantado em ambos os assentamentos, conforme Figura 30. E não basta às famílias estarem próximas, é preciso garantir espaços de convívio social, para que se desenvolvam atividades que permitam uma maior aproximação entre elas, como área comunitária ou centro recreativo, enfim, um local onde as pessoas possam se reunir para tomar decisões, comemorar e se divertir. É proposto que, nos núcleos familiares e nas agrovilas, tenha parque infantil, farmácia local, serviço de som ou rádio comunitária, além da infraestrutura básica, como, água, luz, posto de saúde, posto telefônico e boas estradas.





**Figura 30 - Assentamento Grotão: Condições de Habitação**

Foto: Maria Evanei Oliveira Rios, 2004/2005.

#### 4.6 CONDIÇÕES DE EDUCAÇÃO

Ao pensarmos em assentamentos, torna-se necessário analisarmos as estratégias políticas delineadas pelo MST, que possui um projeto (CONCRAB, 1999 apud COSTA, 2001) sobre como deve ser a organização no assentamento para lograr os intentos de transformação da sociedade. E esse projeto se constrói num processo dinâmico de um eterno “aprender fazendo”, pois no movimento se educa em movimento (CALDART, 1997 apud COSTA, 2001). Para o presente trabalho, conhecer o projeto do MST para os assentamentos é fundamental, pois não poderíamos deixar de citá-lo, uma vez que os assentamentos são resultantes desse movimento.

No que se refere a escolas no assentamento, recomenda-se garantir, pelo menos, o ensino fundamental, com biblioteca, a educação de jovens e adultos, o supletivo do ensino fundamental, as cirandas infantis – creche -, além de se discutir e rever os nomes das escolas, como parte da identidade do MST. Tudo isso tomando como referência os princípios do movimento, que reconhece que a pedagogia formadora dos sujeitos sociais não cabe numa escola, pois se relaciona

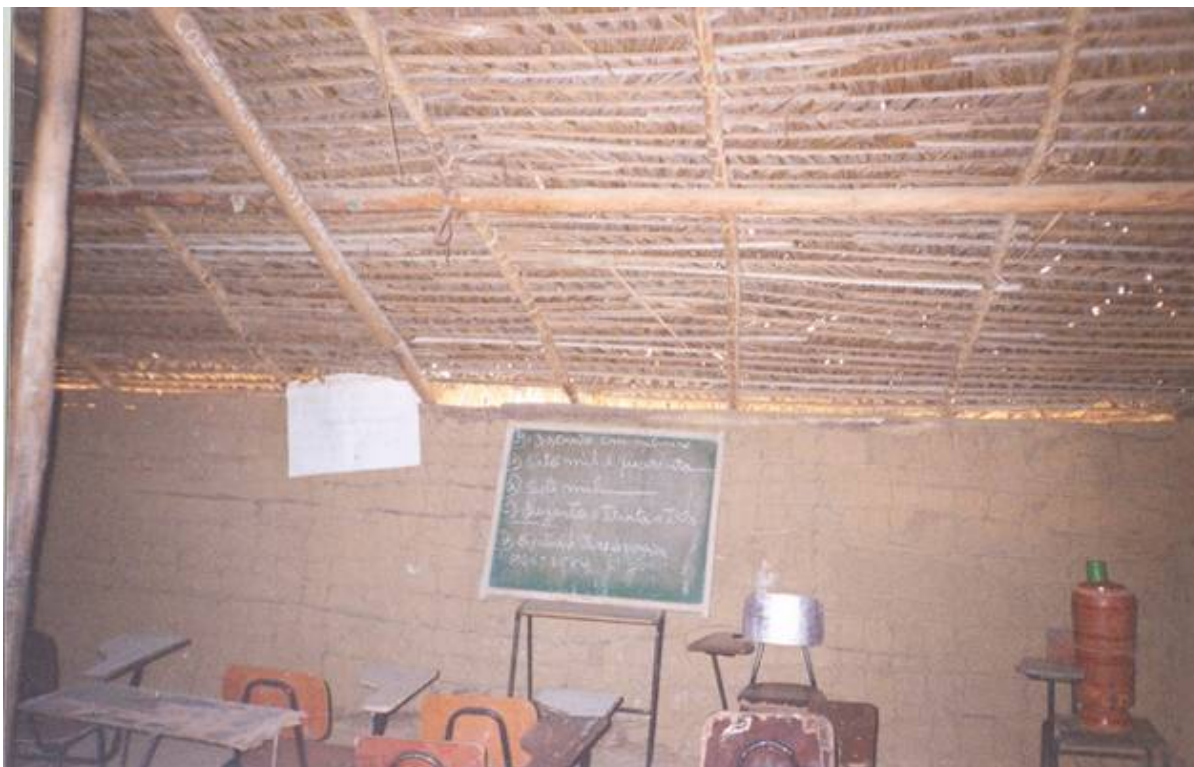
com o movimento da vida, ou seja, “cada Sem Terra aprende a ser Sem Terra do seu jeito” (CONCRAB, 1999 apud COSTA, 2001, p.7).

Existe um projeto de alfabetização de adultos chamado Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária (PRONERA) -. Em cada um dos assentamentos, existe uma escola, em condições precárias, conforme Figura 31, com ensino até a 4ª série do ensino fundamental. As turmas funcionam num mesmo espaço, ou seja, são multisseriadas, o que, certamente, compromete a qualidade do ensino. De uma forma geral, elas parecem seguir o padrão das escolas rurais no município, mas, em algumas situações específicas – especialmente onde a presença do MST é mais forte -, os assentados buscam caminhos para melhorar a qualidade da educação, chegando a influir no rumo tomado pelas escolas<sup>39</sup>, conforme depoimento de Costa (2005).

A pesar das aulas funcionarem em condições estruturais não propícias ao aprendizado da leitura e escrita, estamos montando as turmas de alfabetização com o objetivo de sanar o problema e criar a consciência da necessidade de escolarização de todos e todas. Garantimos também a escola para as crianças para evitar que o ciclo do analfabetismo se reproduza. (COSTA, 2005). (informação verbal).

---

<sup>39</sup> Um exemplo marcante é o caso do PA Tracutinga, no município de Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina. Nesse município, a qualidade do ensino oferecido no PA foi mencionada pelos dirigentes municipais, que percebem uma visível diferença entre as crianças formadas no assentamento e as demais. O assentamento conta com uma escola que atende até a 4ª série, com duas professoras pagas pela prefeitura, uma delas oriunda do próprio assentamento. O método utilizado, baseado em Paulo Freire – trabalho com “fato gerador” -, está sendo difundido nas demais escolas do município.



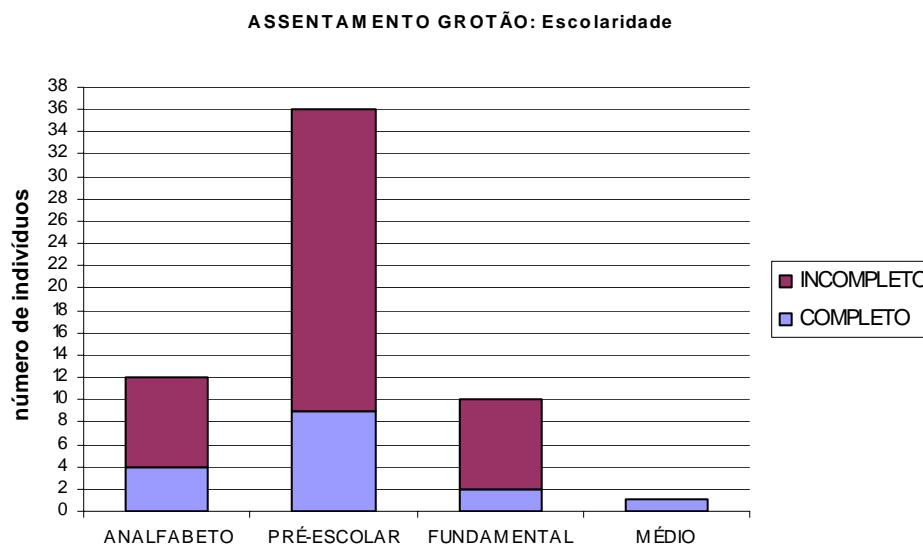
**Figura 31 - Assentamento Grotão: Escola**

Foto: Maria Evanei Oliveira Rios, 2004.

Inexistem, dentro dos assentamentos, escolas de ensino médio e escolas técnicas, obrigando os jovens ou a parar de estudar ou ter que procurar as cidades mais próximas, o que nem sempre é fácil, dada a dificuldade de transporte. A continuidade dos estudos está relacionada também com a oferta de ensino no interior do assentamento. Como indicam as Figuras 32 e 33, a escolaridade é baixa nos dois assentamentos. As prefeituras são as mantenedoras, nos dois assentamentos, das escolas para o ensino fundamental.

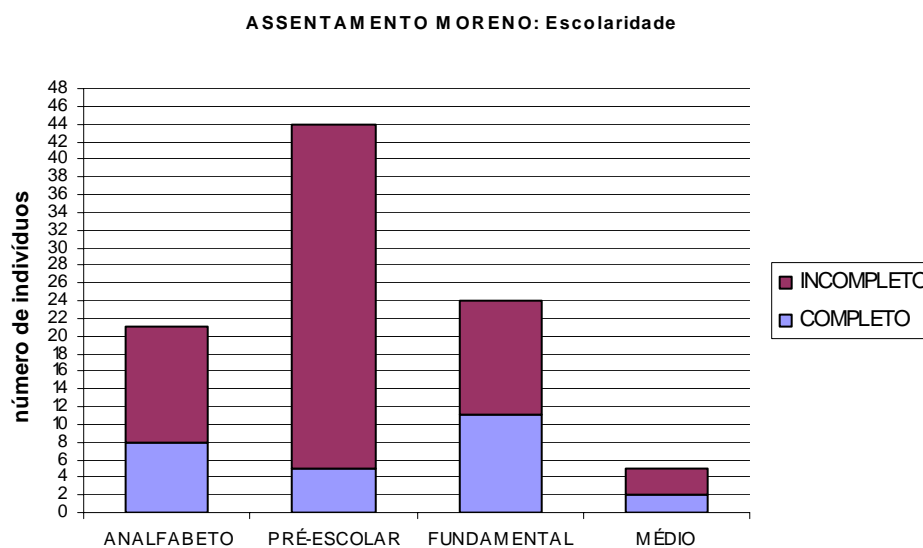
O baixo índice de escolarização dos assentados jovens e adultos – que reflete os índices gerais da população rural - tem sido uma preocupação constante por parte dos movimentos de trabalhadores; está presente aí a reivindicação de escolas e de cursos de alfabetização de adultos no interior dos assentamentos (LEITE, 2004). Nos dois assentamentos, foi constatado o ensino para adultos, mesmo assim, a escolaridade da população adulta responsável pelo lote é muita

baixa, e o número de analfabetos continua alarmante, principalmente no Grotão, conforme Figura 32. No assentamento Moreno, a escolaridade é melhor, quando relacionado ao Grotão, conforme Figura 33.



**Figura 32 - Escolaridade: Assentamento Grotão**

Fonte: Pesquisa de campo, 2004.



**Figura 33 - Escolaridade: Assentamento Moreno**

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Uma das preocupações das famílias assentadas diz respeito à existência de escolas para seus filhos. Diversos relatos colhidos nos dois assentamentos indicam que a implementação de uma unidade escolar para as crianças é uma das primeiras reivindicações dos trabalhadores, boa parte delas estudam fora dos assentamentos, até porque na comunidade somente existe o ensino fundamental.

#### 4.7 CONDIÇÕES DE SAÚDE

Se a presença de escolas é uma constante, o mesmo não ocorre com os serviços de saúde. A pesquisa constatou que, no interior do assentamento Grotão, não existe posto de saúde, existe um agente de saúde – pago pela prefeitura, e a visita do médico ao assentamento ocorre uma vez por mês. Os médicos que atendem são, via de regra, clínicos gerais. No assentamento Moreno, também não existe posto médico, apenas agente de saúde, e não foi confirmada a visita de médico ao local. O atendimento é feito na sede do Município.

Dada a precariedade dos sistemas de saúde, os assentados procuram estes serviços na sede do município, ou em municípios vizinhos, como é o caso do assentamento Moreno. Isso equivale dizer que a criação dos assentamentos, em especial quando envolve deslocamento de população de outros municípios/regiões, implica forte pressão sobre os serviços de saúde regionais, sabidamente deficientes, no que se refere a atendimento, e tende a desencadear novas reivindicações ou a reforçar as já existentes.

Em ambos os assentamentos – Grotão e Moreno - está sendo realizado um trabalho com uma assistente social, contratada pela Associação Regional de

Cooperação Agrícola (ARCA)<sup>40</sup>, - na condição do Gestor do Programa<sup>41</sup> - no qual está incluído o acompanhamento sobre as condições de higiene e educação no interior dos assentamentos.

#### 4.8 RELAÇÕES COM O PODER LOCAL E A CIDADE

O acesso à terra possibilita aos assentados construir e ocuparem novos espaços sociais fora dos assentamentos, com reflexos sobre os centros urbanos dos municípios onde se localizam. É nesses espaços que se exprime a nova identidade desses trabalhadores como grupo social.

Os assentados do Grotão e Moreno vão freqüentemente às cidades, principalmente, aquelas pertencentes às sedes dos municípios em que se encontram sediados, as principais motivações dessas idas são as compras da casa e a venda da pequena produção que, de alguma forma, contribui com a dinamização da economia local. Há também que considerar que nem sempre a venda da produção supõe o deslocamento dos assentados até os centros urbanos, de acordo com os depoimentos, em alguns casos no assentamento Grotão, os atravessadores deslocam-se até o local à procura da produção dos assentados. Neste caso, quem define o preço dos produtos são os próprios compradores, ficando sempre abaixo do preço mínimo pago pelo mercado e do esperado pelos produtores. Nas transações comerciais, as relações entre assentados e atravessadores são marcadas por traços singulares que escapam às relações econômicas propriamente ditas. O fato se deve,

---

<sup>40</sup> Associação Regional de Cooperação Agrícola (ARCA). Assessora as cooperativas locais, quanto ao recebimento de créditos e prestação de contas de recursos.

<sup>41</sup> Gestor do Programa PSH – Ministério das Cidades -, órgão responsável pelo crédito de habitação nos assentamentos Grotão e Moreno em convênio com o INCRA, e parceria com a Caixa Econômica Federal, instituição financeira, responsável pelo repasse do crédito.

sobretudo, à falta de cooperativa que venha valorizar a produção e a comercialização.

A busca de serviços de saúde, e a ida ao sindicato constituem motivos para o deslocamento dos assentados até os centros urbanos. A necessidade de deslocamento para tratar da saúde revela a escassez de serviços nos assentamentos de que ora tratamos.

A criação dos assentamentos tem colocado instigantes desafios para a esfera local do poder público, na medida em que a ela cada vez mais dirigem reivindicações ligadas principalmente à infra-estrutura básica, relacionadas à construção ou melhorias de estradas, saúde, moradia e educação, condições para escoamento da produção, etc. Por outro lado, no plano local, muitas vezes os assentamentos foram, num primeiro momento e em diversas situações, estigmatizados não só pela opinião pública, comentado por Silva (2004) anteriormente, mas também pelas prefeituras. Preocupadas em face das novas demandas e com a entrada, no município, de levas de trabalhadores de outras regiões - que não foi o caso dos assentamentos em estudo, onde praticamente todos os assentados são da região - assistiam a uma nova prática de pressão – as ocupações de terra – que, nem sempre, eram encaradas com simpatia. Sob esse ângulo, buscar viabilizar-se economicamente era, para os assentados, além de uma condição de sobrevivência física familiar, também uma condição de afirmação política e social, de legitimação frente à população e autoridades públicas locais, conforme afirma Silva (2004):

Vou falar um pouco pra vocês, a maior coisa que deixa a gente surpreso é o amor e a alegria dessa parceria que foi criada com a luta que eu sempre dizia a companheirada, aqui, nós ainda vai ser feliz com essa luta, resgatemos pessoas que achou que [...] isso vai ter um preço, nós vai ter retorno, então a minha maior alegria, nos

momentos difíceis que agente passou, e hoje, a importância que tem o assentamento através hoje, pode dizer que recebemos a imprensa mesmo no assentamento. A realidade com a convivência, acho, que é uma troca de parceria que a gente nunca sabe tudo, cada momento que a gente se reúne, a gente tá aprendendo e trocando experiência, e eu acho que é uma importância muito grande esse aproveitamento e antes era de um só, e hoje a gente se sente importante, porque o fazendeiro antes nunca trouxe imprensa e gente importante, de certas formas só trazia amigo e nunca teve esse poder de trazer pessoas pra tá entrevistando a própria vida dele, e hoje é uma honra como nos trabalhadores acontecendo isso, e vai acontecer sempre, cada dia que vai crescer o desenvolvimento do assentamento, vai crescer essa habilidade. (informação verbal).

Essa nova categoria que surge vai conquistando um reconhecimento social frente a diversos setores da população urbana. A própria desapropriação das áreas feita pelo INCRA traz uma mudança, na medida em que significa um reconhecimento oficial do direito à terra e uma legitimação da luta e das reivindicações colocadas pelos trabalhadores. Posteriormente, a criação dos projetos de assentamentos, na medida em que esses recebem os créditos de instalação, assim como os recursos federais destinados às obras de infra-estrutura, traz, de alguma forma, um impacto significativo na economia local. E o reconhecimento por parte da população parece crescer ainda mais quando os efeitos dos assentamentos no emprego e na produção começam a aparecer, como os impactos na feira. Assim, os assentamentos parecem ir progressivamente ganhando apoio de diferentes setores da população, tais como comerciantes e consumidores, chegando ao reconhecimento também pelas autoridades locais, apesar de ainda enfrentar muito preconceito.

#### 4.9 INSERÇÃO NA ECONOMIA LOCAL E REGIONAL

A lógica econômica que fundamenta as estratégias de reprodução familiar não passa exclusivamente pela ótica produtiva. As famílias assentadas lançam mão de uma série de recursos que envolvem atividades produtivas e serviços, dentro e



fora do lote, resultando em mecanismos de reprodução familiar, nem sempre presos, mas subordinados à dimensão capitalista, que pesam substancialmente sobre as estratégias adotadas. Nesse sentido, as especificidades de uma agricultura familiar tão presente nos assentamentos rurais devem ser ressaltadas, permitindo que exploremos as bases sociais, econômicas e políticas das quais essas famílias se valem para alcançar determinados objetivos, processo que ultimamente tem sido caracterizado, em parte, pelo termo pluriatividade (MALUF; BILBÃO, 1988). Sendo assim, a dimensão produtiva agropecuária é importante e, como veremos, acaba contribuindo decisivamente para a inserção dos assentados como produtores no universo regional/local.

A produção agrícola é bastante diversificada nos assentamentos, principalmente no Grotão. E alguns produtos são também beneficiados pelos assentados, como é o caso da farinha de mandioca no assentamento Grotão. No seu conjunto, todos esses produtos vão estar colaborando, seja para a obtenção de renda – através da comercialização -, seja para a alimentação da família. Fica patente uma diferenciação, por parte dos assentados, entre os produtos que cultivam, aqueles que são vendidos e os que são considerados importantes, assim, percebemos que “milho-mandioca-feijão-mamona” são, nitidamente, os produtos de cultivo mais generalizado e considerados importantes por um maior número de assentados. Depreende-se que essa escolha tem uma importância estratégica, pois esses são produtos com duplo destino, ou seja, comércio e autoconsumo, com exceção da mamona, que é apenas comercial. Na mesma direção, porém com menor importância, seguem a batata doce, a cenoura, a melancia, o abacaxi, a banana e as hortaliças.

Não existe, necessariamente, uma coincidência entre os produtos mais cultivados, os mais vendidos e os considerados mais importantes pelos assentados, bem como entre esses e os produtos com maior valor bruto da produção, como é o caso da mandioca e da mamona no assentamento Grotão.

Um aspecto relevante para se pensar os impactos sobre a população assentada é justamente o fato de os produtos mais produzidos nos assentamentos serem importantes na alimentação das famílias, que passam a ter uma alimentação mais rica e constante, especialmente se tomarmos como parâmetro a situação de vida anterior desses indivíduos. No caso específico da mandioca, há um elemento adicional, qual seja, permitir ao agricultor “planejar” estrategicamente – é curioso como se calcula a reprodução socioeconômica desse segmento da agricultura familiar -, o momento da venda do produto – e ainda utilizar parte da produção para o consumo animal, da mesma forma que o milho -. Não se pode deixar de referir à importância da mandioca para os assentamentos em cujo cultivo praticamente todos os integrantes do Grotão e do Moreno se empenham. Inclusive, para o assentamento Moreno, foi destinada uma linha de crédito para o plantio do produto.

A criação animal tem pouca expressividade, com um número ínfimo de pequenos animais – aves e suínos – e apenas um pequeno rebanho bovino existente para suprir o consumo de derivados do leite pela coletividade, fato observado nos dois assentamentos. O perfil dos dois assentamentos é basicamente agrícola.

A comercialização vem corroborar as indicações de que a implantação dos assentamentos leva a uma diversificação produtiva e à oferta de uma gama mais ampla de produtos agropecuários nos mercados locais, sobretudo se

considerarmos aquelas regiões em que predominavam paisagens com apenas um tipo de cultura. Mesmo que muitos produtos sejam vendidos em pequenas quantidades e por uma pequena parcela dos assentados, parece haver uma repercussão no mercado local dos municípios onde os assentamentos estão instalados, ampliando-se então a oferta de produtos agrícolas.

#### 4.10 ASPIRAÇÕES E DESEJOS DA COMUNIDADE

Os assentamentos Grotão e Moreno são formados por elementos diversificados, responsáveis por uma evolução socioeconômica heterogênea, culminando em realidades que diferem a partir da análise do nível de aspiração dos responsáveis pelos lotes nos assentamentos.

No decorrer da pesquisa, constataram-se reclamações generalizadas acerca da falta de infra-estrutura, a lentidão na adoção de políticas públicas, por parte do governo federal, dado que os assentamentos estão vinculados a essa esfera, porquanto se trata de projeto de assentamento por desapropriação por interesse social. A questão da moradia e a divisão dos lotes foram as principais queixas por parte dos assentados.

Definidos; os problemas, apresentados, as soluções foram sugeridas pelos próprios assentados. Há necessidade de uma ação governamental mais atuante e eficaz, capaz de promover melhorias nos assentamentos, assim como de propiciar aos pequenos produtores a aquisição de recursos que tornem possível o aprimoramento de suas atividades econômicas.

Os assentados do Grotão e Moreno, mesmo com as limitações que as distinguem, e vivenciando uma série de problemas, não deixam de ter suas

aspirações. Ao serem questionados sob esse aspecto, os responsáveis pelos lotes, expressaram fortes dúvidas, principalmente em relação ao sistema econômico. A melhoria para a unidade de produção que lhes pertence constitui a condição básica para a família assentada permanecer no lugar. Nos diversos depoimentos, tais como: desejo de crescer economicamente, de forma a conseguir tudo o que necessita, inclusive instalar água no lote, no caso do assentamento Grotão, esperam permanecer no assentamento com saúde e terra para trabalhar, para atingir os padrões necessários à sobrevivência, almejar um futuro melhor para os seus filhos, com estudo que lhes proporcionem atingir uma profissão.

Pensar em assentamentos é visualizar o trabalho das famílias que os integram, que vivem em busca de melhorias para todos. Daí, não desejarem, em uma primeira instância, desfazer-se de algo que lhes assegure a permanência na terra, conseqüentemente sua sobrevivência. O desejo dos assentados é capitalizar-se e, com isso beneficiar com recursos extraídos da terra, e em especial, deixar a própria terra tão disputada e trabalhada como herança para os filhos, o que possibilitará a reprodução da agricultura familiar, conforme afirma Silva (2004):

Em primeiro lugar o futuro geral do assentamento e o meu, eu acho que todo mundo se iguale de igual para igual no bom sentido, e que todos produza em seus lotes, pra ter sua vaquinha boa de leite, seu projeto importante e vá crescendo pra ter uma garantia pra seus filhos [...] que a garantia nossa vá [...] ficanos sempre naquilo que a gente desmembrou no assentamento pra o futuro dos filhos em todo o sentido, que ele cresça na educação, que ele cresça na amizade, que ele cresça na convivência. Às vezes a gente tem uma norma no assentamento, e nós estamos aqui, e as vezes não é fácil é o que nós acabou de dizer a vocês agora na entrevista, não é fácil pra a gente manter, mas a gente tem uma norma no assentamento pelo governo federal pelo INCRA, pelo MST e por nós mesmo, nós temos que cumprir, agora se nos sairmos das normas do assentamento, nós temos que desocupar a área de qualquer forma, a questão é produzir, ganhar um lote, não produzir por quê? Por que não trabalhar tem que sair, essa vaga tem que ser ocupada por outro que quer trabalhar. O outro é o respeito interno das famílias. (informação verbal).

A questão socioeconômica é vital para a viabilização do desenvolvimento daqueles que têm a sua sobrevivência atrelada à atividade realizada nos lotes. Dessa forma, a inserção dos assentados que ainda persistem na sua unidade básica de produção exercendo em atividades precárias, enfrentando todas as adversidades, poder-se-á transformar numa ação significativa, com resultados promissores para a atividade econômica desses produtores.

A estrutura nos assentamentos necessita, portanto, da coesão dos pequenos produtores que, conscientizados, possam se organizar e exigir do Estado ações que norteiem as soluções para os seus problemas, como raciocina Silva (2004), pelo que se depreende destes trechos de sua entrevista:

**Entrevistador:** A educação e a saúde estão bem? Precisam melhorar?

**Entrevistado:** Precisa melhorar bastante tá mais ou menos. Precisa de mais acompanhamento.

**Entrevistador:** O senhor acha que esse acompanhamento cabe a quem, à prefeitura, o MST [...]. Hoje eu vejo assim, a escola funciona aqui numa classe com várias crianças que compartilham o mesmo quadro para várias classes diferentes, isso é um dificultador para o próprio professor, e para a própria criança. Eu pergunto, quando vocês estiverem morando nas casas que estão sendo construídas, vai haver um espaço para criar uma escola com classes separadas e professores diferentes?

**Entrevistado:** Tem que ter para desenvolver o assentamento.

**Entrevistador:** E já existe esse projeto? Existe uma sinalização da prefeitura para manter essa escola?

**Entrevistado:** Já, já teve, é que às vezes tem essa demanda no município, precisa milhora pela parte da prefeitura, mas os assentamento que já ta em forma já tem dois [...] três professores. É como o Beira Rio que tem diversos, Beira Rio hoje tem diversos que tem 400 famílias, então lá dá essa frequência já está desenvolvida.

**Entrevistador:** Quanto à educação para adultos, vocês vão retomar o projeto de educação para adultos?

**Entrevistado:** Vamos retomar a partir dessa semana (isso a partir do dia 15/11/04) da 1ª a 4ª série.

**Entrevistador:** Isso é muito importante!

**Entrevistado:** É muito importante é da 1ª a 4ª série no assentamento começa dia 16/11/04

**Entrevistador:** O Sr. vai estudar?

**Entrevistado:** Vou, eu só assino o nome.

**Entrevistador:** O que o Sr espera para os seus filhos?

**Entrevistado:** Dar uma educação que eu não tive, tentar dar uma formação [...] lutar por [...] que esse interesse quando eu entrei aqui eu entrei sorteiro eu já entrei não tinha família e nem filhos, eu já entrei aqui sonhando com [...] de um dia eu construir uma família e criar o melhor pra meus filhos e achei que o melhor era nesse desempenho na luta pela terra.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo destinou-se a analisar a inserção socioeconômica dos assentamentos rurais de Grotão e Moreno. Os aspectos investigados dizem respeito à origem e a trajetória das famílias, da formação política, no método de gestão das formas sociais de organização interna, da organização social e produtiva, integração social, das condições materiais de vida, de educação e saúde, da inserção da economia local/regional, acesso aos créditos de instalação e condições de habitabilidade, relações com o poder local e a cidade, desejos e aspirações das comunidades.

Estudos realizados em áreas de assentamento rural permitiram desvendar e desmistificar as questões que envolvem os processos de organização social e assim obtermos mais informações para se pensar políticas públicas que estejam em consonância com a realidade, os anseios e as aspirações dessas comunidades.

Houve melhorias na qualidade de vida das famílias assentadas quando se torna como referência a situação imediatamente anterior ao assentamento, ou seja, a experiência vivida nos acampamentos, conforme depoimentos dos assentados – fome, frio, doença, discriminação, despejos, como foi o caso do assentamento Grotão, etc –, é então compensada com a conquista da terra, com a construção da casa, com a escola e a produção de alimentos para o sustento e a comercialização. Algo positivo, a volta da agricultura familiar, tão presente na vida dos camponeses, e

que de alguma forma contribui para a sobrevivência desses indivíduos num grau de maior equilíbrio econômico e de satisfação em relação ao quadro do desemprego nos centros urbanos: “a lavoura ora dá, ora não dá, depende do tempo, mas na cidade é pior” (SILVA, 2004) (informação verbal).

Estudos revelam que a produção familiar responde por 60% de todos os alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e emprega sete de cada dez trabalhadores do campo, o valor gerado pelas cadeias produtivas da agricultura familiar correspondeu a 10,1% do PIB nacional e a 33% do PIB do agronegócio. Somente a produção agropecuária sob regime familiar participou com 3,6% do PIB nacional, assegurando ocupações produtivas a 13 milhões de trabalhadores rurais, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2003 (AGRICULTURA..., 2005). Recente estudo da Fipe, encomendado pelo NEAD/MDA, revela que o valor gerado pelas cadeias produtivas da agricultura familiar cresceu 9,4% entre 2002 e 2003, enquanto o PIB nacional, no mesmo período, cresceu 0,5%, e a agricultura patronal teve um acréscimo de 5,1%.

Ainda assim, existe opinião controversa com relação à reforma agrária, Santos (2002) afirma que a reforma agrária vai acelerar o êxodo, e não reduzi-lo, por que vai criar relações mais modernas no campo e diminuir a necessidade de homens, citando Marx, dizia que capital e trabalho se opõem. A reforma agrária representa um aumento de capital no campo. Se há um aumento do capital, diminui-se o emprego. Num primeiro momento, as unidades de produção aumentam, num segundo, as pessoas vão para as cidades. E não para as médias, mas para as grandes, afirma que se deve fazer reforma agrária respeitando as diferenças regionais e sabendo que é uma solução provisória. Para ser eficaz, deve ser seguida de outras medidas. No mundo de hoje, o importante não é produzir, mas fazer



circular. A idéia de reforma agrária vem de um mundo onde o importante era produzir, porque a circulação era difícil, e conclui, hoje, se eu não tenho os instrumentos para fazer circular bem, sou aleijado.

Para muitos, o modelo de modernização econômica da agricultura – implantado na década de 60 -, e que hoje se encontra em crise, privilegiou as empresas capitalistas em detrimento da agricultura camponesa. Assim, segundo a revista Carta Capital de primeiro de setembro de 2004, a agricultura capitalista se desenvolveu enquanto os camponeses, em sua maior parte, foram expropriados e ou expulsos da terra, atualmente existem 3,6 milhões de famílias rurais em situação de extrema pobreza, vivendo com menos de US\$ 1 per capita ao dia.

O agronegócio brasileiro mistura a modernidade técnica com o atraso das relações sociais. Ainda nesse processo, as empresas capitalistas se apropriam de terras públicas, com incentivo do governo federal, e das terras dos camponeses, aumentando a concentração da propriedade da terra. No entanto o que temos hoje é uma política de assentamentos. As desapropriações não estão desconcentrando a estrutura fundiária. O processo de concentração é muito mais rápido que a política de assentamentos do governo federal. A terra continua concentrada. O índice de GINI, utilizado para medir a concentração de terras no Brasil, registrou 0,836 em 1967 e 0,843 em 1998, no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, evidenciando uma clara manutenção da concentração de terras no país.

A manutenção da concentração das terras, mesmo após o processo de reforma agrária, explicita outra problemática, a concentração da renda. É fato, o capitalismo não é capaz de abrigar todas as pessoas que estão no campo ou nos centros urbanos que – em muitos casos – nunca fizeram parte desse modo de

produção. O capitalismo se alimenta da subordinação de processos aparentemente residuais, mas a forma predatória como o capital se reproduz no Brasil gera discrepâncias que fogem às questões rurais ou urbanas, mas sim sociais. É preciso inserir as pessoas para que elas ao menos possuam renda, o que já significaria um início do processo de desconcentração.

A experiência de luta pela terra, a existência dos assentamentos como espaço de referência para políticas públicas, a precariedade da infra-estrutura existente – por razões da lentidão por parte dos órgãos responsáveis<sup>42</sup> -, entre outros fatores, fazem com que esses assentamentos tornem-se ponto de partida de demandas, levando à afirmação de novas identidades e interesses, ao surgimento de formas organizativas internas, assim como, à busca de espaços onde se façam ouvir.

Um olhar mais focalizado nas áreas permite algumas observações, principalmente no tocante ao aumento populacional gerado pela desconcentração, foi observado um redesenho na zona rural, com modificações na paisagem, no padrão de distribuição da população, no traçado das estradas, no padrão produtivo, levando à formação de novos aglomerados populacionais. Essas localidades reinventadas possibilitam, para uma população tradicionalmente excluída e que enfrentava no momento anterior uma instável e precária inserção no mundo do

---

<sup>42</sup> INCRA, responsável pela elaboração do Plano de Desenvolvimento Local e divisão dos lotes. É importante ressaltar que o crédito de fomento, destinado através do programa PRONAF do Ministério do Desenvolvimento Agrário, repassado para cada assentado, através de suas associações, cuja quantia representa R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais), sendo que, R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) é para a elaboração do projeto, somente poderá ser repassado com a conclusão do PDL e divisão dos lotes, os dois assentamentos até o momento não foram contemplados. Os recursos utilizados para iniciar o plantio foram oriundos do crédito de instalação, também conhecido como crédito apoio. A ARCA, responsável pela administração do material utilizado para construção das unidades habitacionais, que de alguma forma centraliza os recursos.

trabalho rural/agrícola, uma importante alternativa de trabalho e oportunidade de acesso a terra.

Diante do cenário atual de ressurgimento da agricultura familiar e de fechamento do mercado de trabalho, especialmente para os segmentos de baixa escolaridade, como é o caso da população-alvo desta pesquisa, os assentamentos representam a possibilidade de centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento no próprio lote, lançando mão de outras fontes de renda e de trabalho fora do lote. Atuando como um amparo frente às precárias condições de desenvolvimento econômico, servem como proteção social, resolvem o problema de moradia e permitem a interação com o mercado de trabalho. Contudo os assentamentos são vistos de diferentes formas nos municípios em que estão inseridos, seja por parte da população, dos comerciantes ou do poder executivo, conforme afirma o senhor Ivan Soares<sup>43</sup> (informação verbal):

Vejo por duas vertentes: a primeira como negativa e desordenada, pois não basta colocar o indivíduo na terra sem dotá-lo de infraestrutura para que possa produzir; a segunda é positiva, pois vejo tanta pobreza, tanta gente sem ocupação que se os assentamentos e a reforma agrária fossem feitos corretamente melhoraria muito a vida dessas pessoas.

Os assentamentos necessitam de apoio técnico para melhor aproveitamento do solo e de uma cooperativa de produção e comercialização para valorização dos produtos. Entretanto, mesmo considerando essas limitações, os assentamentos acabam transformando a produção agropecuária quando passam a ofertar no mercado local uma diversidade de produtos, especialmente em áreas antes monocultoras ou de pecuária extensiva, - o caso da fazenda Grotão -, significando uma espécie de “reconversão produtiva” em regiões de crise da

---

<sup>43</sup> Prefeito do Município de Nova Redenção.

agricultura patronal, muitas vezes contribuindo para uma reorganização dos sistemas de uso dos solos da produção familiar, que influencia tanto sobre a qualidade de vida quanto sobre os aspectos ambientais, além de significar uma melhoria qualitativa na alimentação.

Os assentamentos acabam provocando a dinamização da vida econômica dos municípios, quando se considera que um maior número de produtores que entram no mercado, introduzindo maior oferta e diversidade de produtos, em especial alimentares. Atualmente, os dois assentamentos estão ofertando produtos agropecuários para os seus respectivos municípios, a maior parte da comercialização acontece na feira livre, uma vez por semana. Essa ida à cidade é de fundamental importância, pois aumentam os laços de sociabilidade, assim como aumentam suas possibilidades de consumo, comprando gêneros alimentícios que não produzem, bens de consumo duráveis, insumos e implementos agrícolas.

A condição de assentado, ademais, possibilitou a essa população, pela primeira vez, o acesso ao crédito para produção, apesar de que, no Grotão e no Moreno, o crédito de fomento não foi ainda repassado. O volume de crédito que circula em função dos assentamentos provoca impactos no comércio local e regional, igualmente, na dinamização de atividades, como a construção civil.

Estudos confirmam que a terra é o componente mais caro dos assentamentos rurais, que o preço pode variar de região para região. Percebemos durante nossas entrevistas com os líderes dos assentamentos que, durante a ocupação, nem sempre se manifestam reações contrárias por parte dos proprietários – no Moreno, conforme foi relatado, o proprietário incentivou a ocupação. No Grotão, o fazendeiro vizinho que desfrutava da terra foi quem reagiu ao movimento.

Portanto, a forma de indenização, hoje existente na legislação agrária, favorece os grandes latifundiários, que muitas vezes utilizam-se desse bem para fins especulativos. Para Silva (2004) (informação verbal), na região de Boa Vista do Tupim, com certeza não haveria pessoas dispostas a pagar um preço tão alto sobre a fazenda Santo Apolônio/Grotão<sup>44</sup>.

Constatamos que o custo para cada família nos dois assentamentos, incluindo o crédito de fomento/PRONAF que está por receber, fica estimado em torno de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais). Para o INCRA, a média por cada família, incluindo a terra, seria R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). Para Leite (2004), o custo unitário de geração de um posto permanente de trabalho nos assentamentos de reforma agrária é de R\$ 8.037,00 (oito mil e trinta e seis reais), enquanto na indústria é de R\$ 13.599,00 (treze mil quinhentos e noventa e nove reais), nos serviços, R\$ 25.622,00 (vinte e cinco mil, seiscentos e vinte e dois reais), e, no comércio, R\$ 20.311,00 (vinte mil, trezentos e onze reais), além de gerar mais emprego e de forma mais barata, a agricultura familiar é responsável por boa parte da produção de alimentos no Brasil. Segundo dados da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, responde por 67% do feijão consumido no país, 58% da carne suína, 54% do leite e 49% do milho. E ocupa cerca de 70% da mão-de-obra no campo.

Mesmo tendo chamado atenção para o potencial da geração de renda dos assentamentos, nossa preocupação foi ir mais além e tentar analisar as condições de vida dos assentados as possibilidades de acesso a serviços e bens, a

---

<sup>44</sup> Fazenda Moreno – Valor total do imóvel rural – R\$ 1.109.339,89, desse valor, R\$ 500.495,98 referem-se as benfeitorias, cujo pagamento foi à vista. O restante, R\$ 608.843,91, refere-se ao valor das terras indenizadas através de títulos da dívida agrária.

Fazenda Santo Apolônio/Grotão – Valor total do imóvel rural – R\$ 413.507,50, desse valor, R\$ 184.275,63 referem-se às benfeitorias indenizadas, cujo pagamento foi à vista, o restante, R\$ 229.231,87, se refere ao valor das terras indenizadas através de títulos da dívida agrária.

forma como eles vivenciam essa nova situação e as oportunidades que lhes são oferecidas.

Mediante as estimativas em torno da potencialidade de geração de renda nos assentamentos, ficou demonstrado que as populações assentadas superam a renda per capita dos seus respectivos municípios, R\$ 59,07 (cinquenta e nove reais e sete centavos), em 2001, para o município de Boa Vista do Tupim e R\$ 74,79 (setenta e quatro reais e setenta e nove centavos), também em 2001, para o município de Nova Redenção, enquanto a renda média dos assentados auferida pela Caixa Econômica Federal fora de R\$ 207,00 (duzentos e sete reais).

No que diz respeito à escolaridade, em especial, pode-se levantar a hipótese que a nova geração de assentados tem um nível de escolaridade superior àquele de famílias da mesma região, quando comparadas faixas etárias semelhantes, uma vez que todas as crianças dos assentamentos estudam e são acompanhadas durante todo o ensino fundamental, por enquanto. Apesar dos esforços dos assentados e do poder local para garantir o ensino fundamental, a infra-estrutura ainda é precária. As escolas, que contemplam da primeira à quarta série foram construídas pelos próprios assentados. E, como antes afirmamos, nem o Grotão nem o Moreno têm escolas de quinta a oitava série. Apesar dos problemas, é marcante o empenho por parte dos assentados em dar continuidade aos estudos dos filhos.

Os próprios jovens têm se esforçado para transpor os obstáculos e concluir seus estudos, serviços que, atualmente, são demandas locais somente atendidas nas cidades próximas, esse comportamento aponta a outra face desse processo. As escolhas diferenciadas dos jovens, que causam preocupação para o

Grotão e o Moreno, quanto à sua futura inserção, assim como o investimento na escolarização, podem vir a representar um redesenho da atual estrutura dos assentamentos, capaz de criar uma nova classe de indivíduos que, devido à formação diferenciada proporcionada pela educação, anseiem outras atividades que não estejam diretamente relacionadas à produção rural, o que certamente significará a migração desses indivíduos para os centros urbanos.

Os únicos serviços que hoje aparecem como demandas incorporadas às políticas voltadas para os assentamentos, apesar de precários, são a saúde e a educação. Assim, ao se tornar professor ou agente do setor de saúde, o assentado pode ter, de acordo com a realidade local, uma relação de continuidade entre o seu trabalho e o assentamento.

Um outro aspecto, mais subjetivo, das condições de vida apontada pelos pesquisados foi o sentido da nova condição, em que o acesso à terra faz com que o assentado se sinta “liberto”, senhor de seus próprios passos e capacitado a controlar sua vida, deixando de ser “escravo”. Essas falas foram recorrentes quando contrastaram seu passado e seu presente, em especial nas áreas onde haviam predominado as monoculturas e as relações de poder que as marcam. Por mais que seja dotada de dificuldades, e que a pobreza ainda seja generalizada, o acesso à terra provocou rupturas e uma sensação nítida de melhora em relação ao passado.

Importante, entretanto, é reconhecer que para o pequeno produtor sobreviver no capitalismo precisa subordinar-se a ele. O capital controla a produção através da comercialização. Ou os assentados comercializam sua produção, atendendo ao capitalismo, ou serão re-dominados pelo capital.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1998.
- AGRICULTURA familiar. **Revista Territórios Rurais**, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, n.1, p.6-9, jan./jun. 2005.
- ALMEIDA, L. Introdução à Geografia econômica e humana do Nordeste. **Boletim Geográfico**, v.2, n.22, p.1517-1519, 1945.
- AMSTDDEN, L. F.F. A reforma agrária no governo Collor. **Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**, n.3, p.112-115, 1992.
- ANDRADE, M.C. Divisão da terra agrícola no Brasil: latifúndio, expropriação e miséria. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 1979. Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: UNESP, 1979. p.1-43.
- \_\_\_\_\_. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1989.
- \_\_\_\_\_. Reforma agrária e colonização. O Plano nacional de reforma agrária dentro do contexto do Brasil atual. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7., 1986. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 1986. v.1, p.63-6.
- ANDRADE, M.; PEREIRA, C. A.C.; NOBRE, M. **Coletivização**: uma proposta para os camponeses. São Paulo: CEDI, 1989.
- BAHANA, A.P. Roteiro para o estudo da casa rural no Sul do Brasil. **Boletim Paranaense de Geografia**, n.6-7, p.74-85, 1962.
- BALDUÍNO, D. T. O Agronegócio chefia o crime no Pará. **Revista Caros Amigos**, v.8, n.96, mar. 2005. Entrevista de Dom Tomás Balduino (Dirigente da Comissão da Pastoral da Terra).
- BENEDETTI, A. C. **Na conquista da fronteira**: um estudo de caso nos Assentamentos Rurais de Hulha Negra/RS. Itaguaí/RJ. 1998. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. **Assentamentos rurais**: impasses sócio-econômicos, tecnológicos e ambientais, Bucharest, Romênia: [s.m], 1996. [mimeo]. Texto apresentado no “The World Congress of Rural Sociology”.
- BRASIL. Governo Federal. Caixa Econômica Federal. Vice Presidência de Desenvolvimento Urbano e Governo. **Sim Brasil**. Sistemas de informações sócio-econômicas dos municípios brasileiros. Brasília: IPEA; Recife: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE, 2004. 1 CD.
- BRAUN, W. A. G. Contribuição ao estudo da erosão no Brasil e seu controle. **Revista Brasileira de Geografia**, v.23, n.4, p.591-642, 1961.



BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1999.

CARNEIRO, P.A; PEREIRA, M.F.V. Território da desigualdade: fome e concentração fundiária no Brasil contemporâneo. **Geografia**, v.30, n.2, p. 255-269, maio/ago.2005. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 04 jan. 2005.

CARVALHO, A. A lei agrária e a Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, v.10, n.4, p.535-52, 1948.

COSTA, C. M. O. da. **Processo organizativo em assentamentos rurais: um olhar sobre a Fazenda Pirituba**. 2001. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2001.

COUTO, A. T. **Produção familiar e estratégias de reprodução social em assentamentos rurais**.1999. Tese (Doutorado)-Universidade de Campinas - UNICAMP, Campinas, 1999.

D' INCAO, M. C. **O bóia-fria: acumulação e miséria**. Petrópolis: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_. **Qual é a questão do bóia-fria**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

D' INCAO, M.C; CARVALHO, A. V. de. **Reforma agrária: significado e viabilidade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **Principais indicadores sócio-econômico dos assentamentos de reforma agrária**. Brasília: FAO:MAARA, 1992. Convênio FAO/INCRA.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **M.S.T. - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERREIRA, D. A. de O. **Mundo rural e geografia**. Geografia agrária no Brasil: 1930-1990. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

GUEDES PINTO, L.C. Migrações internas: distribuição de renda no campo. **Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**, n. 7-8, p.201-203 1976.

GUERRA, A.T. Os solos e a reforma agrária no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 28, n.1, p.129-36, 1965.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982. (Coleção o Mundo Hoje; 29).

GUSMÃO, R. P. O sistema de arrendamento no Brasil e a inserção no processo de capitalização da agricultura. **Geografia**, v.9, n.17-18, p.55-80, 1984.

HENFREY, C. Invasões, posseiros, ciranda financeira. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 110, p.44, jul.1987.

\_\_\_\_\_. Habitação, campesinato, família e trabalho. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 111, p.49, set./out. 1987.

HOFFMANN, R. **A estrutura fundiária no Brasil de acordo com o cadastro do INCRA: 1967 a 1998**. Campinas: UNICAMP, 1998. Convênio INCRA/UNICAMP.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO E ESTATÍSTICO. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 out. 2004.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2002**. Rio de Janeiro: IBGE. 2002.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICAS APLICADAS. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 26 out. 2004.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Estatísticas cadastrais**. Sistema Nacional de Cadastro Rural: recadastramento 1972. Brasília, 1974. v.1.

\_\_\_\_\_. Ministério de Política Fundiária e da Agricultura Familiar. **O futuro nasce da terra: balanço da reforma agrária e da agricultura familiar**. 1999.

\_\_\_\_\_. **Proposta do programa emergencial de reforma agrária**. Brasília, 1993.

JUNQUEIRA, M. **As terras devolutas na reforma agrária**. São Paulo: IBRA, 1964.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Tradução Ângela Maria Wooko Tijiwa. Campinas, SP: Ed UNICAMP, 1993. (Coleção Repertórios).

LEITE, S. Aspectos econômicos da reforma agrária no Brasil: apontamentos para um debate. **Atualidade em debate**, Rio de Janeiro, c. 48, p.207-211, mar. 1997.

\_\_\_\_\_. O estudo dos assentamentos Rurais e os parâmetros da ciência econômica. In: ROMEIRO, A. et.al. (Orgs.). **Reforma agrária: produção, emprego e renda – o relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes; BASE; FAO, 1994.

\_\_\_\_\_. Grãos na balança. **Carta Capital**, n.306, p.11-13, set.2004.

\_\_\_\_\_. **Impactos dos assentamentos: um estudo de caso**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; NEAD, 2004.

LEITE, P. S. et al. (Org.). Reforma agrária e desenvolvimento sustentável. **Paralelo 15**, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, v. 2, n. 15, 2000.

MALUF, R. S; BILBÃO, S. A. **Assentamentos em São Paulo e indústria rural: uma discussão preliminar**. Campinas: CNPq; NPCR; UNICAMP, 1988.

MARCHA e vida Severina. **Revista Carta Capital**, n.343, p.24- 31, maio 2005.

MARTINS, J. de S. **Caminhada no chão da noite**, São Paulo: Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, Karl, **A Origem do Capital**, Ed. Fulgor, São Paulo, 1964.

MASSELLI, M. C. **Extensão rural entre os sem-terra**. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1998.

MASSUQUETTI, A. **A Mudança no padrão de financiamento da agricultura brasileira no período de 1965-7**. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRS. Porto Alegre, 1998.

MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**. Porto Alegre: EFRGS; Rio de Janeiro: CPDA, 1999.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. **A geografia das lutas no campo**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

\_\_\_\_\_. Os posseiros e a luta contra o capital: "... a terra é de ninguém". **Caderno Prudentino de Geografia**, n.3, p.78-92, 1982.

\_\_\_\_\_. O campo brasileiro no final dos anos 80. **Boletim Paulista de Geografia**, n.66, p.5-22, 1988.

PEDRAO, F. C. **Raízes do capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Hucitec; Salvador: EDUFBA, 1996.

PEREIRA, A. P. O movimento social rural e a recriação da produção camponesa. **Boletim de Geografia Teorética**, v.22, n.43-44, p.18-20, 1992.

PIMENTA, E. de O. R. **A intervenção do Estado no desenvolvimento rural: um estudo do projeto integrado de desenvolvimento da Bacia do Rio Paraguaçu – PIDERP**. Salvador, 2001.

PINTO, L. de B. **Os impactos de um assentamento rural: uma avaliação sócio-econômica a partir da produção leiteira**. 2000. Dissertação (Mestrado)- Universidade de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2000.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PROJETO GEOGRAFAR. Estrutura Fundiária. **Evolução Histórica do Índice de GINI: Brasil e Estado da Bahia (1920-1995/96)**. Salvador: UFBA, 2005. 1 disquete.

\_\_\_\_\_. **Índice de GINI. Evolução Histórica: Região do Vale do Paraguaçu (1920-1995/96)**. Salvador: UFBA, 2005. 1 disquete.

\_\_\_\_\_. **Estrutura Fundiária de Boa Vista do Tupim (1970-1995/96)**. Salvador: UFBA, 2005. 1 disquete.

\_\_\_\_\_. **Evolução Histórica do Índice de GINI: Boa Vista do Tupim e Estado da Bahia (1970-1995/96)**. Salvador: UFBA, 2005. 1 disquete.

\_\_\_\_\_. **Estrutura Fundiária de Nova Redenção (1996)**. Salvador: UFBA, 2005. 1 disquete.

RANGEL, I. **Ciclo, tecnologia e crescimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RIBEIRO, I. de O. **Agricultura, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RIOS, J.A. Rumos da reforma agrária. **Boletim Geográfico**, v.12, n.121, p.169-76, 1954.

ROSSINI, R.E. Pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 1983, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 1983. p.1-32.

\_\_\_\_\_. Mulher e família: dinâmica do mercado de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** Teresópolis: UFRJ, 1990. v.2, p.116-32.

SANTOS, M. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SCHMITT, C.J. **O tempo do acampamento**: a construção da identidade social e política do “colono sem terra”. 1992. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 1992.

SCHUH, G. E. Modernização da agricultura brasileira: uma interpretação. In: \_\_\_\_\_. **Tecnologia e desenvolvimento agrícola**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2004.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 26 dez. 2005.

SILVA, J. G. da. **Buraco negro**: a reforma agrária na Constituinte de 1987/88. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. **A Modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. **Caindo por terra**: crises da reforma agrária na Nova República. São Paulo: ANPEC, 1997.

\_\_\_\_\_. **A reforma agrária no Brasil**: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SILVA, J. G. da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre. Ed. UFRGS, 2003.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**. Campinas: UNICAMP, 1996.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed Fundação Perseu Abramo, 2002.

SODERO, F. P. **O Estatuto da terra**. Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1982.

SOUZA, A. C. **Os camponeses da Colônia Boa Hora**: estratégias de reprodução. 1995. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Sergipe, UFS, Aracaju, 1995.

SOUZA, M. A. de. **As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST**. 1999. Tese (Doutorado) Universidade de Campinas - UNICAMP, Campinas, 1999.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. Brasília: USP/MDA/FAO, 2003 (mimeo).

STEDILE, J. P. As boas novas do campo. **Revista Carta Capital**, v.10, n. 2, p.22-30, 28. abr. 2004.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

WANDERLEY, M. de N. B. **Agricultura familiar e a sociabilidade no espaço local: notas sobre um estudo internacional** Porto Alegre: Apipsa, 1994.

\_\_\_\_\_. **Reflexão sobre agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Estudos Brasileiros; 37).

VALVERDE, O. Regionalização da reforma agrária. **Boletim Geográfico**, v.24, n.187, p.616-9, 1965.

VEIGA, J. E. da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores Associados, 2002.

\_\_\_\_\_. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

VERGOPOULOS, K. ;AMIN, S. **A questão agrária e o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VINHAS, M. **A terra, o homem, as reformas**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1980.

VINHAS, M. **Problemas agrários: camponeses do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

VIVANCO, A. C. **Teoria de derecho agrário**. La Plata: Libr. Jurídica, 1967, v. 1.

WAIBEL, L. H. Princípios de colonização européia no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v.11, n.2, p.159-222, 1949.

**APÊNDICE A - Questionário 1: Prefeito**  
UNIVERSIDADE SALVADOR  
MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL

**PROJETO DE PESQUISA**

INSERÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS GROTÃO E  
MORENO: UM ESTUDO DE CASO COMPARATIVO

QUESTIONÁRIO 1: PREFEITO

MUNICÍPIO:

PREFEITO:

1. QUAL A SUA ORIGEM? O SENHOR É DA REGIÃO?
2. QUAL A SUA FORMAÇÃO?  
  
QUE INFORMAÇÃO O SENHOR TEM SOBRE A FAZENDA DESAPROPRIADA?
3. COMO O SENHOR VÊ O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DE FAZENDAS NO MUNICÍPIO?
4. QUAL A RELAÇÃO DA PREFEITURA COM OS ACAMPAMENTOS? HÁ ALGUMA RELAÇÃO ENTRE PREFEITURA E O PESSOAL ACAMPADO?
5. OS ASSENTAMENTOS AGREGAM POPULAÇÃO AO MUNICÍPIO. ESTA POPULAÇÃO TRAZ ALGUM PREJUÍZO PARA A POPULAÇÃO NATURAL DO MUNICÍPIO?
6. OS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL REPASSAM RECURSOS REFERENTES AO AUMENTO DA POPULAÇÃO DECORRENTE DOS ASSENTAMENTOS?
7. ALGUM PROJETO DEIXOU DE SER IMPLANTADO EM DECORRÊNCIA DOS ASSENTAMENTOS?
8. DE QUE FORMA OS ASSENTADOS CONTRIBUEM PARA ECONOMIA LOCAL?



9. O FATO DE O MUNICÍPIO POSSUIR UM GRANDE NÚMERO DE ASSENTAMENTOS REFLETE NA ECONOMIA LOCAL EM RELAÇÃO À OFERTA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS?
10. QUAL SUA PERSPECTIVA EM RELAÇÃO AO FUTURO DOS ASSENTAMENTOS?
11. QUAL O REFLEXO DOS ASSENTAMENTOS NA RECEITA TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO?
12. COM RELAÇÃO AO ASSENTAMENTO EM ESTUDO, OS ASSENTADOS NÃO POSSUEM ORGANIZAÇÃO DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS. O MUNICÍPIO PENSA EM INCENTIVAR A FORMAÇÃO DE COOPERATIVAS?
13. QUAIS AS MEDIDAS QUE O MUNICÍPIO FAZ OU PENSA EM FAZER PARA MELHORAR AS CONDIÇÕES DE SAÚDE DOS ASSENTADOS?
14. QUAIS AS MEDIDAS QUE O MUNICÍPIO FAZ OU PENSA EM FAZER PARA MELHORAR O SISTEMA DE EDUCAÇÃO DOS ASSENTADOS?
15. QUAIS AS MEDIDAS QUE O MUNICÍPIO FAZ OU PENSA EM FAZER PARA MELHORAR AS CONDIÇÕES INFRAESTRUTURA DOS ASSENTADOS?
16. OS ASSENTADOS FORAM PROCURADOS DURANTE O PROCESSO ELEITORAL, COMO OBSERVADO NAS VISITAS TÉCNICAS. QUAL A IMPORTÂNCIA DOS ASSENTAMENTOS NA RELAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO?
17. HÁ INTERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E OS OUTROS ATORES (INCRA, CEF, PASTORAL DA TERRA, MST, ONGS) ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO?

## **APÊNDICE B - Questionário 2: Líder Regional do MST (ARCA)**

UNIVERSIDADE SALVADOR  
MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL

### **PROJETO DE PESQUISA**

INSERÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS GROTÃO E  
MORENO: UM ESTUDO DE CASO COMPARATIVO

QUESTIONÁRIO 2: LIDER REGIONAL DO MST (ARCA)

NOME:

1. QUAL A SUA ORIGEM? O SENHOR É DA REGIÃO?
2. QUAL A SUA FORMAÇÃO?
3. O SENHOR É RESENTANTE DE QUAL ENTIDADE?
4. QUAL A ABRANGÊNCIA DESTA ENTIDADE?
5. UMA VEZ ASSENTADOS. QUAL A FUNÇÃO DA ENTIDADE NOS ASSENTAMENTOS? VOCÊS INTERFEREM NA ORGANIZAÇÃO?
6. QUE INFORMAÇÃO O SENHOR TEM SOBRE AS FAZENDAS DESAPROPRIADAS?
7. DE ACORDO COM A PESQUISA REALIZADA NOS ASSENTAMENTOS GROTÃO E MORENO, O NÚMERO DE ANALFABETOS É ALARMANTE. COMO O MOVIMENTO PENSA EM REVERTER ESSE QUADRO?
8. AINDA SOBRE EDUCAÇÃO, AS CLASSES MULTISSERIADAS, O QUE INTERFERE NEGATIVAMENTE, NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS. HÁ UMA PERSPECTIVA DE MODIFICAÇÃO DESSA REALIDADE?
9. DURANTE A PESQUISA, PERCEBEMOS UMA DIFERENÇA SIGNIFICATIVA NO PERFIL DA LIDERANÇA DOS ASSENTAMENTOS. O SENHOR ACHA QUE ESTE FATO INTERFERE NO PROCESSO PRODUTIVO DOS ASSENTADOS?
10. COMO ESTE FATO INTERFERE NA CONSOLIDAÇÃO DO ASSENTAMENTO?





11. EM RELAÇÃO AOS CORTES (à demarcação) DOS LOTES, HÁ UMA DEMORA NA EXECUÇÃO (dessa ação) DO SERVIÇO. COMO SUA ENTIDADE INTERAGE COM O INCRA PARA SOLUCIONAR ESTE PROBLEMA?
12. TODOS OS ASSENTADOS RECEBERAM O CRÉDITO APOIO NOS DOIS ASSENTAMENTOS (GROTÃO E MORENO)?
13. O CRÉDITO AGRÍCOLA RECEBIDO PELOS ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO MORENO FOI O PROCERA?
14. SUA ENTIDADE INTERFERE NA FORMA DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS NOS ASSENTAMENTOS?
15. SUA ENTIDADE ACOMPANHA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ASSENTADOS JUNTO AOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS?
16. SUA ENTIDADE POSSUI UM CADASTRO DOS ASSENTADOS?
17. DE ACORDO COM O CADASTRO DO INCRA, A CAPACIDADE DE ASSENTAMENTO DO MORENO É DE 140 FAMÍLIAS, CONTUDO APENAS 118 FAMÍLIAS ESTÃO ASSENTADAS E 120 CASAS ESTÃO SENDO CONSTRUÍDAS. HÁ UM SALDO DE TERRAS NESTE ASSENTAMENTO?
18. NA PESQUISA, FOI CONSTATADO QUE ALGUNS ASSENTADOS NÃO PRODUZEM E TRABALHAM TEMPORARIAMENTE EM OUTRAS PROPRIEDADES. O QUE O MOVIMENTO PENSA EM RELAÇÃO A ESTE FATO?
19. A FALTA DE ÁGUA NO ASSENTAMENTO GROTÃO FOI RECLAMAÇÃO GENERALIZADA NA PESQUISA. HÁ ALGUM MOVIMENTO NO SENTIDO DE SANAR ESTE PROBLEMA?. HOUVE ALGUMA AÇÃO JUNTO A ENTIDADES (CERB, P.E.) QUE PROSPECTAM ÁGUA NESSE SENTIDO?
20. HÁ ALGUMA ORIENTAÇÃO DA SUA ENTIDADE PARA CRIAÇÃO DE COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS?
21. EM RELAÇÃO À SAÚDE. OS ASSENTAMENTOS POSSUEM APENAS UM AGENTE DE SAÚDE E SOFREM COM DIFICULDADE DE ACESSO AOS SERVIÇOS MÉDICOS. O QUE O SENHOR PENSA A RESPEITO DESTE ASSUNTO?
22. HÁ UM NÚMERO MUITO GRANDE DE JOVENS NOS ASSENTAMENTOS, CONTUDO NÃO HÁ UM SISTEMA EDUCACIONAL VOLTADO PARA ESTES INDIVÍDUOS. O QUE O MOVIMENTO PENSA A RESPEITO DESTE PROBLEMA?

## **APÊNDICE C - Questionário 3: COMERCIANTES**

UNIVERSIDADE SALVADOR  
MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL

### **PROJETO DE PESQUISA**

INSERÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS GROTÃO E  
MORENO: UM ESTUDO DE CASO COMPARATIVO

### **QUESTIONÁRIO 3: COMERCIANTES**

- 1) QUAL A SUA NATURALIDADE?
- 2) QUAL SUA OPINIÃO SOBRE OS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO?
- 3) O MOVIMENTO COMERCIAL ( DO SEU ESTABELECIMENTO) CRESCER DEPOIS DA IMPLANTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS?
- 4) QUAL A PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS DOS ASSENTAMENTOS NO MERCADO LOCAL?
- 5) QUAIS OS PRODUTOS MAIS OFERTADOS PELOS ASSENTADOS?
- 6) O SENHOR PERCEBEU ALGUMA ALTERAÇÃO NA PROCURA DOS SEUS PRODUTOS APÓS A IMPLANTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS?
- 7) QUAIS OS PRODUTOS MAIS PROCURADOS PELOS ASSENTADOS?
- 8) O SENHOR PERCEBE ORGANIZAÇÃO NA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DOS ASSENTAMENTOS?

## APÊNDICE D - Questionário 4: Líder do Assentamento Local



UNIVERSIDADE SALVADOR - UNIFACS  
MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL

PESQUISA DE CAMPO – FORM 2

ENTREVISTADO:

Sr. \_\_\_\_\_

Líder do Assentamento Grotão, realizada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

1. Quando foi recebido o título definitivo da posse do assentamento?
2. Quais as entidades envolvidas no processo?
3. Como o poder municipal atuou no processo de posse e conquista definitiva do título?
4. Atualmente, como o poder público (municipal, estadual e federal) atua no assentamento?
5. Qual o tempo existente entre a ocupação e a posse?
6. Quantas pessoas (famílias) participaram da ocupação?
7. Porque escolheram esta fazenda para ocupar?
8. O nome do assentamento tem alguma ligação com o nome da antiga fazenda?
9. Qual o tamanho do assentamento em hectare?
10. Qual o tamanho do lote para cada assentado?
11. Existem lotes coletivos? Quantos?
12. Existe alguma articulação para trabalhar em associação?
13. Existe algum projeto para criação de cooperativa?
14. A convivência entre os assentados é harmoniosa (saudável)?
15. A quem pertencia a antiga fazenda?

16. Houve tentativa de desocupação? Quantas?
17. Qual o valor da indenização da fazenda?
18. Uma vez assentados, existe alguma dívida (social) para com o MST? De que forma o sr acredita que podem continuar contribuindo para o movimento?
19. Os assentados pagarão pelos lotes? Quanto? A quem? Em quanto tempo?
20. E quanto às habitações? Quanto os assentados pagarão mensalmente? E em quanto tempo?

## APÊNDICE E - Questionário 5: Assentados

UNIVERSIDADE SALVADOR - UNIFACS

MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO E SUA FAMÍLIA

**NOME:**

#### ESCOLARIDADE

ESCOLARIDADE COMPLETO	ANALFABETO	PRÉ-ESC	FUND.	MÉDIO	GRADUADO	PÓS
INCOMPLETO						

**NATURALIDADE:**

**PORQUE ESCOLHEU ESSA REGIÃO PARA VIVER:**

**COMO CHEGOU ATÉ AQUI**

#### OCUPAÇÃO PROFISSIONAL ANTERIOR AO ASSENTAMENTO

PRODUTOR RURAL  
ARRENDATÁRIO  
PARCEIRO  
POSSEIRO  
ASSAL/RURAL  
ASSAL/RURAL/PERM  
ASSAL/RURAL/TEMP  
ASSAL/URBANO  
OUTROS

#### PARTICIPOU DE OUTRAS OCUPAÇÕES

SIM

NÃO

QUANTAS

#### ESTADO CIVIL

SOLTEIRO

CASADO

DIVORCIADO

IDADE:

#### MEMBROS DA FAMÍLIA

IDADE	MASC	FEM
0 a 4		
5 a 9		
10 a 14		
15 a 19		
20 a 24		
25 a 29		
30 a 39		
40 a 49		
50 a 59		
60 a 69		
70 a 79		
80 ou mais		
<b>TOTAL</b>	0	0

#### CRIANÇAS TRABALHAM

SIM

NÃO

QUANTAS



**MEMBROS DA FAMÍLIA QUE TRABALHAM NO LOTE**

SEXO

IDADE

ATIVIDADE

PARCIAL

INTEGRAL

**MEMBROS DA FAMÍLIA QUE TRABALHAM FORA DO LOTE**

SEXO

IDADE

ATIVIDADE

**PORQUÊ TRABALHAM FORA****TRANSPORTE UTILIZADO**

ONIBUS

CARRO

CARROÇA

ANIMAL

OUTROS

**POSSUI ÁREA EM PASTOS PLANTADOS**

SIM

INDIVIDUAL

NÃO  
COLETIVO**QUAL O TIPO DE PASTAGEM****A ÁREA DE PASTOS É TROCADA COM A LAVOURA?**

SIM

NÃO

**EXISTE PRÁTICA DE CONSÓRCIO DE CULTURA**

SIM

NÃO

**ADUBAÇÃO**

TIPO

LAVOURA

FREQUÊNCIA

**COMO É FEITO O TRABALHO DA TERRA**

EQUIPAMENTO	ALUGADO	PRÓPRIO	COMUNITÁRIO
TRATOR			
ANIMAL			
MANUAL			

**USA SEMENTES SELECIONADAS**

SIM

NÃO

SEMENTES	LOCAL/COMPRA
----------	--------------

**HÁ SISTEMA DE SILAGEM**

SIM

NÃO

**USA AGROTÓXICOS**

SIM

NÃO

QUAIS	LOCAL/COMPRA	FREQUÊNCIA	EM QUE PRODUTOS

**JÁ SOFREU ALGUMA DOENÇA RELACIONADA AO USO DE AGROTÓXICOS**

SIM

NÃO

**RECEBE ALGUMA ORIENTAÇÃO TÉCNICA PARA UTILIZAÇÃO DO AGROTÓXICO**

SIM

NÃO

**RECEBE ALGUM TIPO DE ORIENTAÇÃO AGROTÉCNICA**

SIM

NÃO

**NO FINAL DO ANO AGRÍCOLA, O RESULTADO DA COLHEITA SATISFAZ AS SUAS NECESSIDADES**

SIM

NÃO

**CASO NEGATIVO, COMO COMPLEMENTA A RENDA**

APOSENTADORIA  
BOLSA FAMÍLIA  
ASSALARIADO  
ALUGUEL/MÁQUINAS  
OUTROS

**HÁ POUPANÇA RELACIONADA AO EXCEDENTE DA PRODUÇÃO**

SIM

NÃO

**UTILIZA CRÉDITO AGRÍCOLA**

SIM

NÃO

**EXISTE POUPANÇA PARA PAGAMENTO DO CRÉDITO**



SIM

NÃO

185

### 3. COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

#### ONDE OS PRODUTOS SÃO COMERCIALIZADOS

PRODUTOS

FEIRA

INTERMEDIÁRIO

#### QUAL MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PARA COMERCIALIZAR A PRODUÇÃO

PRÓPRIO

INDIVIDUAL

COLETIVO

CEDIDO

ALUGADO

#### COMERCIALIZA A PRODUÇÃO ANIMAL?

SIM

NÃO

ANIMAL

PREÇO

### 4. DO ASSENTAMENTO

#### CONSIDERA SATISFATÓRIO O TAMANHO DO LOTE

SIM

NÃO

#### EVOLUI ECONOMICAMENTE

SIM

NÃO

#### PREFERE CULTIVO OU PASTAGEM

CULTIVO

PASTAGEM

AMBOS

#### POSSUI ENERGIA ELÉTRICA

SIM

NÃO

CONCESSIONÁRIA

SOLAR

EÓLICA

GÁS

OUTROS

#### ATUALMENTE É ASSOCIADO A ALGUMA ENTIDADE PARA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

SIM

NÃO

**O SR (A) É SINDICALIZADO**

SIM  
QUAL?

NÃO

**AONDE ADQUIRE OS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS**

PRODUTO LOCAL

**O QUE ESPERA DO FUTURO PARA VOCÊ E SUA FAMÍLIA?**

**QUAIS OS PROBLEMAS EXISTENTES ATUALMENTE NO ASSENTAMENTO?**

**O QUE É NECESSÁRIO PARA O ASSENTAMENTO EVOLUIR?**

**VOCÊ PRETENDE VENDER O LOTE?**

SIM

NÃO

## 5. DAS UNIDADES HABITACIONAIS

**A QUESTÃO HABITACIONAL É IMPORTANTE PARA O ASSENTAMENTO?**

SIM

NÃO

**ESTÁ SATISFEITO COM O TAMANHO DO IMÓVEL?**

SIM

NÃO

**AS CASAS ESTÃO SENDO CONTRUÍDAS EM REGIME DE MUTIRÃO?**

SIM

NÃO

**O VALOR DO IMÓVEL ESTÁ DE ACORDO COM A SUA RENDA?**

SIM

NÃO